

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**  
**DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

---

**ARGUMENTAÇÃO E POLIFONIA NAS ANÁFORAS**  
**ENCAPSULADORAS**

---

**Lívia de Lima Mesquita**

Fortaleza  
2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**  
**DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

**ARGUMENTAÇÃO E POLIFONIA NAS ANÁFORAS**  
**ENCAPSULADORAS**

**Lívia de Lima Mesquita**

Tese de Doutorado submetida à  
Coordenação do Programa de Pós-  
Graduação em Linguística da  
Universidade Federal do Ceará como  
requisito parcial para obtenção do título  
de Doutor em Linguística, sob a  
orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elias  
Soares

Fortaleza  
2011

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida Universidade. A citação de qualquer trecho desta tese é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

---

Lívia de Lima Mesquita

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elias Soares (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças Soares  
(UFRN)  
Primeira examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Barbosa de  
Mesquita Batista (UFPB)  
Segunda examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Magalhães Cavalcante  
(UFC)  
Terceira examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Margarete Fernandes de  
Sousa (UFC)  
Quarta examinadora

**Suplentes:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivone Tavares Lucena (UFPB)

Prof. Dr. Gilton Sampaio (UERN)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Emilia Maria P. Farias (UFC)

Tese aprovada em: 20 /05/2011

*À minha querida Mônica Magalhães*

*Cavalcante*

# Agradecimentos

Ao Ricardo, que dividiu comigo as tarefas e deixou o cotidiano mais leve, com amor, agradeço.

À Alice, que cresceu em alegria e que me presenteou com suas palavras, só suas.

Aos meus sogros, pela disponibilidade sempre.

À minha orientadora, profa. Maria Elias Soares, pelo apoio nas decisões e na minha caminhada.

À profa. Leci Barbisan, pela leitura da versão prévia deste estudo.

À família, pelas orações.

À Ana Maria Soares, coordenadora da Casa de Cultura Italiana da UFC, e à amiga Mônica Dourado Furtado, coordenadora geral das Casas de Cultura Estrangeira da UFC, pela compreensão e amizade quando precisei estar ausente para concluir a elaboração deste estudo.

Aos servidores do PPGL, pela presteza e delicadeza.

Aos funcionários da biblioteca do Colégio 7 de Setembro, pela recepção acolhedora.

À FUNCAP, pelo financiamento de parte dos estudos.

À CAPES, pelo financiamento de parte dos estudos.

# Resumo

Esta Tese descreve a argumentatividade das anáforas encapsuladoras à luz da Teoria dos Blocos Semânticos - TBS (CAREL, 1995; DUCROT e CAREL, 1998) e da Teoria da Polifonia (ANSCOMBRE e DUCROT, 1998; DUCROT e CAREL, 2008). Partimos da hipótese de que a TBS constitui modelo apropriado para descrever as funções argumentativas das anáforas encapsuladoras, uma vez que aborda, em seu âmbito, os fenômenos de significação (semânticos) e de sentido (pragmáticos) envolvidos na argumentação em quaisquer esferas da língua posta em uso. Além disso, tendo em vista a particularização, nas anáforas encapsuladoras, de encadeamentos doxais ou paradoxais, investigamos a estratégia argumentativa interior e ulterior ao sistema linguístico subjacente a essas expressões, descrevendo-lhes a função de aproximação ou afastamento do locutor em relação aos enunciados avaliados. Discutiu-se ainda a noção de valor axiológico, resultando que a própria argumentação, inerente à língua, redundava na atualização de um valor axiológico nas expressões anafóricas encapsuladoras, constituindo os dois conceitos numa só noção de argumentação. Por fim, foi encontrado que a assimilação e as atitudes do locutor (assunção, concordância, oposição), nas porções encapsuladas, podem exprimir funções avaliativas em diferentes níveis. Essas atitudes estabelecem níveis de comprometimento do locutor com o enunciado, mas constituem, todas elas, mecanismos axiológicos. O resultado das ponderações aponta para a inadequação de se descrever funções argumentativas *a priori* para as anáforas encapsuladoras, visto que é apenas na articulação textual e, mais propriamente, no encadeamento, fruto de assimilação ou de alguma atitude do locutor, que as anáforas encapsuladoras podem ser dispositivo para uma estratégia argumentativo-polifônica.

**Palavras-chave:** Argumentação, Polifonia, Referenciação, Encapsulamento anafórico.

(252 palavras)

# Abstract

The Thesis describes argumentation within encapsulated anaphors based on Semantic Blocks Theory (SBT) (CAREL, 1995; DUCROT & CAREL, 1998) and Polyphony (ANSCOMBRE e DUCROT, 1998; DUCROT e CAREL, 2008) approaches. The study assumes the hypothesis that SBT is an appropriate model to describe argumentative functions of encapsulated anaphors, since it approaches to phenomena as meaning (semantics) and sense (pragmatic) implicated in argumentation within any kind of language in use. Therefore since encapsulated anaphors comprehend doxa and paradox enchaining, the study investigates the argumentative strategy that is interior and ulterior to such expressions linguistic system, by describing their function of utterer's approximation and distance from the evaluated statements. It argued on the axiological value notion, resulting that the very argumentation, inner to language, updates an axiological value in encapsulated anaphoric expressions, so that both concepts can be gathered in a unique notion for argumentation. Finally, the study took into account that assimilation and utterer's attitude (assumption, according, opposition) within encapsulated portions can express different leveled evaluative functions. Such attitudes set levels of compromise from utterer in the concerning to the utterance, but all of them are axiological mechanisms. The result for discussions in the research points to the impossibility of describing argumentative functions a priori for encapsulated anaphors, since it is only within text articulation – and more properly within enchaining, target of assimilation of any attitude – that encapsulated anaphors can be dispositive for a polyphonic-argumentative strategy.

**Key-words:** Argumentation, Polyphony, Referentiation, Anaphoric encapsulation.

(241 words)

# Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: DO LÉXICO AO TEXTO/DISCURSO	21
2.1 Situação	21
2.2 Conteúdos argumentativos	27
2.3 Conteúdos	31
2.4 <i>Topoi</i> , formas tópicas, campos tópicos e modificadores	34
2.4.1 <i>Topoi</i> e formas tópicas	34
2.4.2 Campos tópicos	38
2.4.3 Os modificadores	40
2.5 Reformulação da Teoria dos <i>topoi</i> e por que não conservá-la	42
2.6 Teoria dos blocos semânticos	44
2.6.1 Situação	45
2.6.2 Os blocos semânticos	46
2.6.2.1 A formação de uma regra	49
2.6.2.2 Argumentação normativa e argumentação transgressiva	52
2.6.2.3 Argumentação interna e argumentação externa	54
2.6.3 Internalizadores	56
2.7 O fenômeno da polifonia	60
2.7.1 Considerações sobre o enunciador	64
2.7.2 Novo desenrolar da Polifonia ducrotiana	72
3. A REFERÊNCIA ANAFÓRICA	76
3.1 Quadro geral do fenômeno anafórico	76
3.2 Do antecedente à âncora: perspectivas	80
3.3 Encapsulamento Anafórico	91
3.2.1 Descrição geral do fenômeno	91
3.3.2 Por uma unidade conceitual: argumentação x avaliação	94



3.3.3 Hipostasiação de atos de fala e de funções argumentativas	_____	103
4. ANÁLISE ARGUMENTATIVO-POLIFÔNICA DAS ANÁFORAS ENCAPSULADORAS: MÉTODO PARA UMA INTERSEÇÃO	_____	110
4.1 Considerações gerais	_____	110
4.2 Análise lexical	_____	111
4.2.1 HN: Hipótese relativa ao efeito da negação sobre expressões não paradoxais	_____	114
4.2.2 HPN – Hipótese relativa à negação de paradoxos	_____	115
4.2.3. HG – Hipótese sobre a gradualidade	_____	116
4.2.3.1 <i>HGPT</i>	_____	116
4.2.3.2 <i>HGDC</i>	_____	117
4.2.4 HL – Hipótese Lexical	_____	117
4.3 Análise polifônica	_____	118
4.4 Aplicação das hipóteses	_____	123
5. DESCRIÇÃO LEXICAL/DESCRIÇÃO POLIFÔNICA: ANÁFORA ENCAPSULADORA COMO ESTRATÉGIA DE ARGUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA PLURIVOCAL	_____	125
5.1 Argumentação em anáforas encapsuladoras com “nomes metalinguísticos” e outros casos	_____	125
5.2 Argumentação em anáforas metafóricas encapsuladoras	_____	133
5.3 Anáfora encapsuladora com função argumentativa binária	_____	137
5.4 O movimento argumentativo-polifônico de uma anáfora encapsuladora como focalizadora da ironia	_____	143
5.5 A argumentação da anáfora encapsuladora <i>isso</i> no jogo polifônico do texto	_____	145
CONCLUSÃO	_____	150
REFERÊNCIAS	_____	157

# 1. INTRODUÇÃO

Muitos estudos<sup>1</sup> sobre referenciação vêm difundindo o valor argumentativo das anáforas, sobretudo das anáforas encapsuladoras e dos rótulos, no entanto, até o presente, poucos são os que se tenham ocupado de forma minudente das relações argumentativas que essas expressões mantêm entre si e com o restante do texto. Aqueles que abordaram o tema se restringiram a oferecer exemplificações livres, sem compromisso classificatório dos aspectos da argumentação (CONTE, 1996), ou a apontar possíveis funções argumentativas das expressões referenciais sem se filiarem a uma teoria dedicada à investigação do material linguístico-argumentativo dos textos (CAVALCANTE, 2006; FRANCIS, 1994; KOCH, 2008), o que não nos permite explorar aprofundadamente, por exemplo, algumas implicações enunciativas e polifônicas dos processos referenciais.

O que se observa nas pesquisas que noticiam essa argumentatividade potencial é que elas frequentemente se depararam, quando da análise de outros aspectos inerentes às expressões anafóricas encapsuladoras – os quais eram de fato seu foco –, com uma convergência entre as várias funções que essas expressões podem exercer no texto/discurso e a argumentação. Desse modo, é emergente a necessidade de investigar, com critérios mais precisos, possíveis funções, contingências e aproximações entre essas áreas.

O conceito de *argumentação* adotado nesta pesquisa se distancia do sentido mais tradicional da palavra para tornar-se um termo amplo que engloba fenômenos de natureza semântica e pragmática da linguagem, em que os atos ilocucionais são vistos como efeito da própria enunciação, ou seja, o que se comunica ao interlocutor – o sentido – é um saber da própria enunciação.

Em face dessas constatações, este estudo descreve a argumentatividade das anáforas encapsuladoras no texto/discurso, apontando como os encadeamentos argumentativos particularizados nas expressões

---

<sup>1</sup> Cf. Francis, 1994; Conte, 1996; Apothéloz e Chanet, 1997; Cavalcante, 2006; Koch (2008); Ciulla e Silva, 2008, entre outros.

anafóricas encapsuladoras articulam os sentidos negociados entre os enunciadores.

Recorremos, para tanto, à Teoria da Argumentação na Língua (TAL), em sua fase atual, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), quando concebe que a argumentação é intrínseca à própria língua e que apenas o encadeamento argumentativo, em conjunto, produz sentido (CAREL e DUCROT, 1999).

Tendo em vista a dificuldade de encontrar na própria Linguística Textual uma metodologia dedicada à investigação do material argumentativo dos textos, e optando por uma visão global do fenômeno textual/discursivo, nos apropriaremos dessa linha teórica coerente, que, conforme mostraremos, pode operar uma descrição conexa da argumentatividade das expressões encapsuladoras, o que enriquece ambas as áreas.

Apesar da relação proposta, é bom lembrar que não se deseja incorrer no equívoco de encontrar equivalência entre pressupostos teóricos e categorias de análise da Linguística Textual e da Teoria dos Blocos Semânticos, sob pena de fugir do respaldo epistemológico que é incomum aos dois campos. A proposta aqui é aplicar a Teoria dos Blocos Semânticos à descrição argumentativa de expressões referenciais, com a finalidade de se examinar o modo como a argumentatividade atualizada nessas expressões pode interferir ou influenciar os sentidos negociados entre os enunciadores que se apresentam na cena textual.

Limitar essa abordagem argumentativa apenas às anáforas encapsuladoras explica-se pela necessidade de aplicar um recorte em meio ao amplo rol de fenômenos anafóricos identificados na literatura da área, mas de modo algum quer encerrar a exposição de todas as possibilidades argumentativas dos processos referenciais, tendo em vista crermos fortemente na argumentatividade de todos os demais processos.

É desta forma que vislumbramos a possibilidade de identificar nas anáforas encapsuladoras funções argumentativas orientadas ou pelo aspecto normativo ou transgressivo ou pelos encadeamentos doxais ou paradoxais dos blocos semânticos particularizados no texto/discurso. Isso é interessante sobretudo porque, quando alguém opta pela formulação de um ou de outro

enunciado, cujo aspecto argumentativo seja normativo ou transgressivo, ou cujos encadeamentos sejam doxais ou paradoxais, essa seleção faz parte de um projeto global de dizer e se provê de intenção comunicativa. Por exemplo, nossa teoria de base nos permite arrazoar que, quando se quer concordar que a brancura de uma parede faz a casa ficar iluminada, diz-se algo como: “essa casa tem paredes brancas, logo é iluminada”, ou então “essa casa tem paredes brancas, entretanto não é iluminada”; quando não se concorda com isso, pode-se dizer: “essa casa tem paredes brancas e por isso mesmo não é iluminada”, ou “essa casa tem paredes brancas, entretanto é iluminada”. Os dois primeiros encadeamentos concordam com o princípio da claridade proporcionada por paredes brancas, mas a condução da argumentação se dá pela constatação, no discurso, de que não se trata da mesma iluminação, portanto, atestam uma brancura que ilumina e uma brancura que não ilumina.

A argumentação, assim, apresenta aspectos diferentes, apesar de partir do mesmo princípio da iluminação pela brancura das paredes. Esses dois aspectos do mesmo bloco são doxais, ou seja, concordam entre si por um princípio (coincidentalmente um estereótipo ou uma doxa). Por outro lado, os outros dois encadeamentos apresentam-se desconformes ao princípio de claridade a partir da brancura das paredes: eles são paradoxais. Ou a brancura da parede figura como dotada de um sentido incomum, ou é a noção de iluminação que não se apresenta como aquela habitual.

Isso não ocorre desmotivadamente na língua. A instrução que a ativação desses aspectos e desses encadeamentos fornece ao interlocutor/leitor é de natureza diversa e leva a orientações diferentes e por isso merece ser investigada detidamente.

Essas noções podem ser produtivas para a análise das anáforas encapsuladoras, na medida em que derivam de uma estratégia linguística articulada pelo locutor, baseada no seu projeto de dizer. Lançar mão de um encadeamento cujo aspecto seja normativo ou transgressivo, ou ainda doxal ou paradoxal, a depender da atitude do locutor, respaldada na sinalização anafórica, encerra o sentido argumentativo daquele encadeamento.

Além da fragilidade da descrição argumentativa que se vem desenvolvendo para o fenômeno anafórico em tela, outro ponto que ainda não foi precisado é o conceito de valor axiológico. Os estudos sobre o encapsulamento frequentemente classificam determinadas expressões anafóricas encapsuladoras como dotadas ou não de valor axiológico, porém o conceito permanece pouco problematizado, restando as conclusões resultantes de concepções largas e divergentes entre estudiosos na área.

Cavalcante (2006) deu um passo adiante, ao diferenciar funções argumentativas e funções avaliativas, em que somente as expressões explicitamente avaliativas acrescentariam um dado atributo e/ou revelariam um ponto de vista do enunciador. De fato, são abundantes as expressões “sensivelmente” avaliativas, digamos frouxamente, do tipo “o triste episódio” ou “aquela vitória esperada”, que funcionam argumentativamente no texto. Daremos luz, em relação a essa classificação da autora, a duas questões: a) é necessário delimitar o conceito de valor axiológico, que, na perspectiva deste estudo, podendo ou não ser explícito, cumpre sempre um papel importante para a elaboração e interpretação dos sentidos tecidos no texto; b) cremos que uma expressão avaliativa seja necessariamente argumentativa, pois encerra o ponto de vista do locutor, que se posiciona.

Desse modo, cada vez que um locutor se assimila ou toma uma atitude em relação a um enunciador em uma expressão referencial encapsuladora, ou seja, a expressão anafórica que engloba uma porção textual espraiada anterior ou posteriormente no cotexto, ele o faz de modo que confirme sua assimilação ou alheamento a uma porção precedente de texto/discurso, homologando a voz de um enunciador, que pode articular um ponto de vista daquele locutor ou uma *doxa*, mas sempre instruídos pelo valor semântico-lexical da expressão. Tomaremos, por esta razão, *avaliar* por expressão afim a *argumentar*.

Se tivermos presentes anáforas encapsuladoras como “a afirmação” ou “a hipótese”, vemos que, apesar de não mostrarem na superfície textual um julgamento, podem revelar uma forma de o enunciador se neutralizar, de não se responsabilizar pela informação que veiculou, o que já configura uma decisão e, portanto, uma avaliação, sempre a articular outras vozes no

texto/discurso. Ademais, a expressão fornece uma instrução semântica para o trabalho de compreensão e interpretação do alocutário. Assim, para enunciados como “O governo afirmou que os gastos com pessoal serão diminuídos. **A hipótese** levou os funcionários...” e “O governo afirmou que os gastos com pessoal serão diminuídos. **A afirmação** levou os funcionários...”, é comum encontrar nos estudos de referenciação a explicação de que o primeiro é “mais argumentativo” e o segundo, “menos argumentativo”, que não assumimos como justificativa satisfatória, pois que se baseia em interpretações subjetivas, sem passos metodológicos fundamentados.

Para a TBS, quando temos dois argumentos, estes se ligam argumentativamente para desencadear uma conclusão **C**. Isso significa que a argumentação é interior à relação entre as duas frases, e o sentido argumentativo só pode ser apreendido no conjunto, nessa relação solidária entre os argumentos.

Disso decorre que, quando temos uma publicidade de vinho como: “Se vinho não fosse a melhor bebida do mundo, Jesus havia transformado água em cerveja”<sup>2</sup>, está presente uma combinatória de unidades que cooperativamente leva os coenunciadores a conclusões como: vou comprar vinho; não vou comprar cerveja; apesar de todos os meus amigos preferirem cerveja, vou comprar vinho; se Jesus preferiu, vou preferir também, já que sou cristão etc. Essa combinatória se torna possível quando o locutor põe em jogo frases que, no sentido próprio à teoria, tornam-se enunciados apreensíveis no momento único de sua enunciação, em combinações infinitas e pontualmente descritíveis, fundadas no valor argumentativo do encadeamento, tornando-se relevantes em colaboração, no momento preciso de sua enunciação.

Assim é que quando o locutor enuncia “se vinho não fosse a melhor bebida do mundo”, ele “diz” algumas coisas: “vinho é a melhor bebida do mundo” e “vinho não é a melhor bebida do mundo”, “alguém diz que vinho não é a melhor bebida do mundo e esse alguém está errado” etc.. Instaura-se aí um

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.mundodemensagens.com.br>. Acesso em: 12.01.2010.

debate entre vozes que entram em guerra de uma forma muito proveitosa para os efeitos argumentativos do texto.

Esses aspectos se articulam também argumentativamente, por exemplo, no seguinte slogan de uma **creche**, veiculado na internet: **Ame-os e deixe-os**<sup>3</sup>. O locutor desse enunciado põe em cena um E1, fonte do ponto de vista convocado pelo aspecto normativo do encadeamento amar DC NEG-deixar, ou seja, a crença de que quem ama uma pessoa não a deixa, não a abandona, presente na fala muito popular “ame-o ou deixe-o”, em que a condição de amar exclui a de deixar alguém. Esse enunciado é uma crença comum, neste caso, complementada pela atualização do seu aspecto transgressivo converso, o encadeamento amar PT deixar: mesmo amando a sua criança, pode deixá-la nesta creche. Disto decorre que amar DC NEG-deixar e amar PT deixar são encadeamentos participantes do mesmo bloco semântico, pertencem à mesma regra. Assim, o bloco semântico que vigora na relação entre “ame-os” e “deixe-os” é o conjunto de todas as relações possíveis entre esses dois segmentos, como: NEG-amar DC deixar, amar PT deixar etc., ou seja, quem ama não deixa; quem não ama deixa; quem ama mesmo assim deixa etc..

Ocorre que, se bem analisarmos, apesar de legítimo, parece insatisfatório compreender o enunciado “ame-os e deixe-os”, no contexto da publicidade de uma creche, via uma relação doxal como “quem ama não deixa” ou “eu amo, mas mesmo assim eu deixo”. Se não nos permitirmos essa facilidade, observemos a construção do enunciado, em que os segmentos “ame-os” e “deixe-os” apresentam-se sintaticamente estruturados por parataxe, no modo imperativo e conectados pelo operador “e”, de uso atual polivalente<sup>4</sup>. Para começar, a parataxe, ao passo que fornece em certa medida autonomia sintática aos encadeamentos, deixa à disposição do leitor/consumidor a sua melhor possibilidade interpretativa, o cálculo restante é pragmático-semântico, sobretudo dada a polivalência do operador “e”, que aparentemente neutraliza suas próprias possibilidades argumentativas, relegando a esse leitor/consumidor da propaganda o esforço cognitivo para compreender o

<sup>3</sup> Disponível em: [www.nababu.org](http://www.nababu.org). Acesso em: 15.04.2009.

<sup>4</sup> Observe-se o seguinte uso adversativo, por exemplo: (em relação à televisão) “Você deixa seus filhos o dia inteiro aos cuidados dela e tudo o que ela faz é mostrar bebidas a eles”.

enunciado. Ademais, o verbo no imperativo permite, nesse caso, uma dupla articulação de enunciadores: aquele cuja voz convoca o pdv desde a perspectiva do locutor do enunciado, ou seja, aquele ao qual o locutor se assimila; e aquele cuja voz articula o pdv do enunciador cujo ponto de vista se opõe ao daquele enunciador assimilado pelo locutor. Barbisan (2007) esclarece que certos enunciados imperativos, interrogativos, assertivos etc., que induzem o *alocutário* a certas obrigações, têm origem na enunciação. Parece ser o caso deste exemplo, tendo em vista termos um contexto muito pontual, em que se busca um “fazer crer”, próprio ao texto publicitário.

Desse modo, se existe um enunciador que diz “Amo, mesmo assim, deixo”, existe outro diferente, ao qual o locutor se assimila, que atualiza E2: amar DC deixar, ou seja, quem ama deixa seu filho na nossa creche, pois deixar seu filho na creche é um ato de amor. Os encadeamentos permitidos pelo bloco semântico constituído por amar e deixar, nesse enunciado, poderiam ser NEG-amar PT deixar (eu não amo, no entanto deixo), amar PT NEG-deixar (eu amo, no entanto não deixo), NEG-amar DC NEG-deixar (não amo logo não deixo). Encontramos nesse encadeamento um paradoxo, já que a ideia comum é aquela de que quem ama não deixa. Veja-se que, nesse caso, é exatamente no paradoxo do encadeamento argumentativo que reside o poder persuasivo da propaganda.

Teremos presente a interferência fundamental dos processos referenciais nesse exemplo, se virmos que toda a interpretação do jogo argumentativo se balizou na expressão referencial “filhos pequenos” – crianças que vão para a creche são bem pequenas –, retomada indiretamente pelo pronome átono “os”, embora “filhos pequenos” não apareça na superfície textual. Poderíamos, ancorando-nos no conhecimento enciclopédico de que creches são lugares onde se cuida de crianças pequenas, resolver que apenas esse conhecimento é suficiente ou, pelo menos, o artifício mais útil para o cálculo dessa referência.

No entanto, compete-nos investigar o comportamento dessa anáfora indireta, que remete não somente a quaisquer crianças pequenas, mas a filhos pequenos, já que a responsabilidade pelas crianças pequenas cabe em geral



aos pais. A participação dessa retomada referencial no jogo argumentativo é particularmente interessante se imaginarmos essa mesma propaganda para uma agência protetora de pássaros: “ame-os e deixe-os” também atualizaria o aspecto normativo do encadeamento amar DC deixar. As argumentações externas para o caso dos pássaros seriam algo como: Amar DC libertar, amar DC NEG-prender, amar DC NEG-engaiolar etc.. Nesse caso, amar os pássaros é soltá-los; no caso dos filhos pequenos, amá-las é deixá-las sob cuidados na creche – isto é, em sentido amplo, presas. Estamos então diante de dois tipos de amor, que só podem ser individualizados no enunciado em que aparecem. Mas como isso é descritível na superfície linguística? A anáfora é a condição que salienta e que orienta o percurso dessa argumentação. O pronome “os” impõe a necessidade de buscar o referente pontualmente na situação de discurso, recorrendo às informações contextuais para particularizar a argumentação atualizada pelo enunciado.

Se temos meio de descrever com mais propriedade a razão pela qual, no caso dos filhos pequenos e no caso dos pássaros, os encadeamentos são em DONC, mas são argumentativamente “diferentes”, observemos que essa explicação resulta da argumentação interna (AI) de filho pequeno e de pássaro: AI de filho pequeno: indefeso DC necessita de proteção; AI de pássaro: alado DC necessita voar. Essas AIs demonstram que a decisão argumentativa desses enunciados reside no cálculo da sua referência: o amor aos pássaros e o amor aos filhos pequenos apresenta características diferentes.

O que apenas se demonstrou apresenta uma notável consequência para o estudo das expressões anafóricas, que, embora sejam passíveis de não estar na superfície do texto, indicam opções cujo cálculo referencial-argumentativo é descritível por meio das argumentações internas e externas que o locutor encena. Isso explica o porquê, por exemplo, de se dizer que tal expressão tem “alto potencial argumentativo” ou que é “notoriamente avaliativa”. Para enunciados como “O governo afirmou que os gastos com pessoal serão diminuídos; a hipótese levou os funcionários...” e “O governo afirmou que os gastos com pessoal serão diminuídos; a afirmação levou os funcionários...”, é comum encontrar nos estudos de referenciação a explicação de que o primeiro

é “mais argumentativo” e o segundo, “menos argumentativo”.

No caso que nos compete mais de perto, quando fazemos esta aplicação, temos ferramentas para analisar não o quanto argumentativas são as anáforas encapsuladoras – mesmo porque acreditamos que a argumentação está inscrita na língua –, mas quais argumentações esses processos evocam. Por exemplo, tenhamos uma argumentação externa convocada no primeiro exemplo: Corte de custos com pessoal DC demissões (se haverá corte de custos com pessoal, haverá demissões), que é retomada pela anáfora encapsuladora “a hipótese”. Se tivermos a AI de *hipótese*<sup>5</sup>, temos algo como proposição admitida PT NEG-proposição comprovada (essa afirmação pode ser admitida, no entanto, não há comprovação). A simples estratégia de encapsular a proposição anterior com a anáfora “hipótese” oferece a essa porção anterior uma avaliação: o governo afirmou o corte de custos com pessoal, no entanto isso não é uma certeza. O substantivo “hipótese” atualiza um enunciador que se põe antagonista do que foi atualizado por um enunciador 1 no enunciado anterior.

Diferentemente, para a argumentação interna de “a afirmação”<sup>6</sup>, que se sói considerar argumentativamente *mais fraca* ou mesmo neutra por ser uma derivação deverbal e exigir menos esforço cognitivo ao não recategorizar a porção encapsulada, depreendemos a sua AI: asserção realizada DC asserção verdadeira. A AI de *afirmação* homologa e avalia positivamente a porção enunciada anteriormente, o que, como entendemos, mostra uma tomada de posição por parte do locutor em mostrar sua concordância com o enunciado. Daí acreditarmos que não há expressões menos argumentativas ou mais argumentativas, mas que há, sim, argumentações diferentes que servem a propósitos muito bem estabelecidos. Essas considerações enfraquecem a ideia, por exemplo, de que as retomadas por derivação deverbal mostram argumentativamente uma tentativa do locutor de se manter neutro em relação ao seu enunciado. Nessa nossa concepção, nenhum enunciado é neutro.

<sup>5</sup> No dicionário Houaiss: 1. proposição que se admite, independentemente do fato de ser verdadeira ou falsa, mas unicamente a título de um princípio a partir do qual se pode deduzir um determinado conjunto de consequências; suposição, conjectura.

<sup>6</sup> No dicionário Houaiss: 1. ato ou efeito de afirmar, de dizer sim; asserção; 2. o que se afirma ou se sustenta como verdade; afirmativa, asseveração.

Outro problema que observamos no estudo das anáforas encapsuladoras remete à função argumentativa dos pronomes demonstrativos como núcleo das anáforas encapsuladoras, que vem sendo negligenciada. Acreditamos que esses indiciais podem, além de organizar referencialmente os objetos-de-discurso, individualizar argumentações, pois não raro há casos de textos em que, por exemplo, o pronome “isto”, aparecendo diversas vezes num enunciado, exprime movimentos argumentativos diferentes, ao denunciar uma preferência do locutor pelo seu uso, o que merece investigação.

Desde essas constatações, surgiram os seguintes questionamentos: a) Como descrever as argumentações atualizadas pelas anáforas encapsuladoras baseando-nos em uma perspectiva semântico-argumentativo-polifônica?; b) Quais efeitos argumentativos são produzidos no texto/discurso pelo encapsulamento anafórico de encadeamentos argumentativos doxais ou paradoxais?; c) É possível conservar a noção de valor axiológico a partir da descrição argumentativo-polifônica do texto/discurso?; e d) Que estratégias textual-discursivas podem ser flagradas na assimilação e nas atitudes do locutor (assunção, concordância, oposição) frente aos diversos enunciadores postos em cena nas porções encapsuladas e nas expressões anafóricas encapsuladoras?

Dessas inquietações, arrazoamos que:

**Hipótese 1:** É possível aplicar a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), em sua atualização, a TBS, à descrição das funções argumentativas das anáforas encapsuladoras, uma vez que esta Teoria aborda, em seu âmbito, os fenômenos de significação (semânticos) e de sentido (pragmáticos) envolvidos na argumentação em quaisquer esferas da língua posta em uso. Se é um aporte útil ao estudo compreensivo da argumentação na língua, é, conseqüentemente, bem-sucedido na descrição da atividade argumentativa das anáforas encapsuladoras.

**Hipótese 2:** Tendo em vista a particularização, nas anáforas encapsuladoras, de encadeamentos doxais ou paradoxais, tal sufrágio representa uma estratégia argumentativa interior e ulterior ao sistema linguístico subjacente a essas expressões. Se, por um lado, o locutor que homologa um encadeamento

normativo em relação à regra que o gerou mantém uma estabilidade entre os seus enunciadores postos em cena, por outro, o locutor que homologa um encadeamento transgressivo pode se distanciar do endosso comum aos enunciadores em tela. Ambas as atualizações resultam em uma estratégia aparente de orientação argumentativo-polifônica nas anáforas encapsuladoras, com a função de assimilação ou afastamento do locutor em relação aos enunciados avaliados.

**Hipótese 3:** A descrição argumentativo-polifônica das anáforas encapsuladoras oferece suporte para individualizar o conceito de valor axiológico intrínseco a esses processos referenciais, na medida em que descreve o movimento semântico-pragmático da argumentação mediado pelas atitudes do locutor frente aos enunciados. Se cada locutor põe em cena seus enunciadores, ele também traz ao texto/discurso suas opiniões e avaliações. Esse movimento espacial de aproximação e afastamento serve como critério para o locutor desenvolver avaliações e gerar os diversos sentidos pretendidos, sempre como resultado dos encadeamentos que autoriza. Assim, a própria argumentação, inerente à língua, redundando na atualização de um valor axiológico nas expressões anafóricas encapsuladoras.

**Hipótese 4:** A assimilação e as atitudes do locutor (assunção, concordância, oposição), nas porções encapsuladas, podem exprimir funções avaliativas em diferentes níveis. Quando um enunciador posto em jogo pelo locutor se opõe a outro, ele põe em foco o enunciado do outro, tornando-o pauta para o debate, ao avaliá-lo como algo relevante, mesmo que se lhe oponha. Diferentemente, quando o locutor oferece a sua concordância a um enunciador, ele o faz de forma a não evidenciar o enunciado como algo a que se deva opor, porém se isenta de assumi-lo como opinião própria, merecedora de sua ampla defesa. Essas atitudes estabelecem diferentes níveis de comprometimento do locutor com o enunciado, mas constituem, todas elas, mecanismos axiológicos.

O estudo está dividido em cinco capítulos. No capítulo intitulado “Argumentação na Língua: do léxico ao texto/discurso”, traçamos uma incursão evolutiva na Teoria da Argumentação na Língua, discutindo os conceitos caros à teoria e apresentando as constantes atualizações por que passou. No

capítulo “A referência anafórica”, abordamos a problemática geral que subjaz ao estudo da anáfora, particularmente do encapsulamento anafórico, e apontamos algumas lacunas teóricas que vêm se apresentando no desenvolvimento dos estudos em Referenciação. No capítulo “Análise argumentativo-polifônica das anáforas encapsuladoras: método para uma interseção”, descrevemos o passo-a-passo da aplicação da TBS às anáforas encapsuladoras, articulando as hipóteses próprias da teoria com o nosso objeto. O capítulo final, “Descrição lexical/ Descrição polifônica: anáfora encapsuladora como estratégia de argumentação linguística plurivocal”, é aquele das análises, em que abordamos os aspectos subjacentes ao funcionamento polifônico-argumentativo das anáforas encapsuladoras, com base na TBS.

## 2

# ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: DO LÉXICO AO TEXTO/DISCURSO

---

Para bem estabelecermos as aproximações que desejamos nesta tese, é necessário conhecermos alguns conceitos primários da Teoria da Argumentação na Língua (doravante TAL), tendo em vista que nosso alvo, a Teoria dos Blocos Semânticos (doravante TBS), se encontra em sintonia com conceituações prévias no desenvolvimento da teoria maior à qual pertence.

Assim, elegemos trilhar neste capítulo, por abreviada, incompleta e indivisa em fases, uma incursão evolutiva pela TAL, focalizando conceitos caros à nossa análise, e deixando outras noções ao encargo da leitura compreensiva dos muitos trabalhos realizados sobre o tema. Não obstante utilizemos a expressão “incursão evolutiva”, esclarecemos que a teoria, apesar de ter sofrido severas adaptações, se vale da maioria dos conceitos desenvolvidos na sua gênese, adaptados ou não para se adequarem às ideias mais recentes.

### 2.1 Situação

O complexo da Teoria da Argumentação na Língua, que, desde a década de setenta, Jean-Claude Anscombre, Oswald Ducrot e seus seguidores vêm desenvolvendo, tem sido objeto de formulações diversas ao longo dos anos. Suas propostas teóricas se concentram principalmente na *Teoria da Argumentação na Língua* (1983), na *Teoria dos Topoi* (1995), e, mais modernamente, na Teoria dos Blocos Semânticos (1995).

A TAL baseia-se na visão de que uma característica fundamental dos enunciados é que eles podem ser utilizados como premissas ou conclusões para os argumentos. A natureza desses argumentos é tal que eles não podem ser capturados por regras lógicas prototípicas (e nem por novas). Anscombe e Ducrot (1983) observaram que enunciados com o mesmo conteúdo informacional – ou seja, vericondicional – nem sempre podem ser utilizados como argumentos em favor do mesmo conjunto de conclusões. Tomemos os seguintes exemplos fornecidos pelos teóricos (ANSCOMBRE E DUCROT, 1983, p.10):

- (1) Pedro tem a mesma altura de Maria.
- (2) Pedro é tão alto quanto Maria.
- (3) a) Pedro é alto para a sua idade; b) Pedro é baixo para sua idade.
- (4) Pedro é alto para a sua idade: ele tem a mesma altura de Maria, que é um ano mais velha.
- (5) a) Pedro é alto para a sua idade: ele é tão alto quanto Maria, que é um ano mais velha; \*b) Pedro é baixo para a sua idade: ele é tão alto quanto Maria, que é um ano mais nova.

Analisando os exemplos, Anscombe e Ducrot (1983) observam que (1) e (2) encerram o mesmo conteúdo informacional, isto é, o fato de Pedro e Maria terem a mesma altura; assim, estariam submetidos às mesmas condições de verdade. No entanto, (1) pode ser utilizado como argumento favorável tanto a (3a) quanto a (3b). O enunciado (2), por outro lado, pode ser utilizado apenas como argumento em favor de (3a). Assim, (4a) e (4b) são perfeitamente aceitáveis, mas (5b) é inaceitável.

Constatações como essa levaram os autores a acreditarem que uma semântica puramente vericondicional não era suficiente e que o potencial argumentativo dos enunciados era um aspecto importante do seu significado. No início da TAL (ANSCOMBRE e DUCROT, 1976), o potencial argumentativo de um enunciado era caracterizado tendo em vista as conclusões às quais ele poderia servir de suporte. Desta forma, poderia ser parte do significado de (1)

ele poder ser utilizado como argumento tanto para (3a) quanto para seu contrário, (3b). Na verdade, os teóricos diriam que a orientação argumentativa de (1) é neutra (MOESCHLER E REBOUL 1994, p. 314-315). De forma semelhante, o fato de (2) só poder ser utilizado como suporte para a conclusão em (3a) é parte do significado de (2). Diferentemente de (1), a orientação argumentativa de (2) não é neutra; esse enunciado é orientado para conclusões do tipo de (3a).

Para a TAL, a argumentação está inscrita na língua. Assim, a palavra, em vez de representar um objeto no mundo, caracteriza este objeto pelo fato de possibilitar ou não o uso de eventuais outras palavras a propósito dele. A descrição da realidade se dá pela junção dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, que conduz ao valor argumentativo dos enunciados.

O enfoque teórico de Anscombe e Ducrot se inspira nas propostas fornecidas por Benveniste (1966 e 1974), Bally (1965) e os filósofos da Escola de Oxford (AUSTIN, 1970 e SEARLE, 1972), com o conceito de atos ilocutórios – antes que Searle (1972) introduzisse a lógica na Pragmática. A TAL opõe-se a uma linguística de tipo referencialista, porquanto pretende suprimir do nível semântico o pressuposto da informação. Anscombe e Ducrot rejeitam a concepção do enunciado como uma mera descrição da realidade:

Através de sua significação, um enunciado não remete a objetos do mundo exterior, mas a discursos dos quais ele é a continuação, ou a discursos suscetíveis de serem a sua continuação. O núcleo profundo dos enunciados não é constituído por uma doação qualquer de referência ao mundo, mas pelas relações que esse enunciado mantém com os discursos que o precedem e que o seguem. (ANSCOMBRE e DUCROT, 1995, p. 32)<sup>7</sup>.

Assim, há, para os autores, certo número de casos que as teorias que adotam o sentido informativo das palavras não explicam, como o caso de

---

<sup>7</sup> Tradução nossa para: “Au travers de sa signification, un énoncé ne renvoie pas à des objets du monde extérieur, mais à des discours dont il est la continuation, ou à des discours susceptibles d’être sa continuation. Le noveau sémantique profond des énoncés est constitué non pas par une quelconque donation de référence au monde, mais par les relations qu’entretient cet énoncé avec les discours qui le précèdent et le suivent”.



enunciados sem valor informativo, mas com valor argumentativo; ou enunciados cujas potencialidades argumentativas são inversas às previsíveis a partir de seu valor informativo; ou ainda, enunciados que permitem deduzir o seu valor informativo do valor argumentativo, mas não o contrário (ANSCOMBRE e DUCROT, 1983).

Plantin (1996, p.118), fazendo notar uma diferença fundamental entre as concepções tradicionais da argumentação e a TAL, mostra que, nesta, “não é possível dar um sentido à ideia de avaliação dos argumentos. A atividade de argumentação é coextensiva com a atividade de fala, e, à medida que se fala, se argumenta”.

Seguindo a linha do pensamento iniciada por Bally (1965), Anscombe e Ducrot sustentam que o sentido de um enunciado consiste em uma descrição, pelo menos parcial, de sua própria enunciação. Esta descrição contribui para indicações relativas ao responsável pela enunciação (origem da enunciação) e aos pontos de vista expressos por ele. A Teoria da Argumentação na Língua é uma teoria semântica, que tem por objetivo dar conta da forma como os enunciados, por seu significado, restringem a continuação do discurso: “(...) o tema central da teoria argumentativa é que o sentido de um enunciado contém uma alusão à sua eventual continuação: é essencial convocar um ou outro tipo de continuação, e pretender orientar o discurso ulterior em uma ou outra direção”<sup>8</sup> (DUCROT et al., 1980, pp.10-11).

De acordo com esta posição teórica, os próprios elementos linguísticos favorecem a argumentação dos fatos que estes podem representar. Anscombe e Ducrot consideram, em consequência, que o valor informativo dos enunciados está em função dos fatores argumentativos, ao ponto de afirmarem, em uma segunda etapa de sua teoria, que a língua é fundamentalmente argumentativa e que, se existe um valor informativo, ele é precisamente derivado do valor argumentativo (ANSCOMBRE, 1995, p. 21).

---

<sup>8</sup> Tradução nossa para: “ (...) le thème central de la théorie argumentative est que le sens d'un énoncé contient une allusion à son éventuelle continuation: il lui est essentiel d'appeler tel ou tel type de suite, de prétendre orienter le discours ultérieur dans telle ou telle direction”.

É necessário referir que, para esses autores, o conceito de *argumentação* se distancia do sentido mais habitual da palavra para tornar-se um termo amplo que engloba os fenômenos de natureza pragmático-intencional da linguagem:

O termo argumentação que adotamos, sem dúvida, não é nem muito feliz nem muito adequado. Essa escolha provém do fato de que os primeiros fenômenos que nos apareceram eram explicitamente de natureza retórica. A dinâmica de que falamos aqui se encontra certamente realizada nas relações argumentativas (no sentido banal do termo), mas ultrapassa amplamente esses fenômenos. Ela comporta, na nossa teoria de argumentação, coisas bem diferentes da retórica habitual. (ANSCOMBRE, 1991, p. 133)<sup>9</sup>.

Cada enunciado argumenta, ou seja, favorece determinados encadeamentos discursivos e impede outros, em função de seu significado linguístico inerente. Portanto, entende-se que, para Anscombe e Ducrot, não se argumenta *com* a língua, porém *na* língua.

Um dos pilares desta proposta teórica é a hipótese segundo a qual não existe uma oposição entre Semântica e Pragmática: o sentido de um enunciado unicamente se pode descrever com precisão tomando em consideração determinadas intenções de enunciação inscritas na língua.

O fato de os exemplos discutidos acima diferirem claramente no seu significado, apesar de não divergirem no seu conteúdo vericondicional, levou Anscombe e Ducrot (1976) a postularem, então, uma Pragmática Integrada. O termo “pragmática”, numa teoria aparentemente semântica, surge como explicação para a não-captura dos significados dos enunciados sob uma semântica vericondicional. O que eles tomam por “integrada” é que os aspectos não-vericondicionais do significado de “tão... quanto” são, mais do que isso, aspectos de seu significado intrínseco, e não dependem da recuperação de

---

<sup>9</sup> Tradução nossa para: Le terme d'argumentation que nous avons adopté n'est sans doute ni très heureux ni très adéquat. Ce choix provient de ce que les premiers phénomènes qui nous sont apparus étaient explicitement de nature rhétorique. A dynamique dont nous parlons ici, se trouve certes réalisée dans les relations argumentatives (au sens banal du terme), mais elle déborde largement ces phénomènes. Il e a, dans notre théorie de l'argumentation, bienautre chose que a rhétorique habituelle

algum significado semântico vericondicional prévio da mesma maneira como, por exemplo, as implicaturas conversacionais de Grice dependem do resgate do conteúdo vericondicional do enunciado (o que é dito).

Rastier (1985, p.7) acredita que, de fato, se essa tese é descritivamente adequada, isto significa que seria teoricamente mais oneroso ligar o aspecto enunciativo do sentido a seu aspecto vericondicional (produzido unicamente pela Semântica) do que impor à semântica uma integração dos aspectos enunciativos do sentido.

Barbisan (2009), ao resgatar vários conceitos propostos pela teoria e promover ligações entre essa Pragmática integrada com a análise do texto/discurso, retoma o conceito próprio de Pragmática. Segundo a autora, Ducrot admite duas acepções para o termo, em que a primeira considera como pragmáticos apenas os aspectos contextuais do enunciado, aceitando que uma parte do sentido não pode ser apreendida pelas estruturas linguísticas, mas sem ignorar essa combinação estrutural linguística. Uma segunda acepção, ainda conforme Barbisan (2009, p. 2244), sobre a pragmática de Ducrot (1983), é que a pragmática diz respeito ao modo como o enunciado representa sua enunciação:

Como teoria enunciativa, a ANL<sup>10</sup> mostra que a fala, dentre outras funções, coloca-se em cena a si própria ao produzir uma representação de sua enunciação, comentando o que o locutor faz em sua fala. Assim, também nesta segunda acepção, semântica e pragmática não se separam, ao contrário, integram-se, entendendo-se que o sentido acrescentado pela pragmática já se encontra inscrito em filigrana na própria estrutura linguística, porque a significação das palavras contém *instruções* que apontam para a busca do sentido no uso da língua.

Para melhor compreender essa integração e a fim de esclarecer ideias necessárias às nossas análises, trazemos na próxima seção conceitos fundamentais da TAL, acompanhados de discussão e do posicionamento desta pesquisa acerca de cada um deles.

---

<sup>10</sup> A autora utiliza esta abreviação para a Teoria da Argumentação na Língua.

## 2.4 Conteúdos argumentativos

Entre os atos ilocutórios, os fenômenos da argumentação constituem um domínio privilegiado para a reflexão pragmática. Trata-se, verdadeiramente, de influenciar o interlocutor no interior do discurso, com o intuito de argumentar. É assim que, para Anscombe e Ducrot, argumentar consiste em

Apresentar um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) como destinado a fazer admitir um outro (ou um conjunto de outros) E2. O enunciador que argumenta não diz E1 para que o locutor pense E2, mas ele apresenta E1 como devendo levar normalmente seu interlocutor a concluir E2; ele define um quadro, no interior do qual o enunciado E1 leva a concluir E2 e o impõe ao destinatário<sup>11</sup> (ANSCOMBRE e DUCROT, 1988, p.130).

O ponto importante é que há limitações especificamente linguísticas para reger a possibilidade de apresentar um enunciado como um argumento em favor de outro. A estrutura linguística limita a argumentação independentemente da informação propriamente dita veiculada pelos enunciados. Assim, para os autores (ANSCOMBRE e DUCROT, 1988, p.130),

O valor argumentativo de um enunciado não é somente uma consequência das informações que ele conduz, mas a frase pode comportar diversos morfemas ou expressões que, além do seu conteúdo informativo, servem para fornecer uma orientação argumentativa ao enunciado, a levar o destinatário a essa ou àquela direção<sup>12</sup>.

Uma formulação em que uma relação argumentativa se localiza entre um enunciado A e outra unidade linguística C (enunciado, conteúdo) quando A é destinado a servir C necessita, por sua vez, da introdução de um agente e de

---

<sup>11</sup> Tradução nossa para: Présenter un énoncé E1 (ou un ensemble d'énoncés) comme destiné à en faire admettre un autre (ou un ensemble d'autres) E2. L'énonciateur qui argumente ne dit pas E1 pour que le destinataire pense E2, mais il présente E1 comme devant normalement amener son interlocuteur à conclure E2 ; il définit donc un certain cadre, à l'intérieur duquel l'énoncé E1 conduit à conclure E2 et l'impose au destinataire.

<sup>12</sup> Tradução nossa para: La valeur argumentative d'un énoncé n'est pas seulement une conséquence des informations apportées par lui, mais la phrase peut comporter divers morphèmes, expressions ou tournures qui, en plus de leur contenu informatif, servent à donner une orientation argumentative à l'énoncé, à entraîner le destinataire dans telle ou telle direction.

um destinatário, bem como considerar a relação argumentativa como o vestígio de uma atividade.

Assim é que Anscombe e Ducrot (1983, p. 84) interessam-se pelo significado do **enunciado**, baseando-se em hipóteses internas e hipóteses externas. Suas hipóteses externas funcionam de modo a fornecer os observáveis, que de nenhuma forma são dados brutos impostos ao linguista a partir do exterior da língua, “mas a partir de um conjunto de decisões que ele toma: é coextensivo a toda descrição criar suas próprias variáveis” (ANSCROBRE e DUCROT, 1988, p. 117); essas hipótese pressupõem outras, as hipóteses internas, que consistem em “imaginar entidades abstratas, em estabelecer correspondência com os observáveis e em construir um aparato formal que permita calcular – entre entidades abstratas – relações análogas às postuladas entre os observáveis correspondentes”<sup>13</sup>, o que representa o custo teórico da sua descrição semântica. Da dicotomia entre as hipóteses, os autores baseiam-se na hipótese global de que “todo locutor de uma língua é ou se crê capaz de explicitar, de interpretar as enunciações de que é autor ou testemunha” (p.120), sem crer que haja, por isso, um único valor semântico verdadeiro para cada enunciação, mas uma multiplicidade de valores semânticos, cujas hipóteses internas servem como mecanismos interpretativos postulados para identificar as interpretações possíveis e cujas hipóteses externas constituem suas possibilidades e impossibilidades.

Fundamentados nessas hipóteses, eles compreendem por **enunciado** o material linguístico com características “históricas” ( o mesmo token da Escola de Oxford), uma realidade observável, com posição específica no espaço e no tempo. A enunciação aparece, desse modo, como o acontecimento que redundando na produção de um enunciado, como a manifestação de um **enunciado-tipo**, ou seja, o material linguístico em que consiste um enunciado. Tomemos os seguintes exemplos:

(6a) Pedro virá ao encontro? “Est-ce que Pierre va venir au rendez-vous?”

(6b) Eu espero. “J’espère.”

<sup>13</sup> (ANSCOMBRE e DUCROT, *idem, ibidem*).

(7) Eu espero. “J’espère.”

(8) Eu espero que p. “J’espère que p.”

Os autores tomam (6b e 7) como um “ato de espera”, com o mesmo enunciado-tipo, porque eles contêm exatamente o mesmo material linguístico, embora cada uma de suas manifestações seja original (o estado temporal de esperar e a esperança). Os autores não se contentam em ter como observável apenas o enunciado-tipo e definem a **frase**, uma entidade abstrata que constitui uma sucessão de símbolos não necessariamente atestados nos enunciados. Assim, para o enunciado-tipo “J’espère”, se designa também a frase “J’espère que p”. Para os teóricos, contentar-se apenas com o enunciado-tipo teria o custo teórico de assimilar os dois enunciados (J’espère e J’espère que p), sem uma decisão argumentativa. Por isso, apesar de ser constituída a partir de um enunciado-tipo, a frase em geral não é igual a esse material, pois, nesse sentido, muitas vezes não-suscetível de ser enunciada (p.122).

O valor semântico dos enunciados (ANSCOMBRE e DUCROT, 1988) é, então, o **sentido** desses enunciados, e o valor semântico da frase constitui sua **significação**. Assim, temos que, como as frases e os enunciados, o sentido é observável, mas a significação não (op. cit., p.180). Segundo Ducrot (1972, p. 180-183), a significação de uma frase é um conjunto de **instruções** de como atribuir sentido ao enunciado. Metodologicamente, a significação derivada da frase deverá ser capaz de explicar a maior parte possível do sentido dos enunciados, além de poder ser prevista da forma mais sistemática possível a partir da forma dos enunciados – a qual deve ser distinta de sua estrutura sintática ou semântica, pois uma combinatória superficial revela tanto propriedades sintáticas quanto valores semânticos, delegando ao linguista a decisão de onde partir (ANSCOMBRE, 1995, p.15).

Nessa perspectiva, são as instruções argumentativas que cada unidade linguística contém que indicam como se deve acessar as informações que a situação de discurso proporciona para processá-la e conseguir chegar à interpretação do enunciado. Por exemplo, no enunciado “Chove (P), mas vou à praia (Q)”, a instrução argumentativa inserta no conector *mas* pode ser parafraseada por *P não consegue invalidar Q*. As instruções argumentativas,

portanto, possibilitam a atualização do sentido da unidade linguística, quando esta se inscreve em um contexto de comunicação determinado. Tenhamos o exemplo (9):

(9) Faz bom tempo.

Conhecer a estrutura subjacente a (9) é saber o que fazer para interpretar seu enunciado. Ducrot afirma que é parte da significação de (9) que o ouvinte esteja instruído a “olhar” para o lugar sobre o qual o locutor está falando e aceitar que o locutor está afirmando a existência de um tempo bom naquele lugar. O **sentido** do enunciado, por outro lado, o autor admite como uma descrição do evento da produção de um enunciado, ou seja, a enunciação. Isto inclui informações sobre a força ilocucionária do enunciado e sua argumentatividade potencial. Flagramos aí a simpatia dos autores à concepção benvenistiana de enunciação, vinculada às noções de pessoa, tempo, e *espaço* (no caso do exemplo 9), embora a enunciação seja conceituada de forma distinta.

A consequência que se depreende deste posicionamento teórico é que o sentido, para Anscombre e Ducrot, não é algo fixo e imutável:

Um enunciado, para mim, é composto de palavras para as quais não podemos determinar nenhum valor intrínseco estável, isto é, nenhuma correspondência com um conjunto qualquer de objetos da realidade; seu valor semântico não residiria então em si mesmo, mas apenas nas relações que ele mantém com outros enunciados, os enunciados que ele é destinado a fazer admitir, ou aqueles considerados capazes de fazer admiti-lo. Dito de outra forma, não consigo conceber um sentido que não seja a manifestação de uma intenção argumentativa (DUCROT, 1982, p. 157-158)<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Tradução nossa para: “Un énoncé, pour moi est composé de mots auxquels on ne peut assigner aucune valeur intrinsèque stable, c’est-à-dire aucune correspondance avec un quelconque ensemble d’objets de réalité ; sa valeur sémantique ne saurait donc résider en lui-même, mais seulement dans les rapports qu’il a avec d’autres énoncés, les énoncés qu’il est destiné à faire admettre, ou ceux qui sont censés capables de le faire admettre. Autrement dit, je n’arrive à concevoir un sens qui ne soit pas la mise en œuvre d’une intention argumentative”.

A determinação do sentido, portanto, estará estritamente vinculada à identificação e interpretação da **orientação argumentativa** dos enunciados. Em função das instruções argumentativas veiculadas pelas unidades linguísticas, a progressão do discurso pode desenvolver-se com diversas possibilidades.

Entre os atos ilocutórios, os fenômenos da argumentação constituem um domínio privilegiado para a reflexão pragmática. Trata-se, verdadeiramente, de influenciar o interlocutor no interior do discurso, com o intuito de argumentar.

Assim é que, para a TAL, um enunciado A e uma outra unidade linguística C (enunciado, conteúdo), quando A é destinado a servir C, necessitam da introdução de um agente e de um destinatário, bem como precisam considerar a relação argumentativa como o vestígio de uma atividade.

### 2.3 Conteúdos

Nesta fase da TAL, Anscombe e Ducrot (1983, p.102) analisam detalhadamente enunciados como (1) e (2)<sup>15</sup>. Primeiro, eles esclarecem que não querem atribuir significação aos próprios enunciados, mas principalmente às frases que lhes dizem respeito. Assim, a cada frase é atribuído um conjunto de conteúdos, alguns dos quais postos, alguns dos quais pressupostos. Os conteúdos postos equivalem a conteúdos informacionais ou factuais (ou, na verdade, vericonditionais), e pelo menos alguns dos conteúdos pressupostos são considerados argumentativos. Segundo os autores, “(2) Pedro é tão alto quanto Maria” terá o conteúdo posto em (10a) e pressuposto em (10b)<sup>16</sup>:

<sup>15</sup> (1) Pedro tem a mesma altura de Maria. (2) Pedro é tão alto quanto Maria.

<sup>16</sup> A teoria sofreu alterações em relação a suas hipóteses internas (criadas para explicar os fatos observados). A noção de pressuposição foi tratada pela lógica, daí a noção de verdade e Ducrot trouxe esse conceito para dentro da linguagem. Hoje, a TAL entende posto e pressuposto como sendo suporte e aporte (primeiro e segundo segmentos) para a construção do sentido no enunciado. Cf. Ducrot, O.; Carel, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação\*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008 (agradecemos à Profa. Dra. Leci Borges Barbisan pelos comentários).



(10a) A altura de Pedro é igual à altura de Maria.

(10b) A altura de Pedro é igual à altura de Maria (e) Pedro é alto.

Assim, (10a) e (10b) têm a mesma orientação argumentativa. Apesar de os autores não terem esclarecido, parece razoável considerar que eles diriam que (1) tem o mesmo conteúdo posto de (2) – ou seja, (10a) –, mas sem o conteúdo argumentativo pressuposto presente em (10b).

As instruções que irão determinar o sentido dos enunciados são, por conseguinte, orientadas por marcadores constituídos de marcas linguísticas importantes da enunciação, chamados conectores ou operadores argumentativos – que figuram entre as expressões argumentativas (EA).

Tomemos os enunciados “São só oito horas” e “Já são oito horas”. Estes são diferentes do ponto de vista argumentativo (embora equivalentes do ponto de vista lógico), na medida em que, com o segundo enunciado, podemos encadear, por exemplo, “Temos que nos apressar” – o que já não se pode fazer com o primeiro, que sugerirá, por exemplo, “Ainda vamos a tempo”.

São os **operadores argumentativos** (nos exemplos, *apenas* e *já*) que transformam os enunciados em premissas das quais podemos tirar uma entre as conclusões possíveis, situam o enunciado numa certa direção, e tornam determinadas conclusões implícitas. São também os operadores argumentativos que permitem o encadeamento dos atos ilocutórios que, como os elos de uma cadeia, constituem o discurso. Segundo Ducrot, o ato ilocutório opera um tipo especial de transformação: “trata-se sempre de uma transformação de ordem jurídica, da criação de direitos ou de deveres para os participantes do ato de fala.” (DUCROT, 1988, p. 445). Além disso, eles têm a função de mostrar a **força argumentativa** dos enunciados e a direção (sentido) para a qual indicam. Por meio destes operadores, é possível identificar a conclusão para a qual o enunciado serve de argumento.

---

Quanto aos **conectores argumentativos**, são os dispositivos (advérbios, conjunções e locuções de subordinação ou de conjunção etc.) que permitem a conexão ou a ligação recíproca de dois ou mais enunciados. Podemos imaginar um enunciado como “Como não estou com vontade de estudar, vou dar uma volta”, que é equivalente a “Vou dar uma volta, visto que não estou com vontade de estudar” porque, em ambos os casos, usamos conectores equivalentes (*como, visto que*) para ligar “não estou com vontade de estudar” e “vou dar uma volta”. Numa argumentação, os conectores podem ligar as premissas entre si, as premissas com a conclusão e a conclusão com as premissas.

A diferença entre os conectores e os operadores argumentativos, ainda nessa fase da Teoria, é que os primeiros são morfemas que articulam enunciados, conduzindo a orientação argumentativa — *mas, porém, em consequência, como, pois* etc.; os últimos funcionam como introdutores da argumentatividade na estrutura semântica das frases — *quase, um pouco, pouco, na realidade, de fato* etc. (ESPÍNDOLA, 2004).

Algumas críticas a essa fase da teoria merecem destaque: a) a dificuldade para descrever as expressões argumentativas; b) o fato de haver frases com o mesmo operador que chegam a conclusões diferentes; e c) o fato de haver frases com conectores opostos que chegam à mesma conclusão. Segundo Ducrot (1988), é possível que frases dotadas do mesmo operador argumentativo que levam a conclusões diferentes se distingam quanto aos fatos enunciados por elas. Por exemplo, quando enunciamos: “São quase oito horas. É tarde” ou “São quase oito horas. Apresse-se”, o operador “*quase*” tem em geral uma orientação positiva, isto é, dizer “*são quase oito horas*” é dizer que já decorreu bastante tempo, que se está bastante próximo das oito horas. A explicação oferecida até então para esse operador dizia que a mesma conclusão possível a partir de um enunciado em que ele ocorresse seria possível a partir de um enunciado no qual ele estivesse ausente (CAMPOS, 2007).

Numa fase mais avançada da TAL, a TBS, que será discutida ainda neste capítulo, trata da variedade de aplicação que esses conceitos findaram

por adquirir. Em seguida, apresentaremos uma modificação no amplo desenvolvimento da TAL, que representou uma ruptura no pensamento precedente, e serviu de ponte para o aparato que aplicamos (a TBS), os conceitos de *topoi*, formas tópicas e campos tópicos.

Quando foi introduzida a Teoria dos Topoi na TAL, a relação entre argumento e conclusão era vista como passagem do argumento para a conclusão, o que permitia a interpretação de que argumentação fosse um raciocínio como na lógica, portanto, extralinguístico. Por isso, a teoria dos topoi foi retirada da TAL, tendo em vista que a passagem de A para C pressupunha que o argumento tinha sentido completo do qual era extraída a conclusão. Como a TAL não admite a possibilidade de sentido de palavras ou frases isoladas – em que reside a noção de relação – não poderia igualmente admitir a possibilidade de sentido vindo de fora da linguagem – o *topos*, visto como princípio argumentativo. Tenhamos detalhadamente a evolução desse pensamento.

## **2.4 *Topoi*, formas tópicas, campos tópicos e modificadores**

### *2.4.1 Topoi e formas tópicas*

Um *topos* é uma regra argumentativa partilhada por uma dada comunidade, que, portanto, precisa ter mais membros do que apenas os locutores envolvidos no ato linguageiro (MOESCHLER e REBOUL, 1994). Essa regra é utilizada para licenciar o movimento de um argumento para o outro.

Nessa fase da TAL, com a adoção do conceito de *topos*, os operadores argumentativos passam a ser explicados como especificadores do trajeto da forma tópica convocada; o *topos* torna-se tão importante para a apreensão de sentido quanto a conclusão, pois é ele quem a determina. Tomemos a forma geral dos *topoi* (ANSCOMBRE e DUCROT, 1995):

(11) Quanto mais/menos o objeto O possui a propriedade P, mais/menos o objeto O' possui a propriedade P'.

Se for considerado que a proposição A = 'o objeto A possui a propriedade P' e a proposição B = 'o objeto O' possui a propriedade P'', então, um *topos* assume as quatro formas a seguir:

(12a) +A, +B

(12b) -A, -B

(12c) +A, -B

(12d) -A, +B

Se considerarmos que A é algo como "O tempo está quente" e B como "A praia estará agradável", as formas seriam as seguintes (ANSCOMBRE e DUCROT, 1995):

(13a) FT1: Quanto mais quente o tempo, mais agradável a praia.

(13b) FT2: Quanto mais frio o tempo, menos a agradável a praia.

(13c) FT3: Quanto mais quente o tempo, menos agradável a praia.

(13d) FT4: Quanto mais frio o tempo, mais agradável a praia.

Conforme (13) ilustra, há dois *topoi* incompatíveis concernentes a cada dupla de formas tópicas. Assim, o falante que aceita (13a) teria também de aceitar (13b), por exemplo.

Nas formas tópicas convocadas, os elementos são equivalentes (um não seria admitido sem o outro), porém em sentido duplo, crescente ou decrescente. Assim, a um esquema tópico irão corresponder dois *topoi*, em sentidos diferentes: um direto – quando as duas gradações são percorridas em sentidos iguais; e um indireto – quando são percorridas em sentidos opostos.

Ao *topos* direto, correspondem as duas formas tópicas (FT) equivalentes “+ A + B” ou “-A - B”; e, ao *topos* indireto, as formas tópicas contrárias “+ A – B” ou “– A + B”.

Da admissão das formas tópicas possíveis, eis que se depreendem três características dos *topoi*. A primeira (DUCROT, 1989) é a propriedade de ser *universal*<sup>17</sup>, comum, mas com uma universalidade pretendida, travada entre o enunciador e o destinatário. Quando dizemos “O tempo está quente, vamos à praia”, significa haver uma regra compartilhada pelos dois interlocutores que lhes permite a concordância de que praia é agradável com calor. Segundo Ducrot,

É perfeitamente possível apoiar-se em princípios que, na realidade, se é o único a reconhecer, ou mesmo que não se admite. Mas, desde que se os utiliza em vista de uma conclusão, faz-se como se eles fossem partilhados. Todo movimento argumentativo ostenta uma pretensão à banalidade (DUCROT, 1989, p.25).

A segunda propriedade é a de serem *gerais*, ou seja, válidos para a aplicação em situações diferentes daquela em que foram empregados. No exemplo anterior, “o calor torna a praia agradável” é um princípio que deve servir para outros empregos, do contrário, seria apenas a invocação de uma opinião contingencial do enunciador, o que o invalidaria como *topos* – já que este é um lugar comum do discurso.

A terceira e, conforme Ducrot, mais importante propriedade dos *topoi* é a *escalaridade*, que consiste no grau de aplicabilidade dos *topoi*. Estes servem para relacionar duas escalas, como no exemplo anterior, em que a temperatura torna a praia agradável. Assim, quanto maior a temperatura, mais agradável a praia; quanto menor, menos agradável; o calor é, assim, um fator progressivo de satisfação (DUCROT, 1988, p. 31).

Essa propriedade escalar atribuída aos *topoi*, em suas formas tópicas, é resultante da distinção entre dois tipos de *topoi*: intrínsecos e extrínsecos. A separação entre esses dois conceitos surgiu da necessidade de definir as

---

<sup>17</sup> Ser universal nesta teoria não significa a ausência de exceções (GONÇALVES, 2003).

palavras como feixes de *topoi*, ou seja, a palavra vista como viabilizadora de variados encadeamentos e discursos<sup>18</sup>.

Os ***topoi* intrínsecos** são aqueles que fundam a significação de uma unidade lexical. Assim, no encadeamento

(14) Maria é linda: ela seduz todos os homens. (DUCROT, 1988)

o conteúdo lexical de *linda* dirige o destinatário precisamente ao enunciado seguinte, em que beleza está ligada à ideia de sedução. Se, no entanto, temos

(15) Pierre é rico, mas avaro. (DUCROT, 1988)

convocamos um *topos* que se presta a um encadeamento conclusivo, ligado a certos conhecimentos, portanto, um ***topos* extrínseco**.

Disto resulta que a noção de escalaridade dos *topoi* consentiu, além da distinção entre *topoi* intrínsecos e extrínsecos, admitir uma gradação também nas palavras; se um *topos* é gradual, a palavra que o evoca também o é. Assim, temos que *próximo* e *distante* (ANSCOMBRE e DUCROT, 1995) podem ser graduais, têm graus de aplicabilidade diferentes – *próximo* e *distante* podem ser “mais ou menos próximo” ou “mais ou menos distante”. Além disso, esses adjetivos servem para representar diferentes intencionalidades, como é o caso que Anscombe e Ducrot (1995) apresentam em:

(16a) Pedro é um parente, mas um parente distante; (16 b) Pedro é um parente, mas um parente próximo.

<sup>18</sup> Ducrot assume que esta distinção é mais teórica do que prática (MOURA, 1998).

Dessa forma, ao propor um grau de aplicabilidade para os *topoi*, Anscombre e Ducrot (1995) observaram que os operadores argumentativos não seriam os responsáveis pela orientação das conclusões, visto que essa orientação se encontra, desde esta fase, na atualização de uma das formas tópicas convocadas. Ao realizar essa alteração na teoria, os linguistas franceses conseguiram resolver alguns dos problemas metodológicos levantados contrariamente a sua teoria, como o fato de haver frases em que operadores diferentes conduziam à mesma conclusão, na relação entre dois segmentos.

#### 2.4.2 Campos tópicos

Compreendemos, então, que a introdução das formas tópicas significa que Anscombre e Ducrot (1986) passam a não entender mais a captura do significado dos enunciados em termos de conteúdos postos e pressupostos. Mais do que isso, eles agora veem o significado da frase como o conjunto de *topoi* cuja aplicação se considera válida quando enunciada. Eles descrevem, então, os predicados linguísticos como feixes de *topoi*, introduzindo a noção de campos tópicos para redes de *topoi*. O que, fora da teoria, é visto como campo lexical é para os autores um campo tópico<sup>19</sup>, o que parece coerente com sua ideia seminal na TAL de que a argumentação é uma propriedade constitutiva da língua.

Desta forma, o significado de um predicado como *trabalho*, por exemplo, é atualizado envolvendo um feixe de *topoi* relativos a esse predicado. Vejamos algumas das possibilidades para *trabalho*<sup>20</sup> (ANSCOMBRE e DUCROT, 1986):

(17a) Quanto mais trabalho, mais sucesso.
---

<sup>19</sup>Entendido para os autores no mesmo sentido atribuído por Lyons, como uma coleção estruturada de lexemas relativos a um campo conceitual como, por exemplo, as cores, ou 'conhecimento' e 'compreensão' (DUCROT, 1989).

<sup>20</sup> Não apenas esses *topoi* relacionam-se a "trabalho", mas também seus contrários.

(17b) Quanto menos trabalho, mais descanso.

(17c) Quanto mais trabalho, mais cansaço.

(17d) Quanto menos trabalho, mais felicidade.

Outra forma de encarar esse feixe seria afirmar que essas gradações de *trabalho* relacionam-se, por meio de diferentes *topoi*, a uma série de outras gradações, por exemplo, como sucesso, descanso, cansaço e felicidade. Tais gradações, por sua vez, ligam-se ainda a outras gradações. Arriscaríamos dizer que se trata de uma teoria de múltiplas possibilidades, todas previsíveis e passíveis de cálculo. Essa rede de gradações constitui o que Anscombe e Ducrot (1989) denominaram **campo tópico**.

É interessante observar a esta altura que os autores (ANSCOMBRE e DUCROT, 1989, p.82) “de maneira alguma [afirmam] que todos os indivíduos da mesma comunidade linguística compartilham o mesmo campo tópico, mesmo que um dado indivíduo sempre possa fazê-lo”. Isso pode levar a questionar se qualquer predicado linguístico pode ter um significado estável numa comunidade linguística (inclusive para os mesmos indivíduos, ao longo do tempo), mas os teóricos se furtam à discussão.

Seguindo a linha teórica adotada, participamos da compreensão do enunciado como evento único e dotado de relações presumíveis por meio da apreensão do significado apenas no encadeamento. Daí, temos que essa estabilidade, fruto de uma compreensão apenas parcial da proposta dos campos tópicos, ocorre no nível dos atos de fala, num nível pragmático; no entanto, se se presumem certas relações entre enunciados, partilhadas, gerais e escalares, elas partem, por outro lado, de um sujeito, que pode, caso deseje, desconsiderar condicionamentos linguísticos e sociais, desestabilizar esse tipo de relação. Assim, tomamos essa “estabilidade” como algo passível de ruptura e, por isso, não adotamos a ideia com paixão.

Obviamente, esses desenvolvimentos da TAL lhe trazem considerações bastante diferentes daquelas anteriores na teoria. Assim, (2) *Pedro é tão alto quanto Maria* passa a ser analisado de forma que a frase (ou estrutura



profunda) concernente ao enunciado requeira que Pedro e Maria tenham o mesmo grau na gradação inicial de “altura” em todos os *topoi* que ligam “altura” a outras gradações como, por exemplo, “quanto mais alto, melhor perfil para ser manequim”<sup>21</sup> etc. Em outras palavras, faz parte do significado de (2) que cada conclusão que possa ser tirada da localização de Maria na escala de “altura” possa também ser tirada da localização de Pedro na mesma escala.

Provavelmente, o aspecto mais importante do movimento que vai dos conteúdos postos e pressupostos até os campos tópicos é o fato de que esse movimento representa também o deslocamento de uma semântica com alguns elementos vericonditionais (v.g. conteúdos postos) e não-vericonditionais (conteúdos argumentativos pressupostos) para uma semântica incondicionalmente não-veritativa.

Na próxima seção, veremos o grau de aplicabilidade dos enunciados, descrito pela Hipótese dos Modificadores.

### 2.4.3 Os modificadores

Para explicar a escalaridade que advoga como inerente aos predicados da língua, Ducrot propõe a Hipótese dos Modificadores. A proposta é de que as palavras de uma língua estão dispostas em dois grupos: os predicados (nomes e verbos) e os modificadores (palavras que determinam os predicados) (DUCROT, 1995).

Ducrot (1995, p.145) justifica a hipótese:

Os modificadores que me interessam aqui explicitam características cuja presença diminui ou aumenta a aplicabilidade de um predicado, isto é, para mim, a força com a qual se aplica, a propósito de um objeto, ou de uma situação, os *topoi* que constituem sua significação.<sup>22</sup>

Para a classificação dos modificadores, Ducrot propõe que sejam **realizantes** (MR) – que aumentam a força com a qual se determina o *topos*, ou

---

<sup>21</sup> Exemplo nosso.

<sup>22</sup> Tradução nossa para: Les modificateurs qui m'intéressent ici explicitent des caractères dont la présence diminue ou augmente l'applicabilité d'un prédicat, c'est-à-dire, pour moi, la force avec laquelle on applique, à propos d'un objet ou d'une situation, les *topoi* constituant sa signification.

**desrealizantes** (MD) – que diminuem essa força. Ele assim define os modificadores:

Uma palavra lexical Y é dita 'MD' em relação a um predicado X se e somente se o sintagma XY: (1) não é sentido como contraditório; (2) tem uma orientação argumentativa inversa ou uma força argumentativa inferior à de X. Se XY tem uma força argumentativa superior à de X, e de mesma orientação, Y é um MR. (DUCROT, 1995, p. 146-147.<sup>23</sup>

Para explicar os modificadores desrealizantes, Ducrot (1995) lança mão do caso clássico na TAL dos morfemas *pouco* e *um pouco*. Segundo ele, quando enunciamos

(18) Pedro comeu pouco.

(19) Pedro comeu um pouco.

temos modificadores desrealizantes. Em (18), o MD é **inversor**, pois se coloca contrário à orientação argumentativa de comida. Quando enunciamos “um pouco”, a orientação tem força inferior ao predicado “comida”, porém, não chega a ser contrária, mas atenuadora; trata-se de um MD **atenuador**.

Negroni (1995, p 102) afirma que “os modificadores realizantes aumentam a aplicação do predicado que eles modificam, seja qual for sua função sintática”. Ela exemplifica: A melhora foi rápida/ Foi uma melhora rápida. Se tomamos o sentido do predicado “melhora”, esperamos que seja rápida. Faz parte do sentido da palavra. Disto resulta que, por confirmar a orientação que a própria palavra dirige, o modificador “rápido” é realizante.

Com o desenvolvimento das noções de modificadores, a característica da gradualidade dos *topoi* transfere-se para a própria significação dos predicados. A TAL instaura-se desde esse ponto como uma teoria do sentido.

<sup>23</sup>Tradução nossa para: Un mot lexical Y est dit "MD" par rapport à un prédicat X si et seulement si le syntagme XY: (1) n'est pas senti comme contradictoire; (2) a une orientation argumentative inverse ou une force argumentative inférieure à celles de X. Si XY a une force argumentative supérieure à celle de X, et de même orientation, Y est un MR.

## 2.5 Reformulação da Teoria dos *topoi* e por que não conservá-la

A introdução dos *topoi* e das formas tópicas para ultrapassar a ideia de que os significados dos enunciados podem ser capturados em termos das conclusões para as quais eles podem ser utilizados como argumentos significa que são substituídas as definições das noções centrais da TAL, como a de *orientação argumentativa*, por exemplo.

É importante para esta investigação destacar que o estudo sistemático dos *topoi* não derivaria da linguística, mas de uma “antropologia cultural” (RACCAH,1993, p.526). Se assim se considera, um *topos* é fruto de certa ideologia<sup>24</sup> e poderia muito bem ser substituído por um *topos* diferente, que seria engendrado por outra ideologia. Assim, os *topoi* pretendem mostrar a intersubjetividade entre as pessoas, pois se baseiam numa categoria de garantias argumentativas – não linguísticas, que não configuram um terceiro termo na relação argumentativa entre argumento e conclusão – que se baseiam, por seu turno, em outras garantias, e assim por diante.

Como essas grandezas, então, aparecem nos enunciados? Ou melhor, como os enunciados as evocam? Esse é um problema, pois a descrição semântica das frases, por si, não é suficiente para determinar com precisão quais *topoi* serão evocados pelos enunciados, cujos *topoi* seriam, por assim dizer, prefigurados nas frases. Em outros termos, na opinião de Raccah (1993, p.526) “as frases já contêm em si ‘ingredientes de *topoi*’: estes são evocados, no seio da construção da frase complexa, por frases simples ou por membros de frases que os conectores interligam e às quais os operadores se aplicam”. Vistos dessa forma, os *topoi* seriam aparentemente uma categoria extralinguística, muito mais social, evocada por uma relação preestabelecida na estrutura profunda dos enunciados, mas não descritível nessa estrutura.

Tendo em vista essa natureza exterior dos *topoi*, passamos a considerar com mais prudência a teoria, cujas categorias com mantinham-se invariavelmente atreladas ao valor semântico profundo dos enunciados. A

---

<sup>24</sup> Este conceito será discutido a fundo adiante.

Teoria dos Topoi parece dar margem, então, nessa estrutura de análise fechada, composicional<sup>25</sup>, a uma abertura discursiva de certa inconsistência com os pressupostos próprios da teoria. Quando buscamos alcance nessa corrente para analisar textos/discursos, essa abertura aparece ilusoriamente como algo muito produtivo, ao resolver aparentemente o problema da instauração dos sujeitos sociais nas relações lexicais, e não é difícil aliá-la a análises textuais; entretanto, um questionamento se impõe: se o significado dos predicados se constrói por feixes de *topoi*, onde encontrar nessa categoria componentes linguísticos descritíveis, presentes na inteira metodologia desenvolvida pela TAL?

Para a Teoria, como vimos vendo, a argumentação está na língua, e esta entendida num sentido bastante limitado, estrutural. Desse modo, vemos que a Teoria dos Topoi, ao admitir como passo central para a completude de um encadeamento argumentativo um componente não-estrutural, volta atrás no seu desenvolvimento, tornando toda a estrutura observável tributária de elemento extralinguístico e, portanto, não-composicional, pois, como dissemos anteriormente, a frase conteria “ingredientes de topoi”, o que constitui uma proposta muito redutora. A Teoria dos Topoi, logo, representa uma contradição evidente com o princípio de imanência do sistema linguístico.

Destacamos firmemente que não nos posicionamos a favor de análises isoladamente estruturais quando tratamos do texto, muito ao contrário, porém as constatações a que chegamos foram internas à TAL e à Teoria dos *Topoi*, não nos sendo facultado, assim, descrever a argumentatividade presente nas expressões encapsuladoras por meio de um aporte que não nos parece apresentar uma coerência constante com seus princípios fundamentais, embora muito bem se coadune com o propósito de uma interface possível.

Carel e Ducrot (1995), ao atentarem para a inconsistência discutida, reformulam e substituem na teoria esse princípio desviante, ao elaborar a Teoria dos Blocos Semânticos, com a qual trabalharemos doravante.

---

<sup>25</sup> Aqui não estamos falando do texto em todas as suas articulações, senão na da própria teoria.

## 2.6 Teoria dos blocos semânticos

No esteio das fundamentações teóricas caras à TAL, para a qual a argumentação está inscrita na língua, Carel (1992; 1994) e Carel e Ducrot (1995; 2001) elaboram e desenvolvem a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

### 2.6.1 Situação

A principal contribuição da teoria é mostrar que, quando temos dois argumentos, eles se ligam argumentativamente para desencadear uma conclusão C, sem a necessidade de um terceiro elemento extralinguístico, como um *topos*, que sirva de suporte à passagem de um argumento ao outro. Isso significa que a argumentação é interior à relação entre as duas frases, e o sentido só pode ser apreendido no conjunto, nessa relação solidária entre os argumentos. Disto resulta que as frases, no sentido próprio à teoria, tornam-se enunciados apreensíveis no momento único de sua enunciação, em combinações infinitas e pontualmente descritíveis, fundadas no valor argumentativo do encadeamento.

Carel (1997) critica as abordagens logicistas da argumentação, em favor de uma visão intrinsecalista, ao sustentar que o sentido de uma expressão linguística não se constitui de propriedades reais dos referentes nem de crenças, mas dos **discursos** que as expressões linguísticas evocam.

Assim, o sentido de uma unidade linguística dá-se por meio dos discursos evocados por ela – seja pela sua AI ou pela sua AE – ou pelas modificações em outros discursos aos quais se associa. O discurso consiste no conjunto de enunciados orientado pelo valor argumentativo das palavras (as relações discursivas subjetivas e intersubjetivas) em interdependência argumentativa. Daí que “somente o discurso é doador de sentido” (CAREL e DUCROT, 2005, p. 165).

Esses discursos são representados por encadeamentos argumentativos do tipo *X Conn Y*<sup>26</sup>. Carel (1997) oferece os exemplos seguintes para explicar

---

<sup>26</sup> Lê-se X conector Y, podendo o conector ser DONC (logo) ou POURTANT (no entanto).

a diferença entre o pensamento logicista da linguagem e uma visão semântico-argumentativa:

20) Faz bom tempo: João deve estar alegre.

21) Faz bom tempo e João está alegre.

Segundo a autora, a condição climática imprecisa nos dois enunciados e a alegria de João estariam ligados aos fatos, a uma abordagem factual da língua, em que o locutor de (21) apresenta os fatos como separados, mas o locutor de (20) os une, apresentando uma conclusão como resultado da verdade do argumento e apelando para uma lei geral do mundo físico-psicológico, apresentada como admitida.

Ela contrapõe essa visão contrastando, por exemplo, a oposição clássica entre *pouco* e *um pouco*, já mencionada neste estudo. Segundo Carel, esses termos, se tomados por uma visão vericondicional, tendem a significar, já que as descrições nessa linha não apresentam parâmetro formal, *pouca quantidade*. Como exemplo, ao se admitir apetite como sinal de saúde, é muito difícil para uma visão referencialista desenvolver uma explicação para as seguintes conclusões opostas que partem da mesma lei:

22) Ele comeu pouco: assim não melhora (estou preocupado).

23) Ele comeu um pouco: deve melhorar (estou contente).

Desse modo, seria uma opção inválida inverter conclusões como “ele comeu um pouco: assim não melhora”, ou “Ele comeu pouco: deve melhorar”. Esse problema advém do fato de, nessas vertentes, a língua poder apresentar os fatos de maneiras diversas, com o conteúdo de um enunciado sendo posto ou pressuposto. Assim, teríamos como pressuposto que “Pedro comeu certa quantidade de alimento”, e como posto que “A quantidade de alimento comida por Pedro é fraca”. Quando pomos que “Pedro comeu”, são permitidos

raciocínios baseados na existência de certa quantidade de alimento ingerida por Pedro. Quando pressupomos que “Pedro comeu pouco”, é na pouca quantidade de alimento que o raciocínio estará fundado, e eis o porquê das conclusões opostas.

É dessa forma que a visão pressuposicional da argumentação apenas descreve dois argumentos e focaliza um raciocínio. Para a autora, essa noção é suplementar, pois o fato de o bom tempo ser agradável, por exemplo, serve apenas para validar um raciocínio, dependendo, assim, da noção de validade. Além disso, não é possível dar conta de todas as oposições argumentativas, pois a língua não produz enunciados unicamente descritivos. Assim, a falta de uma explicação para a distinção entre *pouco* e *um pouco*

deve-se ao seu projeto de deduzir o potencial argumentativo de uma outra função da língua contrária ao semantismo dessas palavras. É a própria significação de *pouco* que se opõe argumentativamente a *um pouco*, e, mais largamente, é o próprio sentido de um argumento que requer tal ou tal conclusão (CAREL, 1997, p 5).

Ao estabelecer a diferença essencial entre uma visão pressuposicional dos fatos da língua e uma visão argumentativa intrinsecalista, Carel (1992; 1997) funda uma perspectiva em que o sentido dos enunciados pode ser apreendido nos encadeamentos em *donc* ou em *pourtant*, e a argumentação passa a ser proposta como uma *convocação de blocos semânticos*.

### 2.6.2 Os blocos semânticos

Vimos que a novidade da TBS está em atribuir ao próprio encadeamento argumentativo o desencadeamento do sentido nos enunciados. Carel (1997) entende que a argumentatividade do encadeamento *A donc C* consiste em evocar os princípios contextuais, estereótipos que exprimem fórmulas como “apetite é sinal de saúde”, que, antes na TAL, eram representados pelos *topoi*. Ora, poderíamos perguntar, então, o que mudou? Mudou o fato de não mais se recorrer a um elemento extralinguístico, não-observável na frase, e a possibilidade de descrever, com os elementos próprios da língua, o percurso

argumentativo das palavras. Se, por um lado os blocos semânticos evocam estereótipos, por outro, eles mantêm sua composicionalidade na estrutura profunda dos enunciados. Esses princípios constituem “representações unitárias e lhes atribuímos um papel primeiro no sentido de que eles constituem, a nosso ver, o próprio conteúdo dos encadeamentos argumentativos” (CAREL, 1997).

Tomados assim, podemos definir os blocos semânticos como pacotes mínimos de significação, descritíveis, composicionais e contextuais. As palavras em isolamento – é certo que não estamos incluindo aqui o objeto do analista – não contêm senão nuances de argumentatividade, uma latência, uma propensão; é, contudo, no encadeamento argumentativo que elas serão argumentativamente (e isso é um princípio constitutivo da própria língua) realizadas.

Tenhamos presente os exemplos (CAREL, 2007, p.11):

24) A casa é agradável: (DONC) vou poder descansar.

25) A casa é agradável: (DONC) vou poder trabalhar.

Nos casos acima, a propriedade de uma casa de ser agradável é particular ao sentido global do bloco: uma casa é silenciosa ou quieta ou escura ou uma série de propriedades que (*donc*) a tornam agradável para o descanso; ou é ventilada, fresca, equipada ou tem *n* propriedades que (*donc*) a tornam agradável para o trabalho. Ou, além disso, é calma de forma suficiente para o trabalho ou calma de forma suficiente para o descanso. Importante aqui é saber que “agradável” em um encadeamento argumentativo pode se realizar semântica-argumentativamente apenas em conjunto com sua conclusão. É assim que os exemplos acima, como todos os encadeamentos em *donc*, exprimem um bloco semântico, e o bloco é a unidade semântica.

Disto resulta uma definição de **argumentação** diferente das concepções tradicionais, mesmo no quadro da TAL:



Como essas fórmulas gerais (a riqueza torna feliz, o bom tempo é agradável...), os encadeamentos em *donc* não expressam nada de muito redundante, banal, pelo próprio fato de a lexicalização de seus blocos constituir seus argumentos e suas conclusões. Se são aceitos, não é porque o conteúdo de sua conclusão é efetivamente justificado por aquele de seu argumento: ao serem interpretados juntos, estes dois segmentos não têm conteúdos isoláveis, que preexistam aos encadeamentos e que possam, então, transmitir sua verdade. Ao expressar apenas blocos, os encadeamentos argumentativos não são demonstrações por mais fluidas ou incertas que sejam. Argumentar consiste somente em reunir blocos lexicais e em pretender-se ser coerente com eles: se os encadeamentos com *donc* podem assumir uma eventual força persuasiva, isso ocorre unicamente porque eles exprimem um lugar-comum. (CAREL, 1997, p.12)

Assim, tem-se uma noção de argumentação fundamentada na linguística interna aos enunciados, mais precisamente na frase, em que cada segmento contém um *donc* passível de associar-se a outro segmento que completa o sentido desse *donc*, originando blocos semânticos coerentes com o contexto de sua enunciação<sup>27</sup>.

Carel (1997) lembra que esses encadeamentos não exprimem, no entanto, apenas blocos, pois são dotados de certa qualidade que, ligada a um bloco, permite construir uma regra, conforme descrito em (26):

26(neg): Pedro não é rico. Ele não deve ser feliz.

(26): Pedro é rico: ele deve ser feliz.

Nesse caso, os segmentos tratam da mesma felicidade, aquela capaz de fazer que Pedro seja ou não feliz; isto é, eles têm a mesma qualidade. No exemplo em que se confronta *pouco* e *um pouco*<sup>28</sup>, a qualidade dos segmentos é oposta, segue uma regra diferente, tendo em vista que as conclusões possíveis para os mesmos argumentos são notoriamente opostas, conforme já discutimos. Essa oposição é atribuída ao fato de *pouco* e *um pouco* remeterem

<sup>27</sup> Tomamos este termo como o descreve a TAL.

<sup>28</sup> Ele comeu pouco: assim não melhora; Ele comeu um pouco: deve melhorar.

a duas regras contrárias do mesmo bloco semântico, que configuram uma argumentação normativa e uma argumentação transgressiva.

### 2.6.2.1 A formação de uma regra

Apesar de apresentar uma teoria linguística intrinsecalista para a argumentação, em muito diversa das teorias sobre o tema também consolidadas, Carel (1998, p.257) encontra em todas elas um axioma em comum: os discursos que contêm o conector *donc*<sup>29</sup> (*logo*) e os discursos que contêm um conector ou uma marca mais ou menos parafraseável por *donc*<sup>30</sup> são argumentativos. Levantam-se, então, os seguintes questionamentos (CAREL, 1998): 1) há discursos nos quais o conector não pode ser parafraseado por *logo*, mas que, com certeza, introduzem encadeamentos em *logo*?; 2) há discursos nos quais o conector não pode ser parafraseado por *logo*, mas que, com certeza, expressam algo de natureza igual ao que exprimem os encadeamentos em *logo*?

Anscombe e Ducrot (1995) teriam respondido sim à primeira pergunta. Para eles, na expressão argumentativa *A mas B*, *A* levaria a uma conclusão *r* e *B* levaria a outra conclusão  $\sim r$ <sup>31</sup>. Segundo Carel (1998, p. 259- 260), o locutor elegeria *B* em detrimento de *A*, pois a orientação de *A* foi redirigida a *B*, o que ela não questiona, mas as questões que surgem, fundamentais para a descrição da TBS, são: “Por que descrever a ‘oposição’ de *A* e *B* como uma contradição entre as conclusões que *A* e *B* apontam; por que levá-la a uma oposição entre encadeamentos em *donc*? Por que impor a *A* e a *B* introduzir encadeamentos em *donc*?”

Discutamos com os exemplos da autora (CAREL, 1998, p. 259- 260):

<sup>29</sup> Como: Pedro é rico, logo é feliz (CAREL, 1998, p. 257)

<sup>30</sup> Como: Pedro é rico: deve ser feliz (CAREL, idem, ibidem).

<sup>31</sup> Leia-se: contrária a *r*.

(27-NEG) Pedro estudou pouco: logo corre o risco de ser reprovado no exame.

(27) Pedro estudou um pouco: logo tem possibilidade de ser aprovado no exame.

\*(28-NEG) Pedro estudou pouco; logo tem possibilidade de ser aprovado no exame.

\*(28) Pedro estudou um pouco: logo corre o risco de ser reprovado no exame.

(29-NEG) Pedro estudou pouco, mas o problema era fácil.

(29) Pedro estudou um pouco, mas o problema era difícil.

\*(30-NEG) Pedro estudou pouco, mas o problema era difícil.

\*(30) Pedro estudou um pouco, mas o problema era fácil.

Nos quatro primeiros exemplos, relembramos o fato de *pouco* e *um pouco* aparentemente fazerem a mesma descrição factual da língua, mas serem notoriamente diferentes numa descrição argumentativa. Nos exemplos seguintes, em comparação com os anteriores, temos que, parafraseando *logo* por *mas*, o resultado é paralelo, mesmo que não sejam conectores parafraseáveis, tendo em vista que, na nossa gramática, *logo* é uma conjunção consecutiva e *mas* uma conjunção adversativa. Além disso, ao descrever a ‘oposição’ que determina *A mas B* como uma oposição entre os encadeamentos em *logo* introduzidos por *A* e *B*, Anscombe e Ducrot (1995) podem levar à divergência de aceitabilidade de (29) e \*(30-NEG).

Para a segunda pergunta, Carel (1998) afirma que Anscombe e Ducrot (1995) teriam respondido não: não há discursos nos quais o conector não pode ser parafraseado por *logo*, pois, com certeza, expressam algo de natureza igual ao que exprimem os encadeamentos em *logo*. A autora lembra a teoria dos *Topoi*, afirmando que os autores, se mantidos nessa corrente, conservariam “do logicismo e da retórica da persuasão a ideia abstrata segundo a qual um encadeamento com *logo* justifica uma conclusão” (p.262), mantendo a visão de um movimento justificativo para a argumentação. Disto resultaria que todo discurso semelhante a um encadeamento em *logo*, que não fosse

parafra-seável por *logo*, seria analisado como uma estrutura complexa continente de um encadeamento em *logo*. O resultado dessa justificação opositiva seria um problema.

Carel (1998) desenvolve, então, a ideia de que os encadeamentos em *pourtant (entretanto)*<sup>32</sup> têm parentesco com os encadeamentos em *logo*, não pelo fato de os primeiros serem subjacentes aos segundos, porém, pelo fato de “expressarem aspectos paralelos de uma noção de argumentação que em si mesma não é da ordem nem de *logo* nem de *entretanto*” (p.264), refutando a resposta dos autores precedentes e respondendo sim à pergunta 2:

os encadeamentos em *entretanto* são discursos nos quais o conector não pode ser parafra-seado mediante *logo*, que não articulam, que não contêm encadeamentos com *logo*, e que, não obstante, expressam algo de mesma natureza que o que expressam os encadeamentos em *logo*.

Ao conduzir esse raciocínio, Carel coloca a TBS como teoria distinta de justificação, solitária nos estudos da argumentação, semântica e argumentativamente fundada sobre o princípio de que há argumentações em *logo* e que, paralelas a essas, se encontram argumentações em *entretanto*, igualmente parafra-seáveis por outros conectores da língua. Isso implica que, na perspectiva da autora, as argumentações em *logo* não são o protótipo da argumentação. Se retomarmos o exemplo da casa agradável para o trabalho e da casa agradável para o descanso, vemos que “agradável” é qualificado apenas pela interdependência semântica que resulta no bloco<sup>33</sup>. Assim, os encadeamentos exprimem apenas um ponto de vista: o da casa calma de forma suficiente para o trabalho, ou o da casa calma de forma suficiente para o descanso.

É considerando as argumentações em *logo* paralelas às argumentações em *no entanto* que se estabelecem as **regras** presentes nos exemplos abaixo (CAREL, 1998, p.271):

---

<sup>32</sup> Vejam-se os exemplos: Pedro estudou um pouco, logo tem condições de ser aprovado no exame e Pedro estudou um pouco, no entanto foi reprovado no exame.

<sup>33</sup> Agradecemos os comentários da Profa. Dra. Leci Barbisan.

(31) Pedro estudou um pouco: logo tem possibilidade de ser aprovado no exame.

(31') Pedro estudou um pouco: entretanto, corre o risco de ser reprovado no exame.

(31-NEG) Pedro estudou pouco: logo corre o risco de ser reprovado no exame.

(31NEG') Pedro estudou pouco: entretanto, tem possibilidade de ser aprovado no exame.

Como se trata da mesma relação estudo-êxito, há um mesmo bloco semântico subjacente a estes quatro encadeamentos. Assim, quando se recorre à ideia de que o trabalho leva ao êxito, é este bloco que se põe em jogo. (31) e (31-NEG), então, conferem qualidades diferentes, positiva no primeiro caso e negativa no segundo, isto é, em *donc* e em *pourtant*. Uma **regra** é determinada, então, pelo conjunto de um bloco e uma qualidade: se convocam o mesmo bloco, (31) e (31') não convocam a mesma regra. Desta forma, (31) é formado pela regra do enunciado “quem estuda tem sucesso”, e a regra de (31NEG) diz que “quem não estuda fracassa” (CAREL, 1998). Essas regras não se identificam com os blocos semânticos, mas atribuem ao bloco certa qualidade (CAREL, 1998, p.272).

Tenhamos em vista que, para a convocação de um bloco semântico, é necessário acordo do locutor em relação à regra articulada: hipoteticamente, digamos “Pedro estudou um pouco, no entanto passou de ano”; a regra utilizada seria “quem estuda fracassa”, e isso, por não se tratar de uma crença habitual, causaria estranheza; porém, seria essa regra a representar a atitude, ou melhor, a opção do locutor. Conheçamos a seguir os aspectos dos blocos semânticos.

#### 2.6.2.2 Argumentação normativa e argumentação transgressiva

Se, por um lado, os encadeamentos *A logo C* e *A entretanto C* expressam a mesma regra, eles têm **aspectos** diferentes. As argumentações em *logo* utilizam o aspecto normativo, e as argumentações em *entretanto*, o aspecto transgressivo.

A argumentação é, portanto, denominada **normativa** quando os segmentos que a compõem mantêm entre si a mesma interdependência semântica que os segmentos ligados por *logo*. Por outro lado, é denominada **transgressiva** quando os segmentos que a compõem mantêm entre si a mesma interdependência semântica que os segmentos ligados por *entretanto* (CAREL e DUCROT, 2001; DUCROT, 2001).

São, então, normativos os segmentos do tipo *A logo C*, *A então C*, *A pois C* etc.; e são transgressivos encadeamentos do tipo *A embora C*, *A mesmo assim C* etc. Para categorizar esses encadeamentos similares num mesmo aspecto, determina-se, assim, que eles sejam do tipo **A logo C** ou **A entretanto C**<sup>34</sup>.

Carel (1998) esclarece que a diferença de aspecto não é uma diferença de atitude do locutor, mas, ao contrário, os locutores de *A LOGO B* e *A ENTRETANTO C* se comprometem da mesma forma y que os locutores de *A LG C* e *NEG-A*<sup>35</sup> *LG NEG-C*. É assim que os encadeamentos *A LG C* e *A ET NEG-C* se distinguem apenas por seus conteúdos, em que *A LG C* é um aspecto normativo e *A ET NEG-C* é um aspecto transgressivo da mesma regra, e os locutores utilizam os aspectos no sentido em que se responsabilizam pelos conteúdos.

Tenhamos como exemplificação a relação entre prudente e acidente (CAREL e DUCROT, 2001): esta compreende dois aspectos, ligados à mesma regra, e possibilitam os encadeamentos:

---

<sup>34</sup> Doravante *X LG Y* e *X ET Y*.

<sup>35</sup> Esse operador negativo não corresponde apenas à negação, mas também, por exemplo, a modificadores desrealizantes inversores, tais como *pouco*, interrogações negativizantes, expressões como “eu duvido que”, e comparações de igualdade ou superioridade (DUCROT, 2001).

32a) Pedro é prudente, logo não sofreu acidente [prudente LG NEG-acidente].

32b) Se Pedro foi prudente, ele não sofreu acidente [prudente LG NEG-acidente].

32c) Pedro é prudente, entretanto sofreu um acidente [prudente ET acidente].

32d) Mesmo que Pedro seja prudente, ele sofrerá acidentes [prudente ET acidente].

Carel e Ducrot (2001) denominam os dois primeiros exemplos de aspecto *prudente LG NEG-acidente*, sendo normativos os discursos que compõem esse aspecto. Os dois exemplos seguintes constituem o aspecto *prudente ET acidente*, com discurso transgressivo. Apesar de pertencerem a materialidades diferentes, Ducrot (2001) alerta para a importância de colocar LG e ET no mesmo plano, sem que se derive um do outro. Isto porque são duas formas independentes de fazer a conexão (CONN) de dois segmentos de um encadeamento argumentativo.

Uma entidade linguística pode convocar um dos dois aspectos do encadeamento de duas formas: por sua argumentação interna e por sua argumentação externa. É o que veremos a seguir.

### 2.6.2.3 Argumentação interna e argumentação externa

Ducrot (2001) compreende que certos aspectos partem da **argumentação interna** (AI), outros da **argumentação externa** (AE) da entidade linguística. A AI constitui uma sorte de paráfrase da entidade, assim, os encadeamentos A CONN C<sup>36</sup> em que ela se compõe não devem conter essa entidade nem no interior de A nem no interior de C e é por isso que um aspecto como *dever fazer DC fazer* pertence à AI do qualificador *virtuoso* (DUCROT,

<sup>36</sup> CONN corresponde aqui tanto a LOGO quanto a ENTRETANTO, cada qual a seu turno, decerto.

2001, p.23). Esse mesmo qualificador comporta a AE configurada em termos do que lhe é antecedente ou conseqüente, tal como *virtuoso LG estimável*.

Compreendemos que a argumentação externa, então, não deriva do âmago próprio à significação da entidade, como ocorre com a argumentação interna; advém, porém, de associações possíveis e particulares apenas em conjunto, no bloco. Trata-se, na argumentação externa, de extensões semânticas possíveis que partem de reelaborações pontuais no encadeamento e, numa acepção mais lata, no discurso. É esse tipo de significação exterior à estrutura profunda da palavra que queremos somar aos estudos textuais das anáforas encapsuladoras - é a parte que nos interessa mais de perto aqui.

Para explicar de forma mais didática a diferença entre AI e AE, tenhamos presente que jamais se pode derivar de um adjetivo como *virtuoso* uma argumentação interna como *\*virtuoso LG fazer*. Isso porque a própria entidade não pode fazer parte do encadeamento e assim se fala em paráfrase. Digamos, portanto, que a AI parte de um conteúdo semântico-lexical, da estrutura profunda da entidade, correspondendo, assim, numa afirmação afrouxada, aos significados encerradamente “sinônimos”<sup>37</sup> daquela entidade.

Por outro lado, temos que a argumentação externa compreende aspectos ligados às possibilidades semântico-textual/discursivas de realização dos blocos, que concernem, como referido anteriormente neste trabalho com Carel (2001), coincidentemente ou não – cremos que não –, a estereótipos e conhecimentos comuns. Isto faz retornar a uma velha questão, também cara à suposta distinção entre anáforas associativas e anáforas inferenciais. O que, de fato, pertence a um conteúdo semântico-lexical profundo? Como separar características estereotípicas de traços lexicais<sup>38</sup>? Neste estudo, as argumentações externas mantêm uma relação simbiótica com o discurso, pois compreendemos que, se temos a convocação, nos blocos semânticos, de estereótipos e conhecimentos partilhados, estes não podem se furtar a um entendimento discursivo do fenômeno argumentativo.

---

<sup>37</sup> Considere-se a acepção vulgar deste termo.

<sup>38</sup> Discutiremos a questão com mais profundidade adiante



É dessa forma que temos como impossibilidade o encadeamento *\*dever fazer LG amado*, pois a AE de um encadeamento convoca conceitos exteriores à estrutura profunda própria à entidade, e não mais uma paráfrase, mas as “ideias” que antecedem ou derivam daquele encadeamento. Por exemplo, dizer “Pedro é virtuoso e por isso muito estimado” convoca o encadeamento “virtuoso LG estimado”, que se revela como consequência da qualidade de ser virtuoso. Diferentemente, parece impossível um encadeamento como: *\*Pedro deve fazer, logo é estimado*. AI e AE tratam de ordens semântico-argumentativas distintas: uma, parafrástica; outra, textual/discursivamente contígua. É bom lembrar que, como alguém obteria, isso não parece reduzir a sinonímia e a paráfrase ao âmbito semântico-lexical estrito, sem considerações de ordem pragmático-discursiva, tendo em vista que se toma como unidade argumentativa mínima o encadeamento argumentativo, mas não apenas a sua argumentação interna.

A argumentação externa de um encadeamento como esse acima encerra também um aspecto *converso*, segundo o qual, por exemplo, “Pedro é virtuoso, mas ninguém gosta dele”, em que temos *virtuoso ET NEG-estimado*. Assim, a AE de todos os encadeamentos comporta, além do aspecto A CONN C, um aspecto converso, descrito pela seguinte norma: A CONN' NEG-C<sup>39</sup>. A AI, por outro lado, nunca comporta aspecto converso, daí ser impossível o encadeamento *\*Dever fazer ET NEG-fazer*, relativo ao adjetivo *virtuoso*.

### 2.6.3 Internalizadores

Além das categorias que vêm explicitadas no curso deste capítulo, é útil conhecermos alguns conceitos que podem interferir na condução da argumentação nas anáforas encapsuladoras, como palavras plenas, palavras ferramentas e internalizadores.

Para Ducrot (2002, p. 7),

---

<sup>39</sup> CONN' corresponde aqui ou a LG ou a ET, dependendo de qual for CONN.

O sentido de uma unidade linguística consiste ou em evocar um conjunto de discursos (sejam argumentações externas ou internas) ou, se se trata de uma unidade com função puramente combinatória, em modificar os conjuntos de discursos que se associam a outras unidades.

Assim, pode-se dizer que há **palavras plenas** – caracterizadas por possuir um conteúdo, como a maioria dos substantivos, por exemplo – e **palavras ferramentas** – que se caracterizam por não designar nenhum “elemento da realidade” – o que nos autoriza afirmar que apenas as primeiras possuem uma AI e uma AE que lhes são próprias, na medida em que o valor das segundas se define em relação aos discursos que não estão diretamente associados a elas.

Palavras ferramentas são, por exemplo, os conectores, que só se definem nos discursos em que se localizam. No grupo dessas palavras, encontram-se também os operadores, que consistem em uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY, cujo sentido é constituído por aspectos que contêm as palavras plenas que já estão presentes na AI e na AE de X, com o qual o operador reorganiza ou recombina os constituintes semânticos de X.

Na categoria dos operadores, há duas classes de palavras: os modificadores e os internalizadores. Um modificador Y é tal se, em relação com uma palavra X, a AI do sintagma XY está conformada exclusivamente pelas palavras plenas contidas na AI de X, de forma que Y não introduz nenhum termo pleno novo nos aspectos da AI de X e apenas os reorganiza, por meio de uma nova combinação com os conectores e a negação. Tomemos o exemplo (DUCROT, 2002, p. 12) :

(33) X= prudente

Y= pouco

AI de X: PERIGO LG PRECAUÇÃO

AI de XY: PERIGO ET NEG-PRECAUÇÃO

Dito em outras palavras, enquanto quem é prudente toma precauções quando há perigo, quem é pouco prudente não toma precauções frente ao perigo. Como observamos, as palavras plenas que constituem a AI de X

(perigo /precaução) são as mesmas que aparecem nos aspectos da AI de XY (perigo /precaução).

Temos um internalizador Y, por sua vez, quando, em relação com uma palavra X, Y incorpora as palavras plenas da AE de X à AI de XY. Deve-se atentar para o fato de que, se a AE de X sempre contém um aspecto em LG e também um aspecto em ET (que é converso ao primeiro), o internalizador seleciona apenas um desses aspectos, isto é, ou o aspecto normativo ou aquele transgressivo, para incluí-lo na AI de XY. Tenhamos o exemplo (DUCROT, 2002, p.20):

(34) X= bobo

Y= demais

AE de X: bobo LG carente de interesse/ bobo ET NEG-carente de interesse

AI de XY: bobo LG carente de interesse

Tendo em vista que o internalizador “demais” seleciona o aspecto normativo da AE de X, se diz que é um **internalizador normativo**. Em oposição a esses internalizadores, chamaremos **internalizadores transgressivos** aqueles que selecionam o aspecto transgressivo da AE de X. Por exemplo (DUCROT, 2002, p.16):

(35) X = buscar

Y = inutilmente

Pode-se dizer que as AE de X são: “buscar LG encontrar / buscar ET NEG-encontrar”. A aplicação do internalizador “inutilmente” à palavra “buscar” determina que a AI de “buscar inutilmente” seja, com efeito, o aspecto transgressivo da AE de buscar, ou seja: AI de XY: buscar ET não encontrar. E a descrição de “buscar inutilmente” será, definitivamente, “buscar onde não se encontra”. Dessa forma, o internalizador “inutilmente” determina uma

internalização transgressiva à direita, desde que os aspectos sobre os quais opera o internalizador são aqueles nos quais o primeiro segmento é a palavra X.

Os modificadores realizantes e desrealizantes se tornaram, na TBS, os internalizadores normativos e transgressivos que acabamos de conhecer. Foi necessário adaptar alguns conceitos anteriores para a definição das argumentações interna e externa que a TBS postulou, o que veio a alterar apenas o princípio fundamental de que as próprias palavras, sem que se recorra a elementos externos, articulam por si, no encadeamento, o sentido argumentativo pretendido em contexto.

Ter-se-á observado, nesta teoria recém-apresentada, a carência de se considerar pontos relevantes para uma análise textual. Caso, como neste estudo, desejemos buscar o sentido de um encadeamento argumentativo e sua significação interna, temos os instrumentos necessários; mas, pragmaticamente, o que, na análise argumentativa, nos permite analisar expressões encapsuladoras iguais, ou seja, itens lexicais idênticos, como “isso”, em que todas as suas manifestações em um mesmo texto apresentam como resultado estratégias argumentativamente diferentes, tomadas de posição não-lineares? Como relacionar esse pronome aparentemente organizador ou espacial a uma argumentação planejada e articulada, intencional? A diferença dos resultados argumentativos pela seleção desse item lexical não pode ser individualizada apenas por um *feeling*, mas é necessário investigarmos o que ocorre na relação entre os sentidos articulados no texto para fazer que palavras “idênticas” sejam objeto de uma trama argumentativamente tão distinta. A resposta para “isso” é certo que a teoria da polifonia pode oferecer, dado que descreve as atitudes do locutor frente aos mais diversos enunciadores que traz à tela, pautada no instrumental da TBS.

Certamente, palavras assim, como operam remissões, remetem a algo diferente delas e com esse diferente se articulam de alguma forma, com algum propósito: é necessário que se analisem as anáforas encapsuladoras, sobretudo aquelas pronominais, não apenas como expressões anafóricas com função organizadora, mas preponderantemente, como expressões referenciais

argumentativas, em que se retoma uma série de atitudes do locutor em face do seu projeto de dizer e de suas intenções, não apenas uma porção resumitiva cotextual anterior, mas um texto e uma “guerra” inteira.

É assim que advogamos pela argumentatividade em qualquer expressão referencial, porque todas (e o digamos por abdução, levados pelo projeto da TAL) são fruto de uma reelaboração estratégica sob a qual se imprime uma argumentação, uma mudança de atitude do locutor em face do seu enunciado. Dessa forma, advogamos que a função primordial das anáforas encapsuladoras é argumentativa: mesmo que estejam servindo para organizar tópicos discursivos, ou para qualquer outro papel, derivam de uma avaliação do locutor sobre a melhor forma de pôr em cena a si mesmo e aos enunciadores com os quais trava embate ou com os quais simpatiza.

Para alcançar as argumentações mediadas pelas anáforas encapsuladoras, então, é indispensável levarmos em consideração a teoria da polifonia (Ducrot, 1988; Carel e Ducrot, 2008), complementar e interdependente à TBS, tomando por noção que é muito produtivo encontrar as marcas deixadas pelo locutor, pois, segundo Carel (2008, s/p), “uma palavra pode exprimir [...] muitos encadeamentos argumentativos, consecutivos ou transgressivos, e é possível que alguns desses encadeamentos estejam ligados a um ponto de vista particular”. Esses pontos de vista constituem, por vezes, estratégias relegadas pela análise lexical.

## **2.7 O fenômeno da polifonia**

Os conceitos apresentados até agora se articulam para descrever o percurso argumentativo dos enunciados. Nosso estudo se municia desse aparato teórico para discutir a trajetória de enunciados referencialmente “retomados”.

A polifonia foi primeiramente explicitada por Bakhtin (1929), para quem há “toda uma categoria de textos, e notadamente de textos literários, para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem

que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras” (p. 48). Para o autor, a polifonia opera no universo enunciativo do texto, porém, ao ser posteriormente desenvolvido por Ducrot (1980), o conceito é tomado num nível linguístico, “indicando, através dele, a possibilidade de um desdobramento enunciativo dentro do próprio enunciado, à maneira de uma encenação teatral em que atuam diferentes personagens.” (BARBISAN e TEIXEIRA, 2002, p. 162).

A concepção dominante em Linguística da Enunciação era, àquela época, atinente ao postulado da unicidade do sujeito falante, isto é, à ideia segundo a qual um enunciado apenas teria uma única fonte, um autor, designado indiferentemente por “sujeito falante”, “locutor” ou “enunciador”. Ao optar por uma teoria polifônica, Ducrot entra em desacordo com as propriedades atribuídas ao postulado anterior — ou seja, a produção psicofisiológica do enunciado, a realização de atos ilocutórios e o fato de o sujeito falante ser designado num enunciado por marcas de primeira pessoa. Dessa forma, propõe-se a demonstrar a insustentabilidade da tese de unicidade do sujeito falante, pois afirma que, “se a enunciação é indubitavelmente obra dum sujeito falante, a imagem que dele nos chega através de um enunciado é a de um diálogo ou de uma troca” (GONÇALVES, 2003).

Ducrot acredita que seu conceito de polifonia lhe permite descrever os conteúdos semânticos do discurso em termos puramente argumentativos. Assim, polifonia é entendida, numa fase inicial das considerações teóricas, como uma espécie de “diálogo cristalizado”, que descreve o sentido do enunciado. Esse sentido consiste, portanto, na descrição da própria enunciação, ou seja, no confronto entre várias vozes, que se sobrepõem ou se respondem umas às outras. Admite-se, aí, que o responsável pelo enunciado (o locutor) é único, e que, considerado apenas neste nível, o enunciado seria um monólogo.

Porém, num nível mais profundo, o locutor do enunciado põe em cena, no seu monólogo, um diálogo entre vozes mais elementares, a que chama *enunciadores*. Cada enunciador identifica-se com um *ponto de vista*. Por sua

vez, o ponto de vista de um enunciador é a evocação, a convocação, a propósito de um estado de coisas, de um princípio argumentativo.

Depois de propor, junto a Anscombe, a Teoria dos *Topoi* (ANSCOMBRE e DUCROT, 1995), o teórico reformula sua teoria polifônica, atribuindo novas bases à distinção entre enunciador e locutor. Nesse novo momento, o locutor é o responsável pelo enunciado; as marcas de primeira pessoa referem-se a ele. A distinção entre locutor e sujeito falante justifica-se não entre as situações em que elas coincidem (*v.g.*, no discurso oral), porém nos casos em que o autor real não tem qualquer relação com o locutor, ou seja, com aquele que se exprime por meio de um *eu*, apresentado como responsável pelo enunciado (GONÇALVES, 2003).

Além disso, o locutor diferencia-se do autor empírico; assim, o produtor de fala não se integra à descrição do sentido do enunciado, mas ao evento de sua enunciação. Outro acréscimo à teoria foi a subdivisão da figura do locutor em dois seres do discurso: locutor como responsável pela enunciação — *locuteur en tant que tel* — (L) e locutor como ser no mundo — *locuteur en tant qu'être du monde* — (Y). Assim, quando surge o ato de fala “Eu desejo”, por exemplo, esse “eu” refere-se a Y, pois que é como ser no mundo que se deseja e não como responsável pela enunciação (BARBISAN E TEIXEIRA, 2002 p. 167).

Outra reformulação por que passou a teoria refere-se à noção de enunciador. Em um enunciado, podem existir vários pontos de vista distintos. Cada um deles é representado por enunciadores, incorporados na enunciação do locutor e cujas vozes são implicitadas — existem devido à imagem que a enunciação produzida por L lhes oferece. Assim, ao utilizar a voz de um determinado enunciador, o locutor valoriza a posição de um outro, ainda que o propósito argumentativo seja desmerecer tal posição. Segundo Koch (2000, p. 142), “As origens dessas vozes podem ser referidas ao(s) interlocutor(es), a terceiros ou à opinião pública em geral”. É a partir dessa distinção que Ducrot imagina duas formas de polifonia, uma no nível do locutor e outra no nível dos enunciadores.

No curso do desenvolvimento da teoria, Ducrot (1988<sup>40</sup>) se interessa pela distinção entre sujeito empírico (SE), locutor (L) e enunciador (E). Conforme explica em sua primeira conferência em Cali, intitulada *La polifonia en Linguística*, afirma que o *sujeito empírico* é o produtor efetivo do enunciado. Assim, não é possível saber quem é o sujeito responsável, por exemplo, pelo conteúdo veiculado por uma circular administrativa, se a secretária, o diretor etc. Além disso, o autor afirma que a maior parte dos nossos discursos consiste em repetições, seja dos jornais, da opinião pública etc. É por isso que não lhe interessa a determinação do sujeito empírico, mas deve interessar, sim, aos sociólogos, aos analistas do discurso, de maneira que o que lhe interessa “é o que está no enunciado e não as condições externas de suas produções” (DUCROT, 1998, p.17).

O *locutor*, por sua vez, representa o presumível responsável pelo enunciado, isto é, aquele a quem se atribui a responsabilidade pela enunciação *no próprio enunciado*. Conforme o autor, o locutor é representado pelas marcas de primeira pessoa e, em certa medida, por alguns dêiticos como *aquí* ou *agora*, uma vez que, se para falar de si bastasse o nome próprio, “o problema do locutor não seria linguístico, pois não haveria no enunciado marcas que o ‘denunciassem” (DUCROT, 1998, p.17); o locutor é, dessa forma, marcado no enunciado. O *eu* pode designar a pessoa a quem me dirijo, assimilando um locutor diferente do sujeito empírico. Segundo ele, a distinção entre L e SE permite observar que muitos enunciados, como é o caso dos provérbios, não têm L, porém, sempre têm um SE. Por exemplo, ao enunciar o provérbio “quem semeia vento colhe sempre tempestade”, segundo ele, tentamos fazer que nossas palavras pareçam provenientes de nós, tal qual indivíduos particulares, contudo, essa voz não é do locutor, mas situa-se além de uma subjetividade individual.

Quanto à noção de *enunciador*, Ducrot entende que “todo enunciado apresenta um certo número de pontos de vista relativos às situações de que se fala” (p. 20). Assim, a origem dos diferentes pontos de vista que se apresentam nos enunciados corresponderia ao enunciador, conceito que o linguista

---

<sup>40</sup> Cali, 1ª conferência, p. 15.



aprimora atualmente, aliado à descrição argumentativa de blocos semânticos. Nas análises que faremos aqui, serão úteis apenas as distinções entre locutor e enunciador e as diversas atitudes que aquele toma em relação a estes, pois, como os conceitos que vêm sendo discutidos hodiernamente na teoria se elaboram no curso da atividade linguageira, são as tomadas de posição do locutor que selecionam e realizam as argumentações no discurso.

### 2.7.1 Considerações sobre o enunciador

O conceito de enunciador é desde sempre alvo de críticas à teoria ducrotiana. A contestação que mais se impõe e que parece bastante apropriada, ao considerar descrições subsidiadas por aparatos distintos da TAL, é a de que, se o enunciador é fonte dos pontos de vista, por que colocá-lo entre o locutor e esses pontos de vista? É interessante aqui apresentar um pouco dessa discussão, de forma que justifiquemos nossa opção por conservar a noção ducrotiana.

A Teoria Escandinava da Polifonia (ScaPoLine) vem desenvolvendo estudos referentes ao fenômeno polifônico, que desconsideram a figura do enunciador. Para os teóricos dessa linha (FLØTTUM, 2002, p. 1), são os pontos de vista (noção semelhante à de enunciador) que criam as estruturas e configurações polifônicas de um texto. Os pontos de vista consistem em “uma unidade, subjacente ou explícita, com um conteúdo semântico e uma orientação argumentativa, suscetível de ser associada a uma fonte” (ROITMAN, 2005, p. 30).

Os textos são dotados de uma estrutura polifônica (estrutura-p), que representa fatos da língua, e de uma configuração polifônica, ligada ao nível do enunciado. Assim, a estrutura-p impõe limitações à interpretação da configuração, a qual faz parte do sentido (elemento de descrição semântica do enunciado). A configuração é, então, estabelecida pelo “locutor que põe em cena” (LOC) e se constitui de três entidades construídas por esse LOC: os pontos de vista (pdvs), os seres discursivos e as ligações enunciativas

(NØLKE, 2001, p. 44-45).

As ligações enunciativas são propostas por Nølke (1989) como as ligações que podem ser realizadas entre os enunciadores (responsáveis pelos pontos de vista expressos), por um lado, e pelos indivíduos discursivos, sobretudo o locutor, por outro. Sua classificação é a seguinte: a) um indivíduo discursivo ID pode se ligar a um pdv (ID se identifica com o enunciador do pdv); b) um indivíduo discursivo ID pode aceitar um pdv; c) um indivíduo discursivo ID pode se associar a um pdv (ID desaprova o enunciador do pdv). Para o estudioso (NØLKE, 1989), o conjunto das relações ou ligações que se realizam entre os indivíduos discursivos e os enunciadores constitui uma parte central do sentido do enunciado. As ligações que podem se realizar entre o locutor e os pdvs evocados, então, são: a) a ligação de **responsabilidade**, em que o locutor se apresenta como a origem do pdv em questão e se *associa* a esse pdv; b) a ligação de **acordo**, em que o locutor concorda com um pdv na medida em que ele *aceita* considerá-lo verdadeiro ou justificável; c) a ligação de **não-responsabilidade**, na qual o locutor se apresenta como não-responsável pelo pdv em questão e se *dissocia* dele.

O LOC é responsável pela enunciação e pelo enunciado que resulta dela. Em sendo ele quem “põe em cena”, pode apresentar vários pontos de vista num só enunciado, como, por exemplo, “Essa parede não é branca”. Segundo Fløttum (2002, p. 13), nessa frase, dois pontos de vista são expressos, em que o primeiro diz que a parede é branca e o segundo diz que o primeiro é injustificado. Nesse exemplo, o locutor é responsável pelo segundo ponto de vista, mas não pelo primeiro, que ele refuta. Trata-se, então, de uma ligação de não-responsabilidade entre o locutor e o primeiro ponto de vista (cuja fonte é impossível de determinar) — a que Ducrot (1983) atribuiria um E1 — e uma ligação de responsabilidade entre o locutor e o segundo ponto de vista.

Sobre essa revisão que a ScaPoLine realizou de seus estudos em polifonia, Ducrot (2001b) assevera ter selecionado mal o termo enunciador para definir uma entidade que se interpõe entre o locutor e os pontos de vista, pois a própria morfologia da palavra invoca a ideia de um produtor do enunciado,

contudo, prefere manter a terminologia polêmica por pura “repugnância pelos neologismos”. Assim, ele reformula o conceito e apresenta o enunciador como sendo aquele apresentado, no sentido do enunciado, que tem diferentes atitudes frente aos pontos de vista (pdvs).

Para comentar os fenômenos revisados pela ScaPoLine, Ducrot (2001) se vale de três teses que estão em todas as concepções de polifonia linguística, inclusive entre as duas em questão. A primeira diz respeito à distinção entre **sujeito falante**, compreendido como o produtor efetivo do enunciado, e **locutor**, aquele apresentado no sentido mesmo do enunciado como responsável pela enunciação. A segunda é o fato de que certos enunciados apresentam, simultaneamente, vários pontos de vista. A terceira hipótese, que, conforme o semanticista, enfraquece a segunda, determina que o sentido do enunciado pode atribuir ao locutor diferentes pontos de vista, e diferentes graus de adesão ou não.

Ducrot justifica o intermédio do enunciador entre o locutor e os pontos de vista em sua teoria pelo fato de as atitudes do locutor frente aos pontos de vista serem mediadas por atitudes frente aos enunciadores. Assim, a enunciação é apresentada como destinada a impor o ponto de vista dos enunciadores, numa *atitude de identificação*<sup>41</sup>. Nesse caminho, há um ponto de vista ligado a cada enunciador, apresentado como fonte desse pdv. Ducrot apresenta o enunciador, metaforicamente, como “o olho que vê”. As atitudes do locutor frente aos pdvs são, por conseguinte, mediadas pelas atitudes desse locutor frente aos enunciadores, que são seus “porta-palavras”, dando-lhes seu acordo, opondo-se a eles, considerando-os como objeto de desejo etc. (DUCROT, 2001).

Quanto ao locutor, serve a dar indicações sobre a identidade dos enunciadores, assim, “ele pode se identificar com tal enunciador e identificar o alocutário, ou um terceiro, a um outro”<sup>42</sup>. A sua responsabilidade, isto é, aquilo que o enunciado lhe atribui, consiste na escolha dos enunciadores. Dessa

---

<sup>41</sup> Essa atitude do locutor será em seguida delimitada, originando uma categorização mais precisa.

<sup>42</sup> Tradução nossa para: “il peut s’identifier à tel énonciateur et identifier l’allocutaire, ou un tiers, à tel autre.”

forma, o locutor identifica-se com o enunciador na enunciação, mas o problema seria, então, conhecer o nível em que são identificados os enunciadores, pois a própria significação da frase fornece somente instruções muito amplas. Segundo Ducrot (2001b), fundamentando-se numa integração da Pragmática, é no momento da interpretação dos enunciados, ou seja, no nível do sentido, que essas instruções levam a indicações completas, em duas etapas.

De início, relacionando uns com os outros, no interior do texto, os enunciadores que apareceram nos diferentes enunciados de que este é composto e, a seguir, eventualmente assimilando-os, dada a situação de discurso, a tal ou tal outro personagem supostamente existente no exterior do texto (mas que se mantém ele também como um ser discursivo, pois pertence não à situação 'objetiva', porém àquela que texto apresenta como a sua).<sup>43</sup>

Assim, o autor propõe o esquema, explicado na figura 1, para tornar mais explícita a ideia acima.

**Figura 1 – Relação entre locutor, enunciador e pontos de vista, segundo Ducrot: esquema 1**

<b>L</b>	tem a atitude 1 diante do enunciador 1, o qual adere ao ponto de vista 1
	tem a atitude 2 diante do enunciador 2, o qual adere ao ponto de vista 2

Fonte: Ducrot, 2001.

Para a ScaPoLiNe, o esquema colocaria L diretamente em relação com os pontos de vista, dada a sua opção pela exclusão do enunciador. O esquema, segundo Ducrot, seria o que se apresenta na Fig 2:

**Figura 2 – Relação entre locutor, ligações e pontos de vista, segundo a ScaPoLiNe: Esquema 2**

	é ligado pela ligação 1 ao ponto de vista 1
--	---

<sup>43</sup>Tradução nossa para: “d'abord en mettant en rapport les uns avec les autres, à l'intérieur du texte, les énonciateurs apparus dans les différents énoncés dont il se compose, et ensuite en les assimilant éventuellement, vu la situation de discours, à tel ou tel personnage supposé exister à l'extérieur du texte (mais qui reste lui aussi un être discursif, car il appartient, non pas à la situation 'objective', mais à celle que le texte présente comme la sienne).”

L	é ligado pela ligação 2 ao ponto de vista 2
---	---

Fonte: Ducrot, 2001.

Muito embora aceite que a noção de enunciador deixa margem para críticas na teoria da polifonia, como aquelas tecidas pela ScaPoLine, Ducrot distingue razões para mantê-lo. A primeira delas consiste no fato de que pontos de vista diferentes podem ter a mesma fonte e, por isso, ser objeto de atitudes diferentes do locutor. Assim, se há um enunciador no interior da significação, a fonte dos pontos de vista pode ser identificada por meio da interpretação enunciativa de sua atitude diante de L. Ducrot fornece o exemplo do metadiscurso: “Concordo com você quando pensa dessa forma, mas não concordo quando pensa daquela forma” para observar que a interpretação identifica ao mesmo tempo os dois enunciadores do esquema 1, mas atribuindo a L atitudes diferentes diante de um e de outro.

Diferentemente, conforme o autor, no esquema proposto pela ScaPoLine, dispõe-se de três posições possíveis para marcar a origem entre dois pontos de vista. Se a busca se der a partir dos pontos de vista, isso não será possível, pois estes são diferentes. Se for por meio do locutor, não é plausível, uma vez que esses pontos de vista podem não ser atribuíveis ao locutor. E, por último, a posição “ligação”, que, no entanto, não se interessa por conhecer se o locutor tem a mesma ligação com os dois pontos de vista. Assim, a fonte dos pontos de vista, segundo Ducrot, não é dedutível da ligação entre o locutor e esse ponto de vista, que é a tese defendida pela ScaPoLine. O enunciador, dessa forma, localizado entre o locutor e os pdvs, “o personagem do enunciador interessaria mais por ele mesmo, pela função de intermediário, do que por sua função na economia da descrição semântica”<sup>44</sup>.

O autor retoma o exemplo de Flottum (2000, p. 21-22), em que duas amigas discutem sobre o país onde esquiar durante as férias. A primeira propõe a França, com o argumento, entre outros, de que a França tem boas

---

<sup>44</sup> Tradução nossa para: le personnage de l'énonciateur m'intéressait plus par lui-même, par sa situation d'intermédiaire, que par sa fonction dans l'économie de la description sémantique.

pistas de esqui. A segunda, que preferiria a Suíça, começa por uma concessão “Certamente a França tem boas pistas...” e encadeia, por meio de um *mas* as razões para não ir à França. Segundo ele, Flottum distingue dois pdvs: o pdv1, segundo o qual a França tem boas pistas e o pdv2, que dá a indicação para a conclusão “Vamos à França!”. Os dois pdvs, assim, teriam a mesma fonte (a primeira amiga), e essa identidade da ligação entre L e esses dois pdvs poderia ser suficiente para indicar a identidade de fonte, fazendo supérflua a introdução de enunciadores. No entanto, contra-argumenta Ducrot, considerando que a amiga desse como único argumento a qualidade das pistas francesas, seria necessário, para analisar o enunciado de L (a segunda amiga), introduzir um pdv3, segundo o qual a qualidade das pistas não é apenas um argumento, mas um argumento suficiente para concluir C. O problema reside no fato de que, apesar da fonte do pdv ainda ser a primeira amiga, a ligação de L com o pdv é diferente daquela dos pdvs 1 e 2, pois não temos mais um acordo, mas uma recusa. Desse modo, Ducrot não aconselha que a identidade de fonte derive de uma identidade de ligação, como no esquema 2, em que se marcam os três pdvs com a mesma fonte.

A segunda razão pela qual Ducrot justifica a manutenção do enunciador na sua teoria polifônica concerne à negação polêmica e à negação metalinguística, que são diversas da negação descritiva, em que não há noção de oposição. A negação pode ter um valor de conflito, fazendo oposição ao que é dito no seu elemento positivo, o que dá à luz duas categorias de negação: a polêmica e a metalinguística. É nos enunciados onde há conflitos que as teorias polifônicas de Ducrot e da ScaPoLine diferem. A noção de enunciador pressupõe que na negação polêmica o locutor se posiciona em relação aos dois pdvs. Quando há recusa do pdv1, há desacordo com seu enunciador. O locutor lança mão de um ser imaginário (um interlocutor) que tomaria esse ponto de vista e se posiciona contrariamente a ele, como acontece, por exemplo, no discurso direto, como no caso de “Os filhos de Pedro não são altos”, que indica um grau de “rebaixamento”, mas também um grau superior “Os filhos de Pedro não são grandes, mas muito altos”.

Na negação metalinguística, o locutor do enunciado negativo se opõe a

outro locutor, em vez de opor-se a um enunciador. Isso demanda uma enunciação efetiva com a qual o locutor discorda. Assim, o locutor de um enunciado negativo metalinguístico se apresenta como adversário de outro locutor e não apenas como um enunciador identificado com seu interlocutor ou um terceiro. Conforme Ducrot (2001), no sentido desse enunciado há outro locutor, como no caso de “Não, Pierre não foi para a cama com a garota do seu chapa, ele teve uma relação com a namorada do seu camarada”.

Uma terceira razão para a manutenção do enunciador na descrição do fenômeno polifônico diz respeito à relação entre o discurso direto em que o locutor faz intervir um outro locutor e os enunciados comuns que não apresentam senão a subjetividade do locutor. Para Ducrot (2001) nesses “extremos”, há o caso em que o locutor sem querer conhecer as palavras de ninguém mais, apenas assinala os pontos de vista, porém, ele realça os seres que estão na origem desses pontos de vista, o que habitualmente se considera estilo indireto livre.

O último motivo pelo qual Ducrot admite o enunciador na polifonia diz respeito à descrição lexical, ou seja, à TBS, conforme explica, a seguir, o exemplo dos verbos psicológicos do tipo *procurar*, nas estruturas descritas em (36) (Ducrot, 2001, p.11):

- (36) a) X procura Y.  
b) X faz um certo trabalho para obter Y.  
c) X faz um certo trabalho DONC obtém Y.  
d) X faz um certo trabalho POURTANT X não obtém Y.  
e) Obter Y é desejável e possível DONC X faz um certo trabalho.

Segundo Barbisan e Teixeira (2002, p. 177), ao resenhar o texto de Ducrot (2001), para descrever a polifonia no quadro da TBS,

Deve-se não somente atribuir como sentido (a) o encadeamento (e), mas ainda estipular que esse encadeamento tem X como fonte. Assim, (e) é um ponto de vista em relação ao qual o locutor de (a) pode tomar determinada atitude, mas é preciso acrescentar, para que a descrição seja adequada não somente à teoria, mas também à

observação linguística, que X é que está na origem do encadeamento e que X adere a esse ponto de vista. Isso consiste em apresentar X como o enunciador do ponto de vista (e).

É dessa forma que se atribui uma fonte aos pontos de vista, isto é, ao mostrar o ponto de vista, se mostra também o ser discursivo que o gerou.

As duas razões gerais que Ducrot (2001) apresenta para a divergência entre seus conceitos e aqueles da ScaPoLine, conforme vimos mostrando, dizem respeito à oposição locutor-enunciador. A primeira refere-se ao fato de a corrente escandinava atribuir entre o locutor e o pdv uma “ligação” direta, sem a presença do enunciador.

Ele questiona a natureza desses pontos de vista, levando em conta três possibilidades: i) seriam palavras apresentadas como efetivamente pronunciadas, porém, no caso do discurso reportado, o responsável pelo pdv é um locutor segundo, encadeado na palavra de um locutor principal; ii) seriam representações mentais, no entanto, o autor justifica que o conceito de representação mental não pode se adequar à sua concepção, uma vez que se trata de uma entidade extralinguística; iii) seriam palavras virtuais, o que coincide com sua perspectiva, pois parece que são elas postas por um locutor (virtual). Para Ducrot, somente um locutor pode ser fonte de palavras, tendo em vista que, dentro de uma proposta de natureza pragmático-discursiva, não se pode falar de ponto de vista como algo sem relação com um enunciador.

Assim, distingue as duas funções possíveis para as palavras: a) constituir uma representação linguística da realidade (e os enunciadores ligam-se a esse tipo de função, ao “verem” as coisas por meio de palavras; b) constituir atividade de comunicação (o locutor é o praticante dessa atividade, ao se colocar frente às diferentes representações que constituem os diferentes discursos dos enunciadores).

A segunda razão da divergência com os escandinavos diz respeito ao fato de que, segundo Ducrot (2001), esses estabelecem entre polifonia textual e polifonia linguística não faz sentido dentro de uma proposta que integra os níveis. Para o francês, é necessário fazer uma analogia entre a organização polifônica dos textos e dos enunciados. Ele crê que as relações entre autor (locutor) e personagem (enunciador) do texto são análogas, e entre locutor e



enunciadores dos enunciados aos quais são atribuídas as atitudes podem ser as mesmas. Portanto, os papéis do enunciado da polifonia interna (isto é, linguística) e os da polifonia textual constituem domínios análogos, porém distintos.

Assim, a teoria polifônica de Ducrot estabelece, com a noção de enunciador(es), o sentido de alguns enunciados em que eles aparecem, e é compondo o sentido desses diferentes enunciados de um mesmo texto que ele afirma ter tentado construir uma interpretação global para o texto.

No nosso entendimento, a relevância da teoria polifônica de Ducrot consiste na abertura que provê aos “fatos de discurso”, pois que, ao tratar da argumentação como um componente intrínseco à língua e, mais recentemente, ao atribuir às palavras mesmas e aos seus encadeamentos a função de doadores de sentido, os laços com os fatores da língua em uso vêm sendo alargados.

É por isso que, quando Ducrot prefere instaurar um enunciador entre os pontos de vista e o locutor, isso ocorre em virtude de uma tentativa de manter, ainda no âmbito do sistema que constitui a língua, um meio de interpretação dos sentidos construídos pelos locutores. Apesar de manter essa figura, o enunciador, Ducrot e Carel (2008; 2010) vêm operando alterações nos estudos de polifonia, no âmbito da TBS, em que merecem destaque neste trabalho os conceitos de assimilação e atitudes do locutor, dados a conhecer a seguir.

### 2.7.2 Novo desenrolar da Polifonia ducrotiana

Ducrot e Carel (2008) iniciaram o projeto de unir a descrição argumentativa dos encadeamentos à sua descrição polifônica. Os autores advogam não em favor de uma análise fraca das atitudes do locutor frente aos encadeamentos, mas baseados na concepção de significação, em que a frase impõe limitações para que ocorram as atitudes por parte do locutor em um enunciado, como ocorrência particular da frase.

Segundo os argumentativistas (DUCROT e CAREL, 2008, p.07), o

locutor pode apresentar dois tipos de relação com enunciadores que ele põe em cena nos seus enunciados: ou ele os *assimila* (a seres determinados ou indeterminados), ou toma atitudes em relação a eles, que são de *assumir*, *concordar* ou *opor-se*. **Assimilar**-se a um enunciador consiste em atribuir a si mesmo ou a um ser indeterminado a origem do ponto de vista, como em (37a) e (37b) (DUCROT e CAREL, 2008, p.07).

(37a) Eu me sinto cansado.

(37b) Segundo os bons estudantes, a prova foi fácil.

No exemplo (37a), o cansaço a que se refere é o cansaço do ponto de vista do enunciador ao qual o locutor se assimila como sendo ele mesmo. No exemplo 37b, a facilidade da prova é relativa aos enunciadores “bons estudantes”, indeterminados no enunciado, pois não se recupera, por este enunciado, quem são esses seres. Assim, assimilar-se consiste em “incorporar” a voz de um enunciador como sendo originada pelo próprio locutor.

A atitude de **assumir**, por sua vez, é dar à enunciação a finalidade de impor o ponto de vista desse enunciador, de fazer-se propagandista dele. No exemplo 37a, o locutor, além de se assimilar ao enunciador, também o assume, pois a sua finalidade é dar a conhecer o cansaço do ponto de vista do “eu” que o sente (DUCROT e CAREL, 2008, p.08). **Concordar**, que não aparece na teoria ainda como algo muito esclarecido, consiste em, quando o enunciador é fonte de um pressuposto, proibir e se proibir, no resto do discurso, contestar o ponto de vista desse enunciador. **Opor-se**, enfim, a um enunciador é descrever a enunciação como a proibir, no discurso ulterior, assumir ou concordar com o enunciador.

Com esses novos conceitos, Ducrot e Carel (2008) pretenderam particularizar certas formulações que já se apresentavam enfraquecidas, como a atitude de *identificação*, geralmente utilizada tanto para descrever a assimilação quanto a assunção do locutor em relação aos enunciadores. Na verdade, esses dois conceitos parecem mesmo muito semelhantes, uma vez que promovem uma aproximação entre locutor e enunciador. Os autores, no entanto, esclarecem que, para se assimilar a um enunciador não é necessário

assumi-lo, ou vice-versa, fornecendo a exemplificação em (38a) e (38b)(DUCROT e CAREL, 2008, p.8):

(38a) Parece que João virá.

(38b) Os filósofos pensam que a Terra é redonda.

Nos exemplos, o locutor não incorpora, não se assimila aos enunciadores, porém, os assume, e impõe sua opinião por meio da imprecisão do verbo “parecer” em (38a) e pela autoridade polifônica em (38b). Além dessa interpresença não ser necessária, segundo os autores, ela não é mesmo suficiente, como é o caso em que se dá um ponto de vista como seu, mas se abstendo de sustentá-lo no discurso, como na expressão “eu até diria”, em que se assume um enunciado, mas não se o impõe como algo que não pode ser contestado.

Essa assunção de que trata a teoria estará sempre condicionada ao próprio discurso, uma vez que, quando afirmo meu cansaço, assumo-o do meu ponto de vista; o cansaço de quando afirmo “segundo meu médico, estou cansado”, é o cansaço diagnosticado pelo ponto de vista médico. O conceito de ponto de vista deve, então, ser definido em se considerando a identidade do enunciador, ou seja, a assimilação de que foi objeto.

Os autores (DUCROT e CAREL, 2008, p.09) divulgam a utilidade dessas distinções:

Trata-se, para nós, de construir uma noção de atitude que a distinga de uma tomada de posição frente a um conteúdo ou a uma proposição caracterizáveis em si mesmos. Os pontos de vista de que se trata quando se define a atitude são construídos em relação ao enunciador que é objeto da atitude.

Permanecer no nível de análise apenas introduzido reduziria bastante a confiabilidade de uma análise argumentativa. Por isso, Ducrot e Carel (2008) afirmam que a concepção de significação, segundo a qual atribuir o significado de uma expressão consiste em associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego, tem consequências importantes para a descrição polifônica naquilo em que concerne à natureza dos pontos de vista associados aos enunciadores. Segundo eles, os **pontos de vista** são encadeamentos

argumentativos, e o enunciador só os introduz no universo do discurso, sendo a fonte desses encadeamentos.

Esses encadeamentos ligam-se de dois modos às expressões que significam, como vimos: com argumentações externas e com argumentações internas. Isto resulta em diferenciações na análise polifônica da negação, por exemplo, em que, pela TBS, se descreve um enunciado *p* por três tipos de entidades argumentativas: sua argumentação externa, sua argumentação interna, e, dentro desta, seus encadeamentos evocados, diferentemente do que se fazia anteriormente, atribuindo a *p* apenas um não-*p*.

Vemos que essa descrição busca encontrar na própria estrutura linguística alguns dos passos e das estratégias utilizadas pelos enunciadores para pôr sua argumentação em atividade. Certamente, uma análise dessa sorte não exaure as possibilidades semânticas e pragmáticas de atribuição de sentido ao texto, mas se mostra como uma metodologia condizente com a análise textual da argumentação, uma vez que tenta precisar os caminhos da significação interior à língua, na sua enunciação.

Ducrot e Carel (2008, p. 18) afirmam a importância de aplicar suas hipóteses às investigações textuais, como o fazemos nesta tese:

De fato, esse apelo ao trabalho com textos nos parece estar no próprio espírito da semântica polifônica. Esta, insistiremos nisso para concluir, impõe, ainda mais do que qualquer outra forma de semântica, que se olhem as utilizações reais das frases, que se confronte a língua ao discurso. De fato, os próprios conceitos de que se serve a polifonia, enunciador, locutor, atitude, encenação, não podem ter nenhuma realidade na língua mas apenas na transformação da língua em discurso – até mesmo se essa transformação é guiada pela língua. Dá-se, aliás, o mesmo numa semântica argumentativa se, como faz a TBS, entende-se por “argumentação” um certo tipo de encadeamento discursivo. Afirmamos de fato que tais argumentações constituem a significação das entidades da língua. A determinação das significações linguísticas só é, portanto, possível pela consideração sistemática do discurso: é no discurso que estão situados os encadeamentos argumentativos que a língua reúne nas suas significações.

Buscaremos aplicar esses conceitos que vimos discutindo na descrição argumentativa das anáforas encapsuladoras, fenômeno referencial que introduziremos e discutiremos logo a seguir.

## 3

### A REFERÊNCIA ANAFÓRICA

---

Para abordar os aspectos interpretativos da referência anafórica, é necessário situar previamente o seu quadro de estudo. Neste capítulo, definiremos o conceito de anáfora do qual nos apropriamos e discutiremos a problemática geral que subjaz a este fenômeno discursivo, como a definição do antecedente, o fenômeno da anáfora indireta, as condições de saliência dos definidos e dos demonstrativos, o encapsulamento anafórico e outros aspectos, que serão oportunamente discutidos. Consecutivamente, apontaremos algumas das frestas teóricas que parece virem sendo abertas ao longo do desenvolvimento dos estudos na área.

#### 3.1 Quadro geral do fenômeno anafórico

As definições tradicionalistas tomam a anáfora como um fenômeno discursivo de dependência interpretativa entre dois segmentos textuais de dimensões variáveis. Desta perspectiva, uma marca anafórica seria definida nos seguintes termos: “Um segmento de discurso é dito anafórico quando é necessário, para lhe atribuir uma interpretação (mesmo simplesmente literária), que se reporte a outro fragmento do mesmo discurso” (DUCROT e TODOROV, 1972, p. 358 )<sup>45</sup>.

Os elementos linguísticos que compreenderiam este conjunto de unidades suscetíveis de ativar no discurso um processo de interpretação anafórica são diversos, do ponto de vista morfológico: pronomes pessoais e

---

<sup>45</sup> Tradução nossa para : “Un segment de discours est dit anaphorique lorsqu’il est nécessaire, pour lui donner une interprétation (même simplement littérale) de se rapporter à un autre fragment du même discours”

demonstrativos, sintagmas nominais definidos, sintagmas nominais demonstrativos, advérbios, tempos verbais etc.

As anáforas, para esses estudiosos, seriam elementos linguísticos de categorias gramaticais distintas e se caracterizariam por possuir um duplo funcionamento frástico e textual, por intervir na combinatória semântica interna da oração, mas, ao mesmo tempo, que permitiriam inscrever tal oração no conjunto das relações transoracionais que constituem o texto (DUCROT e SCHAEFFER, 2005).

No entanto, sob uma perspectiva textual-interativa, Apothéloz (1995) apresenta uma réplica a essas noções, ao afirmar que uma expressão anafórica remeter a um antecedente não é de todo aceitável, pois, em muitos casos, tal antecedente não é um elemento indispensável para a interpretação. Noutras ocasiões, a identificação de um antecedente não basta para apreender a relação que estabelece a marca anafórica: no processo interpretativo, intervêm outros tipos de conhecimentos extralinguísticos e de mecanismos inferenciais.

Uma ulterior crítica à concepção tradicional da anáfora confronta a ideia de que interpretar uma referência deste tipo exige uma simples recuperação de informação anterior por parte do coenunciador. A maioria dos linguistas coincide em afirmar que a interpretação de tais marcas requer muito mais do que a recuperação de um antecedente atualizado no discurso prévio, pois se trata de um processo em que se põem em jogo inferências, pressuposições e subentendidos, o que implica a mobilização, por parte do coenunciador, de conhecimentos implícitos. Como afirma Reichler-Béguelin (1988, p. 18), o cálculo da referência anafórica

[...] é assegurado de maneira externa por um 'conhecimento de mundo' comumente partilhado, em princípio, pelo enunciador e seu destinatário. A anáfora se caracteriza, então, como um fenômeno de apelo informacional relativamente complexo, no qual são suscetíveis de intervir: a) o saber construído linguisticamente pelo próprio texto; b) os conteúdos inferenciais possíveis de calcular a partir dos conteúdos linguísticos tomados como premissas e isso graças aos conhecimentos lexicais, aos pré-requisitos enciclopédicos e culturais, e aos lugares comuns argumentativos, ambientados numa dada

sociedade.<sup>46</sup>

Interessa-nos sobremaneira esta afirmação, porque suporta a proposta de um estudo como o nosso, tendo em vista que esse “conhecimento de mundo” mencionado por Reichler-Béguelin, bem como a interveniência do “saber linguisticamente construído pelo texto”, dos “conhecimentos lexicais” e dos “lugares comuns argumentativos” são categorias de base na análise da TBS, embora não haja correspondência epistemológica entre as áreas em foco. É certo que, além desses fatores que o autor mencionou, há ainda outros interferentes no cálculo, digamos, mais aproximativo, dos mecanismos referenciais de que o texto se vale, como, por exemplo, é o caso dos marcadores discursivos ou, como vem se desenvolvendo muito recentemente, da prosódia (APOTHÉLOZ, 2007; CORNISH, 2007), mas nos contentaremos com aqueles que mencionamos primeiro.

A interpretação da referência anafórica constitui, então, uma operação na qual o coenunciador mobiliza dois tipos de conhecimento de naturezas diversas: os conhecimentos obtidos a partir das instruções do texto e os que se podem inferir graças à sua bagagem enciclopédica e cultural, que podem variar de uma cultura para a outra.

Os conteúdos implícitos assim inferidos passam a constituir o que Reichler-Béguelin (1988) denomina “memória discursiva”, o conjunto de conhecimentos que o coenunciador considera válidos no momento da enunciação. A referência anafórica é, então, um procedimento produtivo para manter ativado, durante um maior período de tempo, o conteúdo conceitual de uma expressão na memória discursiva do coenunciador.

Os conteúdos inferidos na interpretação de uma marca anafórica se unem na memória discursiva, e aqueles linguisticamente validados são

---

<sup>46</sup> Tradução nossa para: Est assuré de manière externe par une ‘connaissance du monde’ communément partagée, en principe, par l’énonciateur et son destinataire. L’anaphore se caractérise dès lors comme un phénomène de rappel informationnel relativement complexe où sont susceptibles d’intervenir: a) Le savoir construit linguistiquement par le texte lui-même. b) Les contenus inférentiels qu’il est possible de calculer à partir des contenus linguistiques pris pour prémisses et cela grâce aux connaissances lexicais, aux prérequis encyclopédiques et culturels, aux lieux communs argumentatifs ambiantes dans une société donnée

susceptíveis de intervir, por sua vez, em outro mecanismo anafórico. Os processos anafóricos são, portanto, dinâmicos e nesses processos se põe em jogo “uma convocação de informação comum, inclusa no saber compartilhado entre os participantes da interlocução”<sup>47</sup> (REICHLER-BÉGUELIN, 1988, p. 19).

Koch (2003), compartilhando de semelhante oposição às noções tradicionais determinadas para o fenômeno referencial, defende que

A realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural. A referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como *objetos-de-discurso* e não como *objetos-do-mundo* (KOCH, 2003, p.79).

Michel Charolles (1995), igualmente situado nessa perspectiva teórica, sustenta que o funcionamento das marcas anafóricas requer integrar parâmetros pragmáticos e cognitivos, além dos sintáticos e relacionais em sua análise. Charolles (1994, p. 128) inclui as marcas anafóricas em um conjunto de “ferramentas de natureza semântico-pragmática”<sup>48</sup> que compreenderia “os conectores discursivos (...) as diferentes formas de anáfora, as expressões que introduzem quadros discursivos, as marcas configuracionais (alíneas, organizadores metadiscursivos)”. Todas estas marcas são partículas relacionais, pois veiculam instruções que levam o coenunciador a pôr em relação certos elementos do co(n)texto. A seleção destes constituintes co(n)textuais está parcialmente determinada pelo conteúdo semântico de cada marca e pelo cálculo inferencial que o coenunciador opera a partir do contexto.

Temos, assim, que a referência anafórica é um dos mecanismos de que dispõe o coenunciador para incorporar interpretações textuais locais a um modelo mental mais geral. Por outro lado, apreender uma operação anafórica implica estabelecer correspondências entre elementos textuais e extratextuais

<sup>47</sup> Un rappel d'information censée incluse dans le savoir partagé des partenaires de l'interlocution.

<sup>48</sup> Tradução nossa para: “outils de nature sémantico-pragmatique”; “les connecteurs discursifs (...), les différents formes d'anaphores (...), les expressions introductrices de cadres de discours, les marques configurationnelles (alinéas, organisateurs métadiscursifs)”.



que põem em cena o universo de crenças do enunciador do texto original e a sua posição ante os fatos do mundo.

Cornish (1996, p.38) define com estas palavras a função da referência anafórica no processo interpretativo: “Anáforas de vários tipos são dispositivos que facilitam esse processo de integração, acessando partes de contexto discursivo de forma que o ouvinte possa ligar a interpretação do texto a elas, permitindo que esse ouvinte crie um nível mais alto de estrutura discursiva”.<sup>49</sup>

Na perspectiva da Linguística Textual contemporânea, as anáforas e o entorno cotextual em que aparecem permitem incorporar eficazmente a subjetividade do falante no discurso, que introduz seu ponto de vista particular, pois a relação que o co-enunciador instaura entre uma anáfora e seu referente, bem como as relações particulares que o mecanismo anafórico cria no interior da unidade textual dependem em grande medida da própria expressão anafórica. Cada marca ativa um modo particular de identificar o objeto-de-discurso, de modo que os diferentes tipos de expressões impõem restrições diferentes às inferências necessárias para recuperar o co(n)texto que permite interpretá-las. E é por este motivo que consideramos que qualquer intento de classificação das anáforas deve repousar sobre um estudo detido das particularidades próprias de cada realização textual do fenômeno.

### **3.2 Do antecedente à âncora: perspectivas**

É desde o ponto de vista acima que vamos ao encontro das ideias de Mondada e Dubois (2003 [1995]), quando apontam para a instabilidade dos objetos discursivos, criticando as tentativas de discretizá-los e estabilizá-los em enunciados cristalizados. Para as autoras, as práticas referenciais não podem ser imputadas a um “sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal”, mas à elaboração de objetos que se constroem cognitivamente e discursivamente na intersubjetividade das negociações e acomodações nas concepções

---

<sup>49</sup> Tradução nossa para : “Anaphors of various kinds are devices which facilitate this process of integration, accessing parts of discourse context in order that the hearer may attach the interpretation of the ensuing text to them, there be enabling him/her to create a higher level of discourse structure.”

“individuais e públicas do mundo” (p.20). Daí que a referência é uma atividade primariamente discursiva, pontual, integrada às enunciações das quais deriva.

Nessa nova concepção, “é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos, transformados os objetos-de-discurso que não lhe preexistem e que não têm uma estrutura fixa, mas que emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva” (MONDADA, 1994, p. 62). Por isso, em vez de se amalgamarem em enunciados estáveis e definitivamente descritíveis, “as categorias e os objetos-de-discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos” (MONDADA e DUBOIS, 2003 [1995], p. 17). Como atividade, toma-se, então, a referência como um processo, instável, em que se põe em jogo “uma relação indireta entre os discursos e o mundo” (MONDADA e DUBOIS, 2003, p.17). Disso decorre que as instabilidades não são apenas variações individuais tributárias a condições de verdade, mas se ligam à intersubjetividade das atividades cognitivas, o que se opõe aos estudos tradicionalistas da referência, que buscam referentes no mundo para as atividades languageiras.

Essa compreensão do fenômeno referencial, com a qual concordamos, não é inconsequente para a noção de **antecedente**, tradicionalmente tomada como uma expressão necessariamente textual. Quando se considera o texto como essa entidade tensa, instável, não se pode mais buscar para a anáfora, no cotexto imediato itens necessariamente segmentais, paralelos morfosintática e semanticamente, mas procurar o que, no contexto, oferece as instruções para aquela remissão. Para Cornish (2006, p.635), o antecedente é

Uma representação discursiva psicologicamente saliente em termos daquilo que a anáfora refere ou denota. Como essa caracterização sugere, é uma unidade de discurso, não de texto, e pode ser construída por meio da interpretação direta do cotexto em termos de um contexto relevante, ou do contexto sozinho, em conjunção com aspectos relevantes do conhecimento mútuo, ou em termos de inferências de cada um deles<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Tradução nossa para: “This is a psychologically salient discourse representation in terms of which the anaphor refers or denotes. As this characterization suggests, it is a unit of *discourse*, not of *text* (see the distinction drawn at the beginning of section 2 above), and may be constructed via direct interpretation of the co-text in terms of a relevant context, or in terms of the context alone in conjunction with relevant aspects of mutual knowledge, or in terms of inferences from either of these”.

O autor propõe, tendo em vista haver conceituado o que compreende por antecedente, baseado em Hawkins (1977) a noção mais geral de “desencadeador de antecedente” ou “gatilho”, útil na medida em que permite incluir as anáforas indiretas como instâncias referenciais. Segundo o autor (2006, p. 634), um dado gatilho pode gerar vários antecedentes distintos, como uma função do possível delineamento de inferências, ou do que possivelmente é predicado pelo primeiro referente, ou, ainda, do funcionamento do tipo de anáfora escolhido para alcançá-lo. O autor propõe o seguinte exemplo, em que o gatilho é “um dos novos modelos da Toyota”:

(39) “João comprou um dos novos modelos da Toyota ontem. Eles são carros realmente estilosos”.

Para o autor (CORNISH, 2006, p.634), o gatilho gera antecedentes diferentes alcançados pelo pronome “eles”. Num segundo exemplo, a sentença inicial inteira engatilha a anáfora “Eles”:

(40) “A estação dos gansos começa hoje. Eles têm sido fotografados em grandes números”

Concebendo assim a relação de antecedência, Cornish (2006) toma a anáfora como uma expressão referencialmente dependente, cuja relação não é exclusiva entre o desencadeador de antecedentes e a anáfora. Para ele, primeiramente, a anáfora remete não ao gatilho, mas a qualquer coisa à qual seu antecedente remeta. Em segundo lugar, acrescenta que o referente discursivo invocado via gatilho não é necessariamente o mesmo no ponto de recuperação, via anáfora, como foi no ponto de introdução, pois, segundo ele, minimamente, o que terá sido predicado do referente concernente à predicação do gatilho terá alterado a representação daquele referente, até radicalmente, inclusive. Em terceiro lugar, o teórico explica que não é simplesmente a anáfora em si que recupera o referente discursivo atualizado, no ponto em que ocorre no cotexto, mas a predicação anafórica como um todo. Dessa forma, o que se predica sobre o referente da anáfora atua como um filtro e como um ponteiro, focando e selecionando uma representação discursiva saliente que é compatível com o que é predicado em relação àquele referente.

Cornish (2006) elucida que sua noção se aplicaria a vários tipos de anáforas como as formas zero, os pronomes ordinários, os pronomes demonstrativos, os nomes próprios, as elipses de vários tipos, cada uma com propriedades indiciais distintas e cada uma funcionando para estabelecer diferentes tipos de estruturas anafóricas discursivas e, por conseguinte, sensíveis a tipos específicos de contexto e função discursiva. Apothéloz (1995, p. 58) aponta que “esta solução apresenta a vantagem de distinguir claramente as ocorrências linguísticas de seu valor semântico e referencial”.

Esse conceito reinterpretado por Cornish define um “âmbito” anafórico, em que os gatilhos para as anáforas podem estar difusos ao longo do entorno contextual e até extralinguístico, mas cremos que se pode ir um pouco além disso, com base em Schwarz (2000), Apothéloz e Doehler (2003), Marcuschi (2008) e outros. É próprio que a anáfora, como fenômeno indicial excelente que é, remeta a algo num dado discurso, inclusive a inferências, mesmo que difusamente.

Como Mondada e Dubois ([1995] 2003) nos lembram que os referentes não são estáveis, supomos, então, que a recuperação desses desencadeadores de antecedentes está relacionada ao texto inteiro, no momento próprio de sua enunciação, pois as pistas fornecidas para recuperar as âncoras anafóricas atuam de forma simbiótica, por isso, interdependente.

Disto decorre que, muitas vezes, nos casos em que os tradicionais antecedentes impõem um problema, a colaboração entre essas pistas é que desencadeia a ativação de um processo referencial, dificultando ou tornando irrelevante a busca por antecedentes ou, mais ainda, por seus desencadeadores. Isso porque parece haver, nesses casos, um campo tenso e amplo de atividade referencial, em que os objetos-de-discurso, em constante relação<sup>51</sup>, são originários de um processo de intercâmbio, no qual cooperam relações argumentativas, intersubjetivas, tópicas, polifônicas, e tantas outras, que se atualizam apenas no discurso.

Se tomarmos a saliência psicológica (STEVENSON, 2002) de um elemento num processo referencial como algo decisivo para o percurso

---

<sup>51</sup> *Relação* aqui inclusive na concepção saussureana.

anafórico, parece que estaremos relegando aspectos importantes do cálculo referencial. Um elemento linguisticamente saliente é um elemento que “salta” prioritariamente no momento da compreensão de um enunciado, a ponto de adquirir uma importância cognitiva particular. A saliência intervém em todas as situações de comunicação e deriva menos de um fenômeno puramente linguístico do que de um mecanismo cognitivo geral. Seu campo de aplicação é amplo, pois ela pode intervir em toda interpretação e produção linguísticas, tanto como ponto de partida para a interpretação do sentido como para a articulação da mensagem (LANDRAGIN, 2009).

Landragin propõe os seguintes critérios para orientar a busca por elementos linguísticos salientes:

FATOR GÊNERICO DE SALIÊNCIA	EXEMPLO LINGUÍSTICO
O próprio objeto { Critério intrínseco às unidades Simplicidade	Nome próprio Interjeição
O objeto em contexto { (comparado a outros objetos) Unicidade, Isolamento Evidência explícita Construção dedicada Localização estratégica Repetição Simetria Ruptura de uma continuidade	Antecedente único Aposição Acentuação Verbos introdutórios Início do enunciado Repetição Quiasma Ritmo da elocução
Exploração de um objeto, considerando um código objetivo { Infração de uma regra implícita Exploração de uma norma Estruturação da mensagem	Erros Frasas neutras Construção em tópicos
Objeto em face da subjetividade do sujeito { Predisposição fisiológica Predisposição atencional Predisposição afetiva	Nível sonoro elevado Efeito coquetel Conceito conotado

Fonte: Landragin (2009, p.3) (Tradução nossa).

Na nossa percepção, esses critérios de seleção das propriedades que se salientam em um ou em outro elemento que pode ser definido como desencadeador de antecedente se definem apenas desde a relação que esse elemento manteve, mantém e manterá com os outros que se afiguram no momento de sua enunciação, eles próprios também já transformados por essa atividade colaborativa. A saliência não parece, então, condição solitária para a solução do sentido anafórico, pois que parcial; o que é saliente se destaca, mas há muito trabalho por trás das saliências. Quando priorizamos a análise de um elemento que “saltou” no texto, é arriscado esquecer que, apesar da

saliência, podem ter permanecido ativados outros elementos importantes para a interpretação anafórica.

Nesse ponto de vista, o que buscar então, do que foi previamente predicado ou posto latente no texto, como algo que seja pelo menos “familiar” à expressão anafórica presente no texto? Acreditamos que essa busca tenha uma importância acessória na investigação linguística. Apothéloz e Döehler (2003, p.130) afirmam, e concordamos, que precisamos investigar “como os recursos linguísticos são utilizados pelos interlocutores para fins de interação e como eles emergem, configuram-se e reconfiguram-se durante as ações”.

Argumentamos, então, a favor de uma perspectiva menos canônica: em vez de particularizar interpretações – ocasionalmente pessoais, para os casos mais problemáticos – do que possa estar ligado à anáfora, parece mais rica a identificação das relações discursivas, gramaticais, lexicais, sociolinguísticas, semióticas e argumentativas<sup>52</sup> que operam para que aquela ocorrência particular de anáfora figure, clara ou implicitamente, no texto, e a descoberta desse percurso. Já é certo que a anáfora aponta para algo (e isso é intrínseco à própria natureza da entidade); importa então não apenas ver o que ela aponta, mas como, com que estratégias ela aponta; além disso, saber por que ela não aponta outra coisa. Conhecendo essas relações, certamente a saliência de determinadas propriedades virá a ser linguisticamente interpretada, e o texto, esse objeto, é interativo nessa medida, na medida dessas relações solidárias.

Isso amplia a visão de Cornish, ao passo que enseja uma aplicação efetiva e compreensiva da indexicalidade. No exemplo de Cornish (2006), que já apresentamos (39), “João comprou um dos novos modelos da Toyota ontem. Eles são carros realmente “estilosos”, o autor refere que o gatilho seria “um dos novos modelos da Toyota”. É intrigante o autor recorrer a tal exemplo, porque parece se distanciar um pouco de sua própria hipótese. Primeiramente, para buscarmos um desencadeador de antecedentes, a sua abordagem para “antecedente” demandaria que se mostrasse o texto inteiro, levando em conta o que discutimos acima, mas o exemplo oferecido não configura uma

---

<sup>52</sup> Para esta tese, apenas as relações argumentativas.

ocorrência discursiva real. Ademais, que propriedades estão ligadas a João? É rico? É pobre? É aficionado por carros? Por que o verbo “comprar” e não “ganhar”, por exemplo? Essas propriedades que solicitamos, dentre tantas outras, parecem não ter relevo, mas seriam capazes de mudar radicalmente a interpretação referencial do texto, que, apresentado da maneira como está, se mostra superficial, não estabelecendo relações estruturais complexas. O que o qualificador “novos” está predicando? Semântica e argumentativamente, ele apresenta implicações para o cálculo anafórico? Cremos fortemente que sim. A anáfora pronominal “eles” remete de fato a “um dos novos modelos da Toyota” ou pode remeter aos carros da Toyota em geral, ou aos carros grandes, aos carros velozes, aos carros novos etc.? E a utilização do adjetivo “estiloso”, por que não se utilizou outro e com o que esse predicativo se relaciona sociolinguisticamente, por exemplo? Essas inquietações parecem demandar figurar na agenda do especialista, caso deseje buscar fundamentos para a indicação de um “antecedente”.

Vemos, assim, que a definição de Cornish (1986), não obstante já tenha aberto espaço para o extralinguístico e ao discurso como um evento, ainda mantém um padrão de particularização de elementos discursivos, o que nos parece improdutivo, tendo em vista as relações complexas que se estabelecem no amplo material (linguístico ou extralinguístico) que o texto nos fornece.

Na abordagem de Apothéloz e Doehler (2003, p.111), os processos referenciais não podem ser reduzidos à ocorrência ou à concorrência de segmentos linguísticos num dado texto, inclusive nem às suas estruturas semânticas, mesmo diante de limitações relevantes do sistema linguístico, pois estão ancorados no saber compartilhado entre os interlocutores, o qual se elabora na base do texto, do contexto e de conhecimentos socioculturais mais amplos. Dessa forma, os processos referenciais ancoram-se nas representações mentais dos interlocutores e põem em jogo mecanismos inferenciais complexos.

Essa concepção bem se entende com a noção prévia de **âncora**, designada por Schwarz (2000)<sup>53</sup>, uma vez que a “expressão-âncora ativa

---

<sup>53</sup> SCHWARZ (2000) apud MARCUSCHI (2008).

significados, desencadeando inferências potenciais ou relações possíveis nem sempre lexicalizadas, mas situadas no texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 95, nota 24). Segundo Marcuschi (2008), as expressões “gatilho” ou “antecedente” evocam, respectivamente, inferências prospectivas e retrospectivas, mas as âncoras textuais nem sempre aparecem numa ordem canônica – nem anterior, nem posterior à anáfora; ao que acrescentaríamos: além de nem sempre aparecerem.

Reichler-Béguelin considera, e concordamos, que a prática comum de sublinhar o antecedente de um anafórico, a delimitação tipográfica ou a indicação de duplas antecedente-anafórico têm o inconveniente de induzir a uma representação errônea do fenômeno referencial como operação cognitiva de encadeamento binário entre dois segmentos superficiais. Isso porque, concebida em termos de dependência direta entre dois fragmentos de discurso concorrentes, a noção de anáfora não permite considerar a ampla variedade de fenômenos referenciais atestados no discurso, que não operam sobre significantes literais, mas sobre a informação memorizada que pode, entre o momento da introdução e o da retomada, ter sido objeto de um afastamento.

Marcuschi (2008, p. 55) considera que “nem sempre há congruência morfossintática entre a anáfora e seu antecedente”, daí não haver uma classe de palavras consideradas anafóricas. O professor acolhe a anáfora como um “fenômeno de semântica textual de natureza inferencial e não um simples processo de *clonagem referencial*<sup>54</sup>”, em que a correferencialidade não constitui regra, ao contrário. Nessa abordagem, as referências textuais vão sendo construídas no curso de um fenômeno interativo global, em que interatuam elementos do texto, dos coenunciadores e da situação textual-discursiva. Assim, ainda que não haja uma conexão de retomada direta no cotexto, “persiste um vínculo coerente na continuidade temática que não compromete a compreensão”<sup>55</sup> (MARCUSCHI, 2008, p.55). No entanto, também essa noção de âncora impõe problemas à interpretação anafórica, uma vez que, mesmo que se reconheça a potencialidade de todos os

---

<sup>54</sup> [grifo do autor]

<sup>55</sup> (idem, p.54)



elementos textuais servirem como âncoras para uma ocorrência de anáfora, há textos, como analisaremos a seguir, em que o que está sendo retomado é algo que não está no texto, não havendo nenhuma pista sobre esse cálculo, ou, diferentemente, textos em que todos os elementos são solidários, sendo necessário considerá-los todos como âncoras.

Estamos convencidos, contudo, de que alguns fenômenos textuais só podem se tornar objeto de análise porque aparecem na superfície linguística, oferecendo pistas observáveis decorrentes da estrutura interna aos enunciados. Daí crermos tão fortemente que, ao buscarmos recuperar o movimento argumentativo das anáforas encapsuladoras, que são – e disso não há como escapar – itens lexicalizados, podemos também oferecer alguns porquês à análise textual-interativa do fenômeno.

Tenhamos o excerto para identificar como o movimento argumentativo da anáfora apresentada se apresenta disperso ao longo do texto<sup>56</sup>:

O país dos assassinos impunes<sup>57</sup>

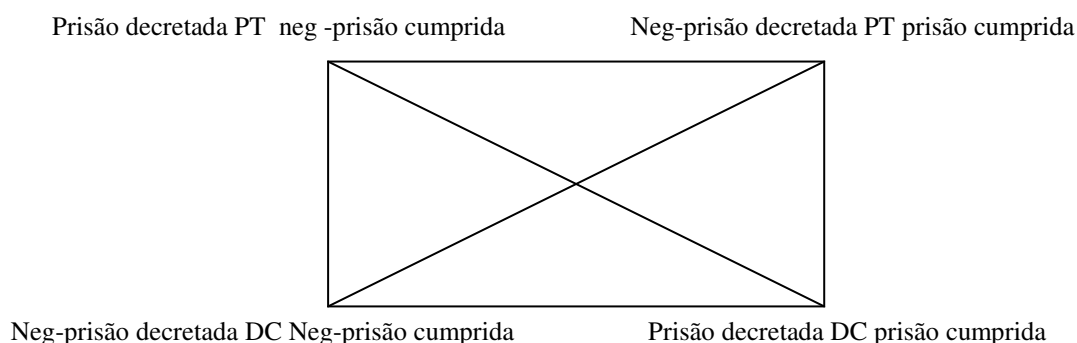
(...) Não estamos necessariamente diante da expressão de uma ocorrência estatística, mas é possível que sim: há tantos assassinos impunes no Brasil, que um deles, Everaldo Pereira dos Santos, acaba de ser identificado. E isso só se deu porque ele próprio foi colhido por uma tragédia familiar e foi mostrado na TV. Santos, pai da jovem Eloá, assassinada pelo namorado, é ele próprio foragido da Justiça desde 1993. É acusado de envolvimento no assassinato do delegado Ricardo Lessa, irmão de Ronaldo Lessa, ex-governador de Alagoas. A polícia alagoana o acusa ainda de ter sido integrante de um grupo de extermínio. Há milhares de bandidos com prisão decretada que estão aí pelas ruas. Foi preciso que um outro assassino ganhasse notoriedade nacional para que o tal Evaldo emergisse do anonimato, junto com seus crimes. E notem que o caso desmonta também **outra balela**: só os crimes contra os pobres permaneceriam impunes. Besteira. Ricardo Lessa, quando foi assassinado, era o segundo homem da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas (...)

O artigo trata da descoberta de que o pai de Eloá, uma garota de 15 anos, assassinada pelo namorado Lindemberg, em outubro de 2008, mostrado à exaustão pelos meios de comunicação, é um foragido da Justiça. Centremos a atenção apenas, para essa explicação preliminar, na expressão realçada, a anáfora encapsuladora *outra balela*. Observe-se uma interessante função

<sup>56</sup> A análise empreendida nesta seção é complementada no capítulo de análise.

<sup>57</sup> Reinaldo Azevedo. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/pais-dos-assassinos-impunes/> Acesso em: 30.10.2010.

binária nessa anáfora, que é retrospectiva e prospectiva. *Outra balela* não apenas encapsula, mas também recategoriza toda a porção anterior, oferecendo-lhe uma avaliação e, além disso, encapsula, recategoriza e avalia também o enunciado posterior. Alguém pode interpretar que *balela* quer referir-se apenas ao que vem a seguir, mas o pronome “outro” lhe confere o caráter de algo que não seja ontologicamente o mesmo, ou seja, algo diferente<sup>58</sup>. É certo que há, nesse caso, pistas linguísticas que favorecem a interpretação argumentativa dessa anáfora encapsuladora e recategorizadora “balela”. Se tomarmos, por exemplo, sem considerar que isso é um antecedente, mas uma das pistas possíveis para calcular o valor argumentativo desse enunciado, a asserção positiva “Há milhares de bandidos com prisão decretada que estão aí pelas ruas”, observamos o encadeamento argumentativo transgressivo bandidos com prisão decretada PT NEG-estão presos, atualizado pelo primeiro encadeamento do bloco semântico doxal, cujo quadrado argumentativo se faria da seguinte forma:



Veja-se que o encadeamento prisão decretada PT NEG-prisão cumprida é convergente ao encadeamento prisão decretada DC prisão cumprida, ou seja, este encadeamento fornece a instrução de que a crença em prisões decretadas e logo cumpridas é *doxal*, pois reflete uma opinião comum de que, apenas a justiça decreta uma prisão, esta é cumprida. Apesar dessa crença, o locutor atualiza o encadeamento transgressivo, dando força à voz que diz: as

<sup>58</sup> Observe-se que o sentido de “outro” pode mostrar uma ambiguidade, ao tratar-se de algo igual ou diferente. Vejam-se os exemplos (MICHAELIS): “Depois do concerto, este piano ficou outro” e “Esta cidade é outro Rio de Janeiro”.

prisões nem sempre são cumpridas quando decretadas (prisão decretada PT NEG-prisão cumprida). Parece bastante proveitoso destacar que essa “voz” que diz prisão decretada DC prisão cumprida não se salienta no texto, mas permanece ativada em todo o enunciado, isso porque admitimos que a todo “logo” se opõe um “entretanto”. Quando o locutor encapsula esse bloco semântico, com a anáfora “outra balela”, ele recategoriza o bloco, chancelando sua opinião e se opondo à voz majoritária, apenas latente no texto, de que as prisões são logo cumpridas apenas decretadas. O mais interessante nesse exemplo é que *balela* não se refere ao encadeamento prisão decretada PT NEG-prisão cumprida, ao qual o locutor se assimila e de fato assume, mas a algo que não foi levado à superfície textual e de que uma análise apenas textual escaparia: o encadeamento prisão decretada DC prisão cumprida, a voz do enunciador E2. Tenhamos, então, para complementar essa explicação, a argumentação interna da anáfora encapsuladora *balela*<sup>59</sup>: Dizer PT neg-fundamentar. Atualizar esse encadeamento no texto como forma de retomada é chamar o encadeamento atualizado anteriormente, dar-lhe um novo estatuto, de objeto ressignificado, e avaliá-lo: pensar que prisões decretadas são logo cumpridas é dizer algo sem fundamento. Mas isso não está no cotexto. Então, estamos diante alguns problemas, o primeiro deles, aquele da âncora. Que pistas textuais nos levam a considerar que *balela* retoma algo que (aparentemente) não está nem no contexto nem no cotexto? Terá o locutor se assimilado a um enunciador que toma o fato de haver criminosos com prisão decretada soltos pelas ruas como uma balela? Isso teria sido um paradoxo. Na nossa perspectiva, a retomada se deu ancorada em um mecanismo argumentativo que deriva da estrutura argumentativa dos enunciados articulados no texto, cujo cálculo descrevemos por meio das argumentações interna e externa de cada encadeamento. Reichler-Beguelin consideraria que a “porção” retomada estaria ativada na memória do interlocutor, no entanto, isso não seria algo descritível, o que parece fragilizar essa consideração. Caso se obste que essa análise considerou uma porção antecedente como âncora, retrucamos que possivelmente o cálculo da argumentatividade de outros

---

<sup>59</sup> Balela: 1. Boato falso, 2. Dito sem fundamento. (Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998).

encadeamentos anteriores à anáfora também levaria a encontrar o efeito argumentativo dessa anáfora encapsuladora.

Esse caso levanta outras considerações, importantes para a própria noção de anáfora encapsuladora, que discutiremos: é a anáfora encapsuladora uma paráfrase resumitiva de uma porção cotextual precedente, se não temos, segundo os critérios da Linguística Textual, uma porção cotextual nisso que foi encapsulado, e aparentemente nem mesmo uma porção contextual? Os critérios que os estudos sobre o tema vêm delimitando satisfazem a descrição do fenômeno? Tentaremos responder essas questões nas seções a seguir.

### **3.3 Encapsulamento Anafórico**

Seguindo uma postura teórica textual-interativa, Conte (2003 [1996], p. 178) identifica o encapsulamento anafórico como “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto”.

#### **3.2.1 Descrição geral do fenômeno**

Francis (1994 [2003], p.99), por sua vez, denomina “rotulação” (*labelling*) o processo que se realiza por meio de expressões nominais selecionadas pelo enunciador para conectar e organizar o discurso, e funciona como uma atribuição de títulos resumidores a segmentos textuais”. A autora acrescenta que “eles são rótulos para estágios de um argumento, desenvolvido dentro e através do próprio discurso, à medida que o escritor apresenta e avalia suas próprias proposições e as de outras fontes”. Essa consideração fortalece a necessidade de buscar o percurso argumentativo-polifônico das anáforas encapsuladoras.

O processo referencial que Francis descreve é facilmente tomado pelo fenômeno geral do encapsulamento anafórico, no entanto, é bom observar que os núcleos sintagmáticos que rotulam são apenas nominais; assim, estariam fora da classificação de rótulos os sintagmas pronominais, por exemplo, como os pronomes demonstrativos “isso”, ou “aquilo”.

Por considerar as anáforas encapsuladoras frequentemente dotadas de

alto grau de argumentatividade, dada a sua condição elevada de focalização, avaliação e resumo no texto, centramo-nos no estudo do encapsulamento anafórico, que vem sendo discutido por Cavalcante (2002; 2006), baseando-se na visão de referente defendida por Mondada (1994), Apothéloz e Chanet (2003) e outros; nos estudos de anáfora indireta de Apothéloz, Reichler-Béguelin (1999) e de Schwarz (2000), entre outros, como um subtipo de anáfora indireta.

Esses autores consideram o encapsulamento como um processo de resumir porções textuais como forma de retomada e, de forma concomitante, de progressão dos sentidos de um texto.

Para Cavalcante, “as mesmas características essenciais que definem as anáforas indiretas permanecem nas encapsuladoras, o que nos permite reuni-las num fenômeno maior de referenciação indireta” (CAVALCANTE, 2002). O fenômeno maior diz respeito ao tipo de recuperação promovido pelas anáforas indiretas encapsuladoras, que, segundo a autora, não conseguem recuperar nenhum referente preciso. Conforme a perspectiva de Cavalcante (2002),

As anáforas encapsuladoras se descrevem, pois, pelos mesmos traços básicos das anáforas indiretas (o de não-correferencialidade e o de introdução de um referente novo), mas, diferentemente destas, que remetem a antecedentes pontuais, sem retomá-los, reportam-se a um segmento contextual inteiro e, na impossibilidade de retomá-lo como a uma só entidade, erigem-se em um referente novo no texto.

Koch (2008), ao se referir aos rótulos (tipos de encapsulamentos anafóricos) em comparação com as anáforas indiretas, afirma que aqueles requerem maior processamento que as anáforas indiretas. Para a autora, baseada em Francis (1994), Schwarz (2000; 2001), Musseler e Rickheit (1990) e Conte (1996) “seleciona-se um segmento textual de extensão variada e constrói-se, com base nele, uma entidade discursiva, a qual passa a constituir um referente para futuras predicções.” (KOCH, 2008, p. 105).

Sem considerar os aspectos do processamento das anáforas encapsuladoras, as abordagens explicitadas acima nos levam a buscar uma descrição que se contente com a imprecisão dos referentes, destacando, aliás, o caráter impreciso de todos os referentes – uma vez que nos encontramos

fora de um pensamento ligado a condições de verdade para dar conta do fenômeno argumentativo. Vemos cada vez mais como os sentidos negociados no texto correspondem a ligações axiais entre palavras, ideias, valores, discursos etc.

Conte (1996) destaca duas razões para se considerar que o encapsulamento apresente-se assim distinto das anáforas-padrão: a primeira delas diz respeito à natureza dos referentes, que não constituem, nesse caso, indivíduos, porém, entidades de ordem superior. A segunda concerne ao fato de que o antecedente deve ser reconstruído pelo ouvinte/leitor.

Quanto ao fato de o antecedente ser reconstruído, Conte apresenta dois motivos para não considerar o encapsulamento anafórico como uma porção parafraseadora de um conteúdo antecedente, mas, sim, um referente criado na dinâmica do texto:

Em primeiro lugar, o próprio item lexical (o núcleo do sintagma nominal) é geralmente novo na medida em que não ocorreu no texto precedente. Em segundo lugar, e mais importante ainda, estamos lidando não apenas com categorização de informação cotextual dada, mas também com hipóstase. (CONTE, 2003, p.183)

Ao se referir à hipóstase, ou substanciação, a autora acredita que o encapsulamento anafórico permite colocar em funcionamento, no discurso, atos de fala e funções argumentativas, permitindo aos enunciadores atribuir uma força ilocucionária a algum enunciado. A categorização de um enunciado como um ato de fala particular produz uma mudança para o nível metacomunicativo, de forma que essa categorização pode funcionar como premissa em uma estratégia argumentativa. Conte enfatiza que os encapsuladores, mais do que sumarizar partes do texto, desempenham uma importante função argumentativa.

Em relação ao eixo dado-novo, Conte advoga que há uma dependência clara dessas anáforas relativa ao cotexto, porém, na seção em que discutimos as âncoras textuais, fornecemos um exemplo em que o sintagma *outra baleia* não se referia a nada que estivesse cotextualizado, mas sim à argumentação contrária àquilo que o locutor homologou no texto, a uma voz, ou melhor, a um

enunciador. O cálculo daquela argumentação ficou ao largo do que foi textualizado. Isso confronta a afirmação de Conte (2003, [1996] p.182): "O encapsulamento anafórico é claramente dependente do cotexto". Além disso, temos visto nos exemplos precedentes uma consequência para a noção do que é prospectivo ou retrospectivo relativamente às anáforas encapsuladoras: esses objetos textuais ditos anteriores ou posteriores podem, na realidade, estar estrategicamente difusos ao longo do texto, o que impossibilita a sua identificação como parte de uma estratégia de encapsulamento retrospectivo ou prospectivo, em relação ao movimento polifônico encenado pelo locutor.

### 3.3.2 Por uma unidade conceitual: argumentação x avaliação

Como organizador textual, o encapsulamento anafórico funciona como um princípio de integração semântica, já que, ao mesmo tempo em que interpreta uma porção textual precedente, funciona como ponto de partida para a sequência textual seguinte, podendo atuar como um princípio argumentativo que não só organiza o discurso, como também realiza operações avaliativas que direcionam o leitor em função de uma determinada orientação argumentativa elaborada pelo locutor. Isso aconteceria especialmente quando o núcleo do sintagma nominal anafórico é um nome avaliativo, ou axiológico, como a autora prefere.

Cavalcante (2006, p.2), partidária de posição semelhante, concorda "que todas as anáforas encapsuladoras, inclusive as pronominais, contribuem, de algum modo, para o desenvolvimento argumentativo de um texto, sobretudo porque ajudam a organizar os argumentos na arquitetura textual". Para a identificação dessa "orientação argumentativa" das encapsuladoras (Koch, 2004), a autora lhes admite uma função de avaliação explícita por meio de seus núcleos e/ou modificadores. Para ela, anáforas como a seguinte são explicitamente axiológicas e, por isso, devem figurar na categorização do fenômeno:

Um velho índio descreveu certa vez seus conflitos internos: "Dentro de mim existem dois cachorros: um deles é cruel e mau, o outro é muito bom e dócil. Os dois estão sempre brigando..." Quando então lhe perguntaram qual dos cachorros ganharia a briga, o sábio índio parou, refletiu e respondeu: "Aquele que eu alimentar". (texto divulgado na internet) (CAVALCANTE, 2006, p.6)

A nossa pesquisa vê com muita restrição essa classificação das anáforas encapsuladoras explicitamente avaliativas, pois cremos estar a avaliação (que tomamos como a própria argumentação) presente em qualquer desses processos. Na realidade, quando essa axiologia é implícita, ela funciona de modo a chancelar a posição do locutor em relação a cada uma das diversas vozes que põe em jogo no drama do texto/discurso que a veicula, e por isso sua relevância no processo argumentativo-polifônico.

Fornecendo os seguintes exemplos (CONTE, 2003 [1996], p. 181), Conte mostra o que considera explicitamente avaliativo:

É de ontem a notícia de que um superpetroleiro afundou ao longo das costas bálticas derramando toda a carga no mar. Hoje se pergunta: *esta enésima catástrofe ecológica* poderia ter sido evitada?

Mas aqueles que sonharam reformar programas eram, na verdade, ingênuos – e, agora, eles temem que a corrupção associada com os programas de reforma da Rússia leve a um retrocesso político em favor de nacionalistas ou comunistas que alegam ter mãos limpas. *O risco* existe em qualquer lugar, também. Na Venezuela, o governo de Carlos Andrés Pérez introduziu um pacote de reforma econômica neoliberal em 1989, cortando subsídios e tentando trazer alguma sanidade às finanças públicas.

Na perspectiva de Conte, como vimos vendo, as anáforas encapsuladoras categorizariam os conteúdos do cotexto ou por meio de nomes neutros ou nomes axiológicos, que poderiam constituir também sintagmas nominais com adjetivo avaliativo como modificador. Assim, “*esta enésima catástrofe ecológica*” e “*o risco*” seriam anáforas encapsuladoras com núcleo axiológico porque mostram uma clara estratégia argumentativa, sem demais explanações sobre quais estratégias.

Acreditamos na argumentatividade desses enunciados e temos meio de investigar as argumentações que põem em cena, contudo, parece necessário assinalar as estratégias argumentativas e, conseqüentemente, polifônicas de um e de outro, certamente diferentes e argumentativas em graus distintos. No primeiro caso, temos a AE do encadeamento: superpetroleiro afundado DC enésima catástrofe ecológica; carga de petróleo no mar DC enésima catástrofe ecológica. Na própria anáfora, temos o modificador *enésima*, cuja AE neste encadeamento seria catástrofe ecológica PT frequente, que desrealiza a força



de *catástrofe* (AI: desastre único DC destruição), arrefecendo a intensidade da expressão *catástrofe*<sup>60</sup>. Se o locutor instaura um enunciador E1 que diz que o afundamento de um superpetroleiro é uma catástrofe, ele instaura também um E2 que diz que esse tipo de catástrofe é frequente, cujo pdv se encontra num encadeamento transgressivo. A assimilação do locutor a E1 é flagrante apenas quando se toma o encadeamento catástrofe DC evitar ou catástrofe PT neg-  
evitar, ou seja, uma catástrofe é algo a ser evitado – e nesse caso não foi.

A descrição do percurso argumentativo-polifônico dessa anáfora revela que não é razoável apenas afirmá-la como dotada de argumentatividade, mas sim explicitar o passo-a-passo do jogo argumentativo-polifônico dedutível do valor argumentativo da frase, de modo a conhecer as articulações possíveis engendradas pelo texto. Observamos que houve um debate entre as vozes de E1 e E2, em que um não se opôs ao outro, mas em que o locutor se assimilou a E1, mostrando sua preferência por aquele ponto de vista; e isso se torna mais interessante quando se atenta para a tensão argumentativa do encadeamento atualizado pela relação entre *enésima* e *catástrofe*, no mesmo SN, estrategicamente retomando uma porção anterior de texto e preparando o coenunciador para outro estágio argumentativo.

A estratégia é certamente diversa no segundo exemplo de Conte, em que “o risco” retoma uma porção de texto anterior. Algumas argumentações são notórias, como a AE de *risco*: corrupção DC risco; temem DC risco; retrocesso DC risco; reforma dos programas do governo DC risco. Todas as argumentações particularizadas por E1 são doxais e normativas. No entanto, se tomarmos a AI de *risco*<sup>61</sup>, teremos um movimento curioso: incerteza DC

---

<sup>60</sup> No dicionário Houaiss: substantivo feminino. **1** acontecimento desastroso de grandes proporções, ger. relacionado a fenômenos naturais, que provoca morte e destruição; **2** Derivação: por analogia. qualquer acidente de grandes proporções; **3** Derivação: por extensão de sentido. acontecimento de consequências graves; **4** Rubrica: ecologia. grande distúrbio, único ou raro, ao qual a *comunidade* não se encontra adaptada, e que ger. envolve grande mortalidade e destruição; ecocatástrofe; **5** Rubrica: geologia. m.q. **cataclismo**; **6** Rubrica: teatro. acontecimento funesto e decisivo que, na tragédia clássica, provocava o desenlace da ação.

<sup>61</sup> No dicionário Houaiss: substantivo masculino. **1** probabilidade de perigo, ger. com ameaça física para o homem e/ou para o meio ambiente; **2** Derivação: por extensão de sentido. probabilidade de insucesso, de malogro de determinada coisa, em função de acontecimento eventual, incerto, cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade dos interessados; **3** Rubrica: termo jurídico. em contratos de seguro, incidente que acarreta indenização; **4**

perigo, também normativo e doxal, que remete às argumentações externas mencionadas (corrupção DC risco; retrocesso DC risco; reforma dos programas do governo DC risco), já que as encapsula, porém, cujo ponto de vista que particulariza (o de não promover a reforma porque é arriscado) não encontra a adesão do locutor. O locutor concorda, nesse enunciado, com E1, dono do ponto de vista de que as reformas são de fato arriscadas, mas se assimila a um E2 transgressivo, que diz que riscos existem em todos os lugares, ou: risco PT existe em todos os lugares. Conhecemos assim e explicamos o ponto de vista desse locutor: ele entende que as reformas são arriscadas, mas que é necessário correr riscos.

Vemos que a anáfora encapsuladora promoveu, nesse caso e no anterior, uma dupla articulação polifônica: uma de remeter ao que foi anteriormente predicado no texto, oferecendo o acordo do locutor e focalizando esse ponto de vista, numa configuração retrospectiva; e outra de preparar o coenunciador para a assimilação do locutor a uma voz diferente, como se houvesse uma gradação evolutiva dos encadeamentos, tendo agido a anáfora, neste ponto, prospectivamente.

Além dessas funções, vemos que a argumentatividade dessas anáforas retrospectivas que analisamos não se definiu no âmbito do texto já predicado, mas, ao contrário, o locutor só mostrou sua posição na predicação imediatamente posterior. Essa constatação nos estimula a manter as restrições sobre as noções de antecedente e de âncora para as anáforas encapsuladoras, pois cremos que os objetos-de-discurso se solidarizam argumentativamente em toda a extensão do texto, e a anáfora encapsuladora retrospectiva pode deixar pendente para uma predicação posterior um estágio polifônico fundamental para o sentido da remissão e do texto, a assimilação ou a tomada de posição do locutor.

Compreendemos que, se uma estratégia articulada pelo encapsulamento não se completou numa remissão anterior, é porque o

---

Rubrica: termo jurídico. responsabilidade ou encargo acerca da perda ou do dano por situação de risco

fenômeno anafórico também não se satisfaz apenas nesse âmbito, mas na evolução dos objetos-de-discurso e de suas artimanhas ao longo de todo o texto, antes e depois do aparecimento da anáfora.

Esta nossa descrição é auxiliar, no entanto, à noção de que as anáforas encapsuladoras de fato não apenas apresentam uma paráfrase resumidora de uma porção precedente no texto, mas que devem ser consideradas novas, na medida em que apresentam um novo item lexical e porque põem em funcionamento um mecanismo de hipóstase, tornando-se argumento de predicções futuras (CONTE, 1996). Esses objetos podem ser avaliados, ressignificados, recategorizados, e marcam uma mudança de nível, uma condensação da informação, atuando argumentativamente na requalificação do objeto-de-discurso ao qual remetem.

A essa característica de introduzir objetos-de-discurso no texto, Conte atribui uma tendência demonstrativa das anáforas encapsuladoras. Segundo ela, a função dêitica dos demonstrativos aponta ou focaliza os novos objetos naquela enunciação, e estamos de acordo. Contudo, algo com o que não concordamos é a afirmação de que, quando há nomes axiológicos, a presença do demonstrativo “é quase inevitável” (p. 183), de forma que há uma afinidade entre demonstrativos e termos avaliativos. Não vemos explicação plausível para a afirmação de Conte, e nem a autora prolonga o comentário, mas, na perspectiva que introduzimos neste estudo, quaisquer anáforas com palavras plenas, sejam demonstrativas ou nominais, podem ser avaliativas, na medida em que são estrategicamente argumentativas. Consideramos que, quando há uma estratégia linguística, pragmática, não-verbal, ou qualquer que seja, essa estratégia parte de um locutor que joga com a linguagem de forma a cumprir o seu projeto de dizer. Sendo, assim, a argumentação algo intrínseco à língua, esse estratagema se conforma a tais projetos e aí instaura-se, de forma a avaliar, planejar, julgar, com ferramentas da língua, como se colocar em cena naquela enunciação.

Neste ponto, Cavalcante (2006) se mostra acordante com a nossa posição, ao defender que a função argumentativa é própria de todas as anáforas encapsuladoras. A autora, no entanto, estabelece uma distinção entre

funções avaliativas e funções argumentativas, utilizando a seguinte ocorrência:

Prezada Professora,

Nossa editora costuma fazer uma análise criteriosa de todo material recebido, para, eventualmente, apresentar sugestões importantes de alterações. Esse enorme cuidado com as publicações revela que não tomamos decisões apressadas, ou sob pressão. Isso significa que, se você tem pressa, abrimos mão da coletânea e desejamos que a outra editora tenha sucesso com a obra. (e-mail pessoal) (CAVALCANTE, 2006, p.3)

A autora afirma que a expressão “esse enorme cuidado com as publicações” é uma expressão “declaradamente avaliativa”, mas que não é avaliativo o uso do encapsulador pronominal “isso”, porém argumentativo. Uma diferenciação entre o conceito de avaliativo e argumentativo seria adequada para compreendermos melhor essa classificação, contudo, mesmo que houvesse a identificação desses conceitos no estudo, tomando desde a nossa perspectiva, em que avaliação e argumentação são conceitos irmãos – se um locutor toma como seu determinado pdv, essa estratégia polifônica, derivada de uma argumentação, é resultado de uma avaliação sua –, desconsideraríamos de antemão a categorização argumentativo X avaliativo.

Se dermos partida à análise descritiva, teremos algumas argumentações externas contextuais da anáfora “esse enorme cuidado com as publicações”: análise criteriosa DC esse enorme cuidado com as publicações; sugestões importantes DC esse enorme cuidado com as publicações; esse enorme cuidado com as publicações DC neg-decisões apressadas, sob pressão. A AI de *cuidado*, com o modificador internalizador *enorme*, resulta em: precaução DC zelo. O locutor L se assimila ao enunciador E1, que atesta o zelo com as publicações da editora e se opõe a um E2, negando o encadeamento transgressivo de que decisões apressadas podem ser tomadas por quem tem enorme cuidado com as publicações (enorme cuidado PT decisões apressadas), ou que a editora não tem cuidado com as publicações, e por isso apressa seus pareceres (neg-enorme cuidado DC decisões apressadas), cujo pdv exprime paradoxos. Mais uma vez, neste estudo, observamos que a argumentatividade da anáfora encapsuladora tomada como retrospectiva ultrapassa a fronteira da sua enunciação, deixando aberta à futura predicação a solução do embate polifônico. É atualizado, então, desde a anáfora, o

encadeamento enorme cuidado com as publicações DC neg-decisões apressadas, ao qual se assimila o locutor. Se investigarmos mais um pouco, notaremos que a solução polifônica da anáfora ocorrendo após a sua predicação torna-se objeto de uma nova retomada, o pronome *isso*. Interessante é que a primeira anáfora categorizou tudo quanto previamente enunciado numa gradação normativa de enunciados concordantes, porém, sem retomadas explícitas, o locutor se opôs a um enunciador que apareceu numa fronteira posterior à lexicalização dessa anáfora, e isso mostra uma clara atitude do locutor de pôr em foco o pdv que admite como seu. Cavalcante (2006) afirma que a primeira anáfora é avaliativa, e a pronominal é argumentativa. Vejamos que ambas articulam as estratégias argumentativas, de modo planejado e coeso. *Isso* é um indicial, como os demonstrativos o são por excelência, ao funcionar (DUCROT, 1972; KLEIBER, 1984) de modo a descrever o referente desde um ponto de vista diferente, a introduzir novas características descritivas, ou a adicionar avaliação aos objetos. Cavalcante (2003, p.6) argumenta que “a oposição binária, que dá entre este/esse e aquele, não se deve ao emprego desses elementos como encapsuladores anafóricos – cuja deiticidade, aliás, é ínfima –, mas a um contraste espaço-temporal”, mostrando a distância/proximidade do enunciador em relação ao que é enunciado. Ela identifica três condições referentes ao emprego anafórico dos demonstrativos:

Em primeiro lugar, é forçoso admitir que nem sempre a localização do referente é identificável somente no campo dêitico situacional, mas também nos campos dêiticos da memória e do discurso. Em segundo lugar, o contraste entre os demonstrativos, em português, na grande maioria dos casos, faz-se por um esquema binário. E, em terceiro lugar, concorrem com os traços de ostensão alguns condicionamentos estilísticos, que também podem ser responsáveis pelas escolhas do falante (CAVALCANTE, 2003, s/p).

Mais do que a distância espaço-temporal a que os demonstrativos anafóricos remetem, toca-nos a tarefa de identificar essas “escolhas do falante” citadas por Cavalcante, já que os objetos-de-discurso são descritos desde um ponto de vista demarcado referencialmente por meio desses pronomes. No

caso aventado por Cavalcante (2006)<sup>62</sup>, lembremos que *Isso* retoma a porção anterior: aquela num estágio argumentativo normativo, encapsulada, e a predicação posterior, onde aparece um novo enunciador E2, cujo pdv (enorme cuidado PT decisões apressadas) é alvo da oposição do locutor. *Isso* aparece, então, para mostrar um segundo estágio da argumentação, em que os objetos enunciados previamente foram avaliados e já mostram o movimento de assimilação do locutor ao enunciador que diz: como temos enorme cuidado, não tomamos decisões apressadas (enorme cuidado DC neg-decisões apressadas).

Seria anódino apenas refletir sobre esse papel de *Isso* remeter a um estágio argumentativo completado para inaugurar um outro. Interessante é, além disso, observar a dupla articulação argumentativa do pronome: se, por um lado, *isso* retoma um estágio já completado de argumentos, encapsulando, em cascata, o conteúdo argumentativo de outra anáfora encapsuladora, ele também aponta prospectivamente para a solução polifônica do texto, remetendo a outros encadeamentos, tais como: você tem pressa DC abrimos mão da coletânea, em que o locutor, assimilado a E1, atribui a E2 o encadeamento cuja AI de *pressa* (precipitação DC fracasso) revela uma atitude de oposição por sua parte. Isso ocorre porque ele se assimila ao enunciador de precaução DC zelo, e os segmentos à esquerda da AI de *cuidado* e de *pressa* apresentam argumentações externas estruturais recíprocas e, por isso, autoexcludentes: *precaução*: atitude pensada DC neg-dano; *precipitação*: neg-atitude pensada DC dano.

Assim, o locutor, mais uma vez, com o encadeamento *pressa*, se opõe a E2 e lança mão de uma anáfora indireta muito interessante nesse texto, “a outra editora”, uma expressão definida, não mencionada anteriormente, que L já afirma como pressuposto para o encerramento da oposição a E2: outra

---

<sup>62</sup> Prezada Professora,

Nossa editora costuma fazer uma análise criteriosa de todo material recebido, para, eventualmente, apresentar sugestões importantes de alterações. Esse enorme cuidado com as publicações revela que não tomamos decisões apressadas, ou sob pressão. Isso significa que, se você tem pressa, abrimos mão da coletânea e desejamos que a outra editora tenha sucesso com a obra. (e-mail pessoal) (CAVALCANTE, 2006, p.3)

editora pode aceitar neg-enorme cuidado DC decisões apressadas, pdv atualizado por E2, mas não esta.

A anáfora “a outra editora” funciona, digamos, metaenunciativamente, pois leva para o enunciado uma instância enunciativa até então protegida pelo encadeamento homologado pelo bloco que a originou. E essa instância, como sujeito de uma predicação na superfície do enunciado, permite ao locutor apropriar-se de um enunciado que tem como sujeito gramatical uma não pessoa nesse discurso, porém assimilada a E2, que foi objeto de avaliação. Desse modo, surpreendem-se as “gentilezas” que se propagam no discurso argumentativo-polifônico: o locutor abriu mão de dizer: espero que você tenha sucesso com a publicação por outra editora, mas enunciou “que a outra editora tenha sucesso com a obra”. Argumentativamente, o efeito de um ou de outro enunciado é idêntico: ambos remetem ao enunciado de E2: -enorme cuidado DC decisões apressadas.

Por essas considerações, admitimos como algo problemático identificar a primeira anáfora como avaliativa e a segunda como argumentativa, pois identificamos as argumentações e o movimento polifônico de ambas. Se é verdade que *isso* exerceu a função de remeter ao que foi predicado e argumentado anteriormente, inaugurando e focalizando um novo estágio enunciativo-argumentativo situado espaço-temporalmente próximo aos enunciados anteriores, parece também certo que essa mesma anáfora funcionou de modo prospectivo, apontando para novas argumentações e estratégias, complementares às anteriores, mas não menos importantes. “Isso”, na nossa abordagem, remete a um complexo argumentativo, do mesmo modo que “esse enorme cuidado com as publicações”. Ambas homologam encadeamentos que mostram tomadas de posição ou a assimilação do locutor, numa gradação argumentativa, hierárquica, na medida em que a segunda (*isso*) aparece num momento posterior da enunciação e, por isso, pode retomar e prospectar uma fase mais avançada da evolução argumentativa.

Isto dito, supomos que quando Cavalcante (2003; 2006), Koch (2004), Conte (1996), Francis (1994) e outros alegam que algumas anáforas encapsuladoras são representadas por nomes avaliativos, ou conceitos afins, e

que outras são argumentativas em alguma medida, essas autoras se mostram sensíveis a uma noção diferenciada entre argumentação e polifonia, em que a primeira consiste nas estratégias que o locutor utiliza para sustentar, demonstrar um ponto de vista, ou para convencer ou persuadir; e a segunda representa enunciativamente a encenação dessas estratégias quando da sua enunciação. Não ousaríamos aqui afirmar que a concepção é equivocada, porém, trazemos uma proposta que rejeita qualquer classificação *a priori* para nomes avaliativos e que estabelece que as anáforas encapsuladoras são avaliativas na mesma proporção em que são argumentativas, pois, fundando-se no valor argumentativo da frase, se revela, nos enunciados, o jogo polifônico do texto, ou seja, quando um enunciado é homologado em um discurso, é das argumentações que ele permite que se depreendem os efeitos polifônicos daquele texto/discurso.

Esses dois conceitos, argumentação e polifonia, por conseguinte, os consideramos simbióticos, porque um é efeito do outro. Por isso, na nossa perspectiva, julgamos mais apropriado patentear uma propriedade argumentativa para as anáforas encapsuladoras, já que elas exprimem argumentações e, do mesmo modo, diferentes vozes no texto.

### 3.3.3 Hipostasiação de atos de fala e de funções argumentativas

Outro ponto que merece lugar aqui é o encapsulamento anafórico como substanciação de um ato de fala ou de uma função argumentativa. Tenhamos um dos exemplos de Conte (2003, p. 186), em que ela discute o fato de que “esta promessa” permite ao escritor atribuir uma força ilocucionária a um enunciado, produzindo uma mudança para o nível metacomunicativo:

“A Liga sempre será para as pessoas que suam contra a classe dos governantes – **esta promessa** de Dasi provocou a aclamação da praça.”

Na perspectiva que trazemos aqui, apesar de notório que o exemplo apresenta um caso de hipóstase, em que é instaurado um ato de fala, retomado anaforicamente, o encadeamento argumentativo “esta promessa” é



condizente, antes de tudo, com uma função argumentativa. Quando o locutor opta por empregar *esta promessa* em vez de *esta afirmação*, ou *esta mentira*, ou *esta farsa*, ou *este argumento*, ele está claramente avaliando e se posicionando argumentativamente em relação ao enunciado pelo qual se responsabiliza. Tenhamos a argumentação interna de promessa<sup>63</sup>, aceitando que se atualiza o seguinte sentido: afirmativa de que se dará ou fará alguma coisa. Representada pela AI: compromisso afirmado DC compromisso cumprido, *esta promessa* remete aos encadeamentos cujas argumentações externas contextuais podem ser promessa DC cumprimento, promessa DC aclamação, promessa DC neg- classe governante, ou seja, quem promete e não é governante é aclamado, pois vai cumprir a promessa. O locutor, quando encapsula o inteiro ato de fala com “esta promessa”, se assimila a E1, dono do pdv da oposição anti-governista.

Dessas considerações resulta um encadeamento doxal, apreensível apenas nessa relação, como, por exemplo, de que os governantes prometem e não cumprem. O encadeamento que se estabelece aqui deriva da relação entre *promessa* e *governante* e consideramos que, se esse encadeamento expressa a adesão do locutor a um determinado ponto de vista, a expressão é argumentativa, apesar de doxal e, por consequência, ordinária para esse contexto.

Este caso é tomado por Conte como fonte de hipostasiação de ato de fala, mas não de hipostasiação de uma função argumentativa, pois como caso de encapsulamento anafórico argumentativo ela oferece outro exemplo, que discutiremos mais adiante. No excerto que trazemos a seguir<sup>64</sup>, o escritor utiliza estratégia diferente:

O presidente eleito dos EUA, Barack Obama, não se comprometeu a levar em frente o plano de W. Bush de escudo antimíssil na Polônia,

<sup>63</sup> No dicionário Houaiss: substantivo feminino. **1** ato ou efeito de prometer; **2** afirmativa de que se dará ou fará alguma coisa; **3** compromisso oral ou escrito de realizar um ato ou de contrair uma obrigação; **4** Derivação: por extensão de sentido. a coisa prometida; **5** Diacronismo: obsoleto. oferecimento de dádivas ou préstimo com intenção de suborno; tentativa de suborno; **6** Derivação: sentido figurado. esperança fundada em aparências; **7** Rubrica: religião.; oferta de pagamento futuro (em orações, sacrifícios, penitências, dinheiro, ex-votos etc.) feito a Deus, à virgem Maria ou aos santos, para obter alguma graça ou benefício; voto

<sup>64</sup> Disponível em: <http://www.horadopovo.com.br/2008/novembro/2718-12-11-08/P7/pag7c.htm>. Acesso em: 25.12.2010.

afirmou seu assessor de política externa, Denis McDonough, desmentindo declaração feita pelo presidente polonês. Lech Kaczinski havia dito ter obtido **esta promessa** de Obama por telefone, mas foi desmentido agora. De acordo com a BBC, durante sua campanha eleitoral Obama propôs revisar o sistema antimísil na Europa Central, para assegurar-se de que não terá a Rússia como alvo.

Aqui se inaugura um emaranhado entre os pontos de vista dos enunciadores e se observe que o locutor demora a mostrar sua posição, jogando com a hipostasiação de variados atos de fala. Derivamos as seguintes argumentações externas contextuais de *promessa*: Obama neg-comprometer DC neg-promessa; desmentir DC neg-promessa; neg-promessa DC desmentir; e de *desmentido*: declaração feita pelo presidente polonês PT desmentido. O locutor põe em cena um E1, responsável pelo pdv1: “Se Obama não se comprometeu, não há promessa” (compromisso afirmado DC compromisso cumprido), o qual o locutor assume (atribuído ao assessor de política externa desmentiu porque não havia promessa). Existe ainda um E2, que articula o pdv2, do presidente polonês, (promessa por telefone DC declaração), mas ao qual o locutor se opõe, por estratégias diversas, como o verbo obter (AI: tentar DC conseguir), que retoma E1, para quem a promessa foi forçada, ou *por telefone* (comunicação PT distância), que enfraquece a AI de *promessa*.

Interessante nesse caso é que “esta promessa” foi alvo da seguinte argumentação: Neg-compromisso afirmado DC Neg-compromisso cumprido, ou seja, não houve promessa, se observarmos da perspectiva do enunciador com o qual concorda o locutor. Assim, a anáfora “esta promessa” é alvo de uma atitude de oposição por parte do locutor, que a rejeita. A hipóstase, nesse excerto, confere um efeito muito curioso, porque o locutor permite-se substanciar um enunciado a cujo enunciador se opõe. Assim, vemos que as anáforas encapsuladoras encapsulam encadeamentos argumentativos nem sempre condizentes com a assimilação ou com a assunção do locutor, e que expressões tidas como “atitudinalmente neutras” ou “ilocucionárias” (cf. FRANCIS, 1994 [2003]) como “afirmou”, “desmentindo”, “declaração” e “promessa” servem de modo nada neutro às argumentações nos processos referenciais. Esse jogo de passa-bola é muito interessante, porque um pretense locutor atribuído a Obama não se responsabilizaria, ou melhor, não assumiria nenhum enunciador, de modo a preservar-se, ao longo do discurso,

de incorporar definitivamente um ponto de vista, ou seja, não se permite atribuir a Obama nenhum dos enunciados do texto. Observe-se que “promessa” é utilizada como proveniente de um político, mas a argumentação que se promove não é coincidente com a “promessa” no exemplo de Conte.

Nos exemplos elencados acima, vimos o encadeamento “esta promessa” servir a propósitos diferentes, como endossar uma doxa ou focalizar um ponto de vista oposto, de modo a arrefecer o pdv cujo enunciador é assumido pelo locutor, que se protege, manifestando ainda a hipostasiação de atos de fala, esta apenas acessória à hipostasiação de uma função argumentativa. A argumentatividade da expressão “esta promessa” é muito flagrante, ainda, no excerto que trazemos a seguir, para fortalecer a demonstração das diferentes e inexaustas funções argumentativas que “o mesmo” encadeamento pode pôr em funcionamento no discurso:

<sup>65</sup> (...) Israel realiza sobrevoos diários no Líbano, também violando uma resolução da ONU, mas sob o argumento de que precisa monitorar a movimentação militar do Hezbollah. Nasrallah reiterou sua promessa de ‘vingar a morte de Moughniyeh’, ocorrida em 12 de fevereiro de 2008 em Damasco. “**Esta promessa** será cumprida”, disse ele. Israel não assumiu a autoria do carro-bomba que matou o militante, mas celebrou a morte de um homem que passou 25 anos na lista de terroristas mais procurados pelos EUA (...).

Nos excertos anteriores, depreendemos a AI de *promessa*: compromisso afirmado DC compromisso cumprido. Se a argumentação interna de *promessa* já encerra o segmento *compromisso cumprido*, é interessante observar como, neste exemplo, precisa-se enunciar que esta promessa é uma promessa, mas que será cumprida. Numa situação ordinária, por exemplo, se chegamos a uma concessionária para comprar um carro, queremos um carro que tenha ar-condicionado, ou alarme, ou N outras propriedades, mas não chegamos a procurar um carro que se movimente, porque é uma propriedade da AI de carro movimentar-se. Do mesmo modo, quando o locutor assume um enunciador que precisa asseverar o cumprimento de uma promessa é porque o ponto de vista desse enunciador é de que promessas costumam não ser cumpridas, mas que essa, apesar de ser uma promessa, será cumprida, ou: promessa PT cumprida.

<sup>65</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/vozes-terror-hezbollah-diz-ter-direito-defesa-antiaerea/>. Acesso em: 25.12.2010.

Note-se que o efeito argumentativo da anáfora encapsuladora, nesse caso, reside no paradoxo: se promessas são cumpridas, a doxa é promessa DC cumprida, como no exemplo de Conte (1996), mas é o paradoxo que se mostra mais, porque não encontra no coenunciador adesão – há um enfrentamento muito notório de pontos de vista. Observamos aí uma estratégia de focalizar, com a anáfora encapsuladora, um paradoxo.

Nos excertos descritos, as anáforas são fundamentalmente argumentativas, na medida em que revelam – e derivam de – o percurso linguístico da assunção de um locutor a um enunciador e não a outro. O confronto entre esses casos de encapsulamento nos leva a constatar: a fragilidade das explicações atuais para os fatos argumentativos dos processos referenciais; a saliência do paradoxo argumentativo nas anáforas encapsuladoras; a hipostasiação de funções argumentativas em nomes metalinguísticos como estratégia dentro da hipostasiação de atos de fala; a dificuldade em apresentar quaisquer categorizações funcionais para as anáforas encapsuladoras; e a diversidade de sentidos que podem ser engendrados no teatro polifônico da enunciação dessas anáforas.

Além desses achados, é bom esclarecer que, devido às inúmeras funções resultantes das relações argumentativas nos encadeamentos, não consideramos relevante a categorização exaustiva realizada por Francis (1994) para os nomes metalinguísticos como núcleos dos rótulos, porque o fato de alguns rótulos serem metalinguísticos é apenas um suporte que abriga estratégias polifônicas escondidas por trás dessas expressões; afinal, é nessas expressões que os atos de fala e as argumentações se substanciam, revelando muito sobre o que foi dito e servindo como apoio para novas predicções e argumentações. Ademais, as relações que esses encadeamentos podem promover são únicas; eles *nunca* querem significar a mesma coisa, pois são fruto de uma combinação exclusiva e pontual, que resulta em uma estratégia argumentativa só apreensível desde a relação entre as frases do texto. Se classificamos essas expressões em categorias fechadas, corremos o risco de abrir mão da sua argumentatividade global.

O excerto que investigaremos, Conte (1996) fornece como fonte de

hipostasiação, dotado de uma estratégia argumentativa, ao contrário do que já mostramos com “esta promessa”:

Romiti<sup>66</sup> teria dito aos juízes: “Nós também temos uma responsabilidade no degrado moral do sistema Itália”. **Uma premissa**<sup>67</sup> à segunda parte do depoimento, aquela dedicada à atividade da Fiat no setor público.

Conte apenas afirma que este enunciado é categorizado como uma premissa numa estratégia argumentativa, porém não prolonga a discussão. Comentaríamos, em relação ao seu exemplo, que há a hipostasiação de um ato de fala, mas também uma estratégia argumentativa em encapsular com *premissa* (AI: hipótese inicial DC incompleta): Dizer aos juízes DC premissa; Responsabilidade no degrado moral DC premissa; premissa DC raciocínio incompleto; segunda parte do depoimento DC neg-premissa; atividade da Fiat no setor público DC conclusão do depoimento. O locutor do enunciado atribui a um E2 o encadeamento em que o pdv2 é “temos responsabilidade no degrado moral do sistema Itália”, porém não assume esse enunciador, mas E1, cujo pdv1 é “isto é apenas uma premissa, ele tem mais a falar”. Curioso é que, como nos demais casos apresentados acima, o locutor apenas completa a sua assunção ou sua assimilação no enunciado retrospectivo à anáfora encapsuladora. Observe-se que existe aí uma estratégia de focalização do enunciado “atividade da Fiat no setor público”, pois, como é a segunda parte do depoimento, e como uma premissa é primeira parte de um raciocínio que leva a uma conclusão, importa conhecer a conclusão promovida pela premissa.

Conte (1996) não explica por que este caso, em detrimento dos outros, é identificado como a hipostasiação de uma função argumentativa, e não seremos nós a fazê-lo, tendo em vista nosso desacordo com a sua descrição em geral. Atentamos para a emergência da argumentatividade em todos os demais exemplos, que encerram estratégias argumentativo-polifônicas nem

<sup>66</sup> Cesare Romiti, ex-diretor geral da Fiat, condenado a 11 meses de prisão por irregularidades nas contas da empresa.

<sup>67</sup> No dicionário Houaiss: Substantivo feminino 1 Rubrica: lógica. Cada uma das proposições que compõem um *silogismo* e em que se baseia a conclusão; 2 Derivação: por extensão de sentido. Ponto ou idéia de que se parte para armar um raciocínio.

sempre tão flagrantes, mas muito entremeados a um projeto global de dizer e que suportam um debate difuso de vozes conflitantes. Identificamos a hipóstase de atos de fala e de funções argumentativas como colaborativas no processo de elaboração do sentido argumentativo das anáforas encapsuladoras, mas cremos na função primeira, intrínseca à língua, de argumentar.

No próximo capítulo, mostraremos o passo-a-passo das análises empreendidas nesta Tese, que precisa ser demonstrado, sob pena de as análises se mostrarem insuficientes à compreensão do leitor.

## 4

# ANÁLISE ARGUMENTATIVO-POLIFÔNICA DAS ANÁFORAS ENCAPSULADORAS: MÉTODO PARA UMA INTERSEÇÃO

---

### 4.1 Considerações gerais

Esta pesquisa, de natureza fundamentalmente bibliográfica, analisa argumentativamente as anáforas encapsuladoras, textualmente apresentadas em textos pertencentes a gêneros diversos, selecionados aleatoriamente. A condição para escolha do texto era a ocorrência de uma ou mais anáforas encapsuladoras, com núcleo nominal ou pronominal. Uma vez selecionado o texto, foram analisadas todas as ocorrências de encapsulamento e, eventualmente, de outros processos referenciais engajados no movimento argumentativo do processo.

Considerando que as anáforas encapsuladoras são configuradas por unidades lexicais e que constituem nosso objeto de análise, estaremos munidos, então, do aparato metodológico desenhado pela Teoria da Argumentação na Língua, em sua fase mais recente, a Teoria dos Blocos Semânticos, para analisar linguisticamente as relações argumentativas que esses itens mantêm com os enunciados em que se inscrevem.

Para definir o passo a passo da pesquisa, é indispensável apresentar o método, definindo como se procede a uma análise lexical e a uma análise polifônica, para, em seguida, inscrever nosso objeto no âmbito desses procedimentos, tecendo as relações necessárias com o fenômeno anafórico ao qual se aplicarão.

### 4.2 Análise lexical

Para dar seguimento às análises propostas, aplicaremos os critérios argumentativos para a análise lexical encontrados em Ducrot (2001a), que retoma alguns dos conceitos já discutidos aqui, mas aos quais brevemente nos remetemos, para reportar com precisão os elementos que serão necessários para a aplicação empírica das hipóteses delineadas no método.

Segundo o autor (DUCROT, 2001a, p. 22), para o início de uma análise argumentativa, é necessário ter presente a noção de argumentação, que origina um **encadeamento** de dois segmentos do discurso, constituindo a realização de duas frases gramaticais<sup>68</sup>. Esses segmentos são ligados por um conector, que pode ser **transgressivo** – representado por um abstrato ENTRETANTO (ET) –, ou de valor **normativo** – representado por um LOGO (LG), situados no mesmo plano, pois que um não deriva do outro. Esses dois conectores são duas formas de conexão independentes (CONN) entre dois segmentos de um encadeamento argumentativo. Assim, encadeamentos diferentes podem realizar a mesma relação, que pode ser normativa ou transgressiva; esses são os **aspectos** do encadeamento. Ducrot (2001a, p.23) exemplifica da seguinte forma: os dois encadeamentos

(41) Pedro ganhou, entretanto jogou mal e

(42) João jogou mal neste momento, mas certamente ganhará

pertencem ao aspecto jogar mal PT ganhar. Além disso, pode ser acrescentado à representação dos encadeamentos e à formulação dos aspectos um **operador negativo** NEG, que representa expressões negativas que modificam o segmento, como *pouco*, *eu duvido*, negativas interrogativas, ou comparações de superioridade ou igualdade. O autor lembra que, por exemplo, o mesmo aspecto ser feliz PT NEG-rir agrupará encadeamentos como

<sup>68</sup> O autor lembra que toma por *frase* uma entidade abstrata, teórica, susceptível de múltiplas realizações concretas. Ele lembra, ainda, que nem toda realização de uma frase é um enunciado. Como exemplo, o autor refere que nenhum dos dois segmentos da argumentação “Faz calor, entretanto, sairei” é um enunciado porque nenhum pode ser tomado individualmente; assim, se não tem sentido em si, não pode ser considerado objeto de uma enunciação (DUCROT, 2001, p.22).



(43) João é muito feliz PT nunca ri

(44) Max se divertiu PT riu pouco etc..

Outro conceito caro à análise lexical é a distinção entre **argumentação interna** (AI) e **argumentação externa** (AE). A AI de uma entidade constitui uma paráfrase sua, cujos encadeamentos X CONN Y que a constituem não devem conter essa entidade nem em X nem em Y. Ducrot relembra o adjetivo *virtuoso*, cujo aspecto dever fazer DC fazer faz parte de sua AI. Opostamente, a AE desse adjetivo, conforme esteja associado a outro segmento em contexto, compreende os aspectos onde ele figura a título de antecedente ou de conseqüente. Assim, quando a AE de uma entidade contém um aspecto X CONN Y, ela também contém seu aspecto **converso** A CONN' NEG-Y (em que CONN' é o conector que não CONN).

Uma distinção que precisa ser considerada, ainda, segundo Ducrot, é aquela entre **contextual** e **estrutural**. Se um aspecto está ligado estruturalmente a uma unidade, ele pertence à sua significação, então pertence a todos os empregos que se façam dela. Os exemplos precedentes vêm do estrutural. Mas as entidades podem também estar ligadas contextualmente a certos aspectos. O exemplo que o professor (DUCROT, 2001a, p.23) fornece é o seguinte:

(45) João é virtuoso, no entanto tem alguns amigos.

cuja AE contextual é virtuoso PT amado, que não parece ligada a todos os empregos da palavra. Por outro lado, se temos uma argumentação que define virtude como um interesse propriamente dito, por exemplo, é contextualmente que a AI ter interesse DC fazer é atribuída à palavra *virtude* naquele discurso. É bom observar, segundo o autor, que os pares estrutural/conceitual e AI/AE qualificam, então, as argumentações e os aspectos como tais, mas somente na sua relação com entidades linguísticas particulares. Disso se depreende que o aspecto contextual a *virtuoso* ter interesse DC fazer é estrutural em relação à palavra *interessado*, por exemplo.

É dessa distinção que deriva a noção de **aspecto paradoxal**. Tomar um

aspecto A de tipo X CONN Y como paradoxal é dizer que a entidade X ou Y possui, em sua argumentação externa estrutural, um aspecto antagônico a A. É dessa forma que o aspecto dever fazer DC NEG-fazer é paradoxal, porque a expressão *dever fazer* está ligada, por sua AE estrutural ao aspecto dever fazer DC fazer. As palavras paradoxais são aquelas, por conseguinte, cuja AI contém pelo menos um aspectos paradoxal. Um bom exemplo disso é a palavra *cínico*, cuja AI comporta o aspecto paradoxal dever fazer DC NEG-fazer.

Com os conceitos apenas resumidos, Ducrot (2001a) lança as hipóteses de aplicação do seu modelo analítico, apresentadas a seguir. O autor lembra que, como as hipóteses encerram um conteúdo empírico, a validade das escolhas, todas internas à teoria, fundamenta-se nas observações empíricas, não sendo reduzidas à simples coerência conceitual.

4.2.1 HN: Hipótese relativa ao efeito da negação sobre expressões não paradoxais

Para Ducrot (2001, p. 25), se uma expressão E não paradoxal em sua AI a um aspecto X CONN Y, a negação de E tem dentro de sua AI o aspecto converso X CONN' NEG-Y. Seja o enunciado para E:

(46) Mesmo que faça mau tempo, João vai passear

cuja AI contém o aspecto mau tempo PT saída. A negação para E seria uma enunciado que parafrazeasse *Isso é falso em relação a E*, como em

(47) Se fizer mau tempo, João não vai passear.

Segundo a hipótese HN, este enunciado, normativo, possui em sua AI o encadeamento mau tempo DC NEG-saída. Essa hipótese, o autor prossegue, se aplica às palavras, ao se admitir que seu antônimo seja uma forma de negação, como *imoral*, que é uma negação de *virtuoso*.

Apesar dessa possibilidade descritiva, a análise pela HN impõe dificuldades, como é o caso quando se coloca na AI de *virtuoso* o aspecto agir DC ser aprovado. Esse aspecto autoriza a noção de que virtude suscita

aprovação. No entanto, a *imoral* a mesma HN atribuiria o aspecto agir PT NEG-ser aprovado. Para poder introduzir um DONC entre virtude e aprovação e resolver esse problema, o autor (DUCROT, 2001, p. 26) sugere lembrar-se da AE de *virtuoso*, que poderia ser virtuoso DC aprovado. E para a AE de *imoral* pode ser explorada a *lei da negação*, em que a negação de uma entidade E é a recíproca, e não mais a conversa, da AE de E (A recíproca de X CONN Y é NEG-X CONN NEG-Y). Se *imoral* for considerado um tipo de negação de *virtuoso*, como imoral DC desaprovado e imoral PT aprovado, esse último aspecto é subjacente<sup>69</sup> a um enunciado como (DUCROT, 2001a, p.26)

(48) Mesmo que os chefes ajam de uma forma completamente imoral, todos aprovam

#### 4.2.2 HPN – Hipótese relativa à negação de paradoxos

A regra para a HPN é: os aspectos X CONN Y da AI são transformados em X CONN NEG-Y. Assim, ao tomar o aspecto da AI da negação de *cínico*, cuja AI compreende dever fazer DC NEG-fazer, queremos dizer que a pessoa faz o que deve, descrito por dever fazer DC fazer. Assim, o teórico explica que, quando queremos destinar à palavra uma certa AI e à sua negação uma AI retirada da primeira por HNP e não por HN, é necessário mostrar que essa palavra é paradoxal, no sentido já explicitado, e que, por outro lado, ela apresenta o comportamento dos paradoxos em relação às outras hipóteses descritas a seguir (DUCROT, 2001a, p.27).

#### 4.2.3. HG – Hipótese sobre a gradualidade

Esta hipótese é relativa à força ou à fraqueza de certas expressões. Segundo ela, virtuoso pode ser enfraquecido, *verbi gratia*, por *relativamente*, *talvez*, *um pouco* etc.. O enfraquecimento se faz pelos morfemas chamados

<sup>69</sup> I.e., faz parte da AI do enunciado.

**modificadores desrealizantes atenuantes**, cujo protótipo é *um pouco*, que, apesar de diminuir a força das palavras, mantém sua orientação; por outro lado, os **modificadores desrealizantes inversores**, como *pouco*, fazem a palavra mudar de orientação; o reforço da palavra é feito pelos **modificadores realizantes**.

Ducrot crê que é possível formular regras sobre o efeito de modificadores graduais na AI de expressões e de palavras modificadas. Para ele, a aplicação da HG na AI dessas palavras deve gerar outras AI que descrevam corretamente os sintagmas obtidos pelo reforço ou enfraquecimento dessas palavras. Assim, o autor subdivide a HG em outras duas sub-hipóteses, a HGPT, relativa aos aspectos em PT da AI, e a HGDC, relativa aos aspectos em DC. O autor reitera que essas hipóteses servem apenas para palavras não paradoxais e que não se prestam à descrição argumentativa de paradoxos como *cínico*, *suícida*, ou *masoquista*.

#### 4.2.3.1 HGPT

Segundo o teórico, para enfraquecer uma AI X PT Y, atenua-se ou X ou Y, ou os dois, o que redundaria na fórmula: ATT-X PT ATT-Y.<sup>70</sup> O exemplo que fornece é indulgente, cuja AI compreende o aspecto crime PT NEG-punição, assim, acreditar que alguém foi indulgente é dizer que, não obstante tenha havido um crime, houve pouca punição. Se a indulgência for relativa, pode-se atenuar a importância do crime (sem negá-lo) ou atenuar a negação da punição:

(49a) Mesmo que o acusado tenha uma relativa (uma certa, alguma) culpa, o juiz não o puniu.

(49b) Mesmo que o acusado tenha sido culpado, o juiz não o puniu com severidade.<sup>71</sup>

Se o reforço é o objetivo para a AI X PT Y subjacente a uma palavra,

<sup>70</sup> ATT para *atenuador*.

<sup>71</sup> Ducrot (2001a, p.28) alerta: “Para nós, NEG não designa a negação lógica, que não tem graduação, mas a inversão argumentativa, que pode ser mais ou menos forte: dizer que não houve uma punição severa é uma forma possível de inverter o potencial argumentativo evocado pela palavra ‘punição’”.

Ducrot aponta que é suficiente reforçar um dos termos ligados por PT, ou os dois, o que se resume na fórmula REAL-X PT REAL-Y<sup>72</sup>. Se o foco estiver na indulgência do juiz, pode-se insistir na gravidade do crime que não foi punido: *apesar de um crime muito grave, o juiz não o puniu, ou apesar da existência do crime, ele não o puniu de maneira nenhuma* (p.27). As possibilidades não se esgotam com esses exemplos, o autor deixa claro que as combinações podem ser variadas, sempre conforme o sentido que se busque atribuir.

#### 4.2.3.2 HGDC

Para um enfraquecimento em DC, é necessário ou reforçar o antecedente X ou atenuar o conseqüente Y ou os dois. Daí, a fórmula REAL-X DC ATT-Y, de onde se pode atenuar a virtude se alguém fizer questão de insistir na obrigação de se agir e/ou atenuar a energia de sua ação. Um encadeamento possível (DUCROT, 2001, p.28). seria:

(50) Quando ele deve fazer alguma coisa, ele geralmente termina por fazê-lo.

O autor apela para que se lembre de que, apesar de o elogio ter uma argumentação fraca, o objetivo de sua teoria não é investigar as intenções ou efeitos das palavras, mas sua função no discurso.

Para reforçar as palavras cuja AI está em DC, Ducrot afirma que basta o antecedente X ser forte para ser seguido do conseqüente Y. Dessa forma é que, para insistir na virtude de alguém, marca-se que ele cumpre com determinação os seus deveres, e o mais rápido possível. Assim ficaria o enunciado (p.28):

(51) Uma vez que ele tem a menor obrigação de fazer algo, ele se apressa em fazê-lo.

Esse efeito estaria condicionado ao aspecto ATT-X DC REAL-Y.

#### 4.2.4 HL – Hipótese Lexical

Esta hipótese, válida para as palavras paradoxais, reza que a

<sup>72</sup> REAL é o modificador realizante.

argumentação interna de uma palavra pode ser doxal ou paradoxal.<sup>73</sup> Retomando, um aspecto é **paradoxal** quando, no encadeamento X CONN Y, apenas um dos elementos de X e Y comporta em sua AE estrutural um aspecto antagônico a X CONN Y, como X CONN' Y, X CONN NEG-Y ou NEG-X CONN Y.

Assim, a AI das palavras às quais se aplica a HN é sempre **doxal**, pois, se sua AI é X CONN Y, a AE estrutural de pelo menos um dos segmentos X ou Y é precisamente X CONN Y. A hipótese, então, é de que a AI de uma palavra lexical não paradoxal comporta um aspecto que se contenta em reproduzir a AE estrutural de um de seus termos (p.29).

A característica doxal, por conseguinte, encontrada em certos sintagmas e em todas as palavras não-paradoxais não implica uma tautologia. Isso porque, explica Ducrot, será considerado doxal tanto o encadeamento Pedro foi punido pelo seu crime (crime DC punição) quanto o encadeamento transgressivo apesar de seu crime, Pedro não foi punido (crime PT NEG-punição), colocando DC e PT no mesmo plano, e não apenas como um discurso convencional tautológico.

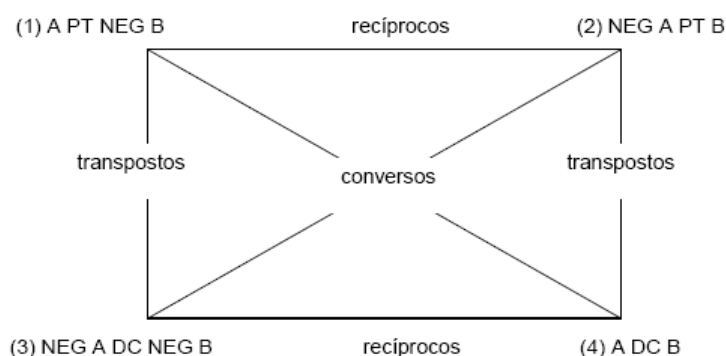
### 4.3 Análise polifônica

As distinções precedentes não existem sem consequência para a análise polifônica de textos, pois esta deriva da análise lexical, porém, como é um outro produto, tem passos que terminam por redundar num procedimento próprio. Para ilustrar os procedimentos utilizados nesse tipo de análise, nos basearemos nas instruções fornecidas por Ducrot e Carel (2008).

---

<sup>73</sup> Ducrot, (2001a, p. 28) nota o seguinte: “A *hipótese lexical* [grifo do autor] visa a dar à AI das palavras do léxico uma propriedade que as distinga da AI de expressões construídas pelos locutores, ou seja, das que chamamos sintagmas ou ainda grupos de palavras. A distinção entre a palavra [entidade escolhida pelo locutor no interior de um léxico preexistente] e o grupo de palavras [entidade construída no momento da enunciação] poderá ser então recuperada no nível argumentativo. Na verdade, não podemos indicar uma propriedade que *somente* [grifo do autor] possuem as palavras; devo me contentar com uma propriedade que, entre nós, possui *todos* e que possui *certos* sintagmas unicamente.

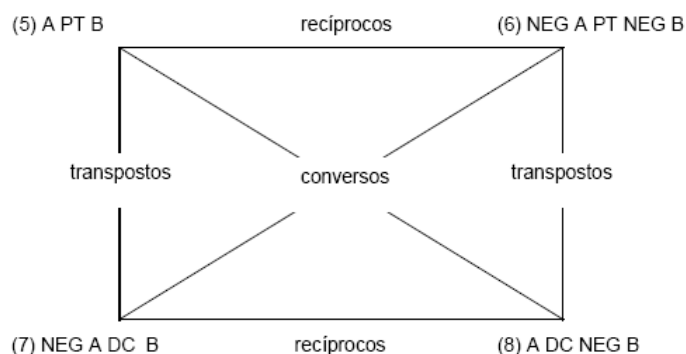
Além da base conceitual já exposta nesta tese, Ducrot e Carel (2008, p.11) convocam a classificação dos aspectos, intervenientes nas descrições polifônicas, para eles “necessária para formular as regras segundo as quais o aspecto que é o ponto de vista de um enunciador positivo se transforma para construir o ponto de vista do enunciador negativo correspondente”. Assim, têm-se os encadeamentos transgressivos ou normativos constituídos a partir dos predicados, suporte A e aporte B, que podem ser combinados com a negação. Reagrupam-se os predicados em oito aspectos, cada um constituindo elemento de dois blocos e quatro aspectos. No bloco 1 (fig.1) encontram-se os aspectos A PT NEG-B, A DC B, NEG-A PT B e A DC NEG-B. esses aspectos são colocados nos quatro ângulos de um quadrado argumentativo e definem-se entre eles relações formais de *conversão*, *reciprocidade* e *transposição*, conforme a figura 1.



**Figura 1: Bloco 1 – doxal**

**Fonte: Ducrot e Carel (2008, p. 11).**

Segundo os autores, da mesma forma como o bloco 1 baseia-se numa mesma forma de ler cada predicado no outro, o bloco 2 também fundamenta-se sobre uma interdependência entre A e B, inversa à anterior, nesse caso. A figura 2 mostra os outros quatro aspectos que podem ser definidos com o suporte A e o aporte B, que configuram encadeamentos paradoxais.



**Figura 2: Bloco 2 – paradoxal**  
**Fonte: Ducrot e Carel (2008, p. 11).**

Os autores (p.12) retomam o exemplo clássico da *prudência*. Assim, no enunciado “João foi prudente”, é apresentado um enunciador cujo ponto de vista é um aspecto expresso na AI dessa frase, como os aspecto *perigo* DC *desistência* (A DC B). Segundo a descrição de Ducrot e Carel, esse enunciador se encontra no enunciado negativo “João não foi prudente”, mas, como é recusado pelo locutor, é confrontado com outro enunciador próprio à negação que, geralmente, o locutor tende a assumir. O ponto de vista desse último enunciador também pode ser descrito por um aspecto, cujos encadeamentos fazem intervir os mesmos predicados A e B que o ponto de vista do enunciador positivo.

A descrição das diferentes formas de negação possíveis pela relação entre os aspectos expressos pelos enunciadores assumidos e aqueles expressos pelos enunciadores recusados ocorrerá: quando a oposição entre as diferentes formas de negação puder relacionar-se ao fato de que os aspectos expressos pelo enunciador positivo (de p) e o enunciador negativo (de não-p) que lhe é confrontado pertencem ou não ao mesmo bloco, e, se eles pertencem ao mesmo bloco, pelo fato de terem entre si relações formais aparentes nos esquemas semânticos da teoria.

Uma remodelagem da descrição da negação é necessária para acomodar esse novo procedimento, e Ducrot e Carel (2008, p.12) lançam uma hipótese sobre o efeito da negação sobre a AI de uma expressão, ou seja, sobre os aspectos expressos e sobre os encadeamentos individuais evocados



pela expressão. Para eles (DUCROT e CAREL, 2008), “se encontram na argumentação interna da expressão negativa os encadeamentos ‘conversos’ àqueles que constituem a argumentação interna da expressão positiva”. Como exemplo, os autores afirmam que, em “João é prudente”, há o aspecto (entre outros) perigo DC desistência e, no enunciado negativo “João não é prudente”, é expresso o aspecto perigo PT NEG-desistência (mesmo se há perigo, ele não desiste).

Quanto à argumentação externa, a regra diz (p.16): “os aspectos expressos na argumentação externa de um enunciado negativo são recíprocos daqueles expressos na argumentação externa do enunciado correspondente”. Os autores concluem, com essa regra, que sua descrição geral da negação lança mão de diferentes traços da TBS, como

A distinção entre os dois modos, interno e externo, cujas argumentações são ligadas às entidades linguísticas, o reconhecimento de dois tipos de argumentação, em DC ou em PT, as diferentes relações formais que existem entre os aspectos de um mesmo bloco, conversão, transposição, reciprocidade (essas relações correspondem aos diferentes modos pelos quais os aspectos expressos pela enunciação negativa são ligados aos da enunciação positiva). (DUCROT e CAREL, 2008, p.16).

O próximo passo de Ducrot e Carel (2008) é descrever detalhadamente p’, João não foi prudente”, de forma que combine TBS e polifonia. Para isso, esses teóricos retomam as distinções entre *frase* e *enunciado*, entidades das quais derivam, respectivamente, a **significação** e o **sentido**. Tem-se presente a frase positiva P, que, como frase abstrata, elemento da língua, não pode ser polifônica em si mesma, pois que não comportaria locutor, tanto menos enunciador, tendo em vista que o fenômeno polifônico só se manifesta em enunciações. O que a frase P fornece são **instruções**, em sua significação, que exigem que se construa para os enunciados de P um sentido polifônico: “P conterá principalmente a matéria-prima utilizada para estabelecer os pontos de vista desses enunciadores constitutivos do sentido dos enunciados” (DUCROT e CAREL, 2008., p.17).

Na significação de P, introduzem-se diversos encadeamentos e aspectos. Na **argumentação externa à direita**, encontrar-se-ão os dois aspectos conversos prudência DC segurança e prudência PT NEG-segurança,

além de alguns encadeamentos em que esses aspectos são particularizados. Na **argumentação externa à esquerda**, encontrar-se-ão, da mesma forma, dois aspectos, transpostos um do outro, como ser prevenido DC ser prudente e NEG ser prevenido PT ser prudente. A argumentação analisada para P vem sendo a AE, mas P encerra também uma argumentação interna, que é fundamentalmente diferente daquela porque seus aspectos não necessariamente estão em duplas. Os aspectos podem estar sem seus conversos ou seus transpostos, mas nada impede que possa haver vários aspectos na AI da mesma frase. Na significação de P, introduzimos apenas o primeiro entre esses aspectos, ao qual é preciso juntar certos encadeamentos que o particularizam, no encadeamento em pauta, as enunciações de pessoa (João<sup>74</sup>) e tempo (foi).

É desde a frase positiva P assim considerada que o sentido de um enunciado negativo se descreve. Além disso, e mais importante, descreve-se como são postos em cena os diferentes enunciados ligados à negação, e a seguir teremos a descrição polifônica propriamente dita.

Consoante Carel e Ducrot (2008, p. 17), “a concepção polifônica postula que o enunciado negativo faz alusão ao menos a um enunciador do enunciado positivo correspondente”. Assim, descreve-se antes de tudo o enunciado positivo P (João foi prudente). Esse enunciado põe em cena pelo menos **três enunciadores**. **E1** expressa um dos dois aspectos conversos à argumentação externa à direita de P e evoca o encadeamento que o discretiza; disto decorre que, internamente ao enunciado, faz-se uma escolha no interior da dupla de conversos que constitui a argumentação externa à direita da frase. É aí que o locutor decide manter o DONC (João foi prudente, portanto, não sofreu acidente) ou utilizar um POURTANT. **E2**, por seu turno, relativo à argumentação externa à esquerda, deve repetir, essencialmente, o que foi dito para E1 e a argumentação externa à direita, escolhendo transpostos em vez de

---

<sup>74</sup> Os autores (DUCROT e CAREL, 2008, p. 17) admitem a dificuldade de admitir João como algo descritível na frase, dado que o nome próprio somente designa alguém no contexto em que aparece. Eles optam por admitir que “um enunciado que emprega tais palavras não comporta em seu sentido – alusão a um indivíduo: ele se contenta em evocar um encadeamento em que se encontra o nome desse indivíduo”.

conversos. Por fim, **E3**, manifesto na AI do enunciado, exprime o aspecto e evoca o encadeamento presente do ponto de vista interno na frase P.

Neste ponto, Ducrot e Carel (2008, p. 17) comentam uma diferença relevante:

Se tivéssemos conservado vários aspectos na argumentação interna da frase P – o que, para simplificar, não fizemos – seria necessário introduzir no enunciado p enunciadores para cada um desses aspectos. Isso mostra bem a diferença entre a argumentação interna e a argumentação externa. Aos diferentes aspectos da argumentação interna da frase corresponde, no enunciado, o mesmo número de enunciadores. Em compensação, uma escolha é feita, no nível do enunciado, no interior da argumentação externa da frase: só é mantido um dos dois aspectos conversos da argumentação externa à direita e um dos dois aspectos transpostos da argumentação externa à esquerda.

É desde essa descrição do enunciado P que se descreve o enunciado negativo P'. Nessa argumentação, serão encontrados, de um lado, todos os enunciadores presentes no enunciado p e, de outro, aqueles enunciadores negativos “cujos pontos de vista resultem de transformações dos pontos de vista dos enunciadores positivos” (DUCROT e CAREL, 2008, p.17).

Assim, nos enunciados negativos, a regra que se estabelece é: **um enunciador E'1 tem por ponto de vista o aspecto e os encadeamentos recíprocos daqueles que são o ponto de vista do enunciador positivo E1** (João não foi prudente, portanto correu o risco de um acidente) e da mesma forma a relação de reciprocidade ocorre entre E e E', para os outros enunciadores porventura presentes naquela enunciação.

O ponto de vista de E'3, por sua vez, na negação polêmica, é aquele transformado por conversão do ponto de vista de E3. Assim, E3 exprimiria, por exemplo, o aspecto perigo PT NEG-desistir e evocar encadeamentos que pertencem a esse aspecto e que também são, portanto, conversos dos encadeamentos evocados por E3.

A essa descrição, devem-se somar as atitudes do locutor em relação aos enunciadores, a que já fizemos menção no corpo desta pesquisa: as atitudes de assumir, concordar e opor-se. Ainda, os autores sugerem estudos que possam investigar exemplos em que o locutor toma uma atitude de

abstenção, de recusa em tomar posição frente a enunciadores negativos e enunciadores positivos.

#### **4.4 Aplicação das hipóteses**

A partir de agora, descrevemos como aplicamos as hipóteses apresentadas por Ducrot (2001a) e Ducrot e Carel (2008) ao nosso objeto: as anáforas encapsuladoras.

Tomamos as ocorrências de anáforas encapsuladoras, derivando-lhes a sua argumentação interna. Buscamos, então, as possibilidades de argumentações externas que aquela anáfora homologa, ao longo de todo o discurso (na teoria ducrotiana e careliana). Procuramos, daí, a argumentação interna e externa dos encadeamentos presentes num contexto anterior e os relacionamos com a argumentação interna e externa da anáfora encapsuladora. Encontramos, por conseguinte, no cálculo argumentativo dos encadeamentos encapsulados, uma descrição do percurso argumentativo que redundante ou que funda a anáfora encapsuladora como novo objeto – argumentativo – dentro daquele texto.

Desses passos, analisamos o universo polifônico daquela expressão, que revela a assimilação ou as tomadas de posição dos enunciadores em relação ao item encapsulador. A análise polifônica é tributária da análise lexical, uma vez que é o encadeamento argumentativo que particulariza a assimilação do locutor a tal ou tal enunciador ou uma tomada de atitude em relação a ele.

Do imbricamento entre análise lexical e análise polifônica, discutimos o comportamento argumentativo das anáforas encapsuladoras e fornecemos uma nova proposta de análise argumentativa para esse processo referencial, identificando estratégias e funções argumentativas dessas anáforas.

## 5

### DESCRIÇÃO LEXICAL/ DESCRIÇÃO POLIFÔNICA: ANÁFORA ENCAPSULADORA COMO ESTRATÉGIA DE ARGUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA PLURIVOCAL

---

Neste capítulo, abordaremos aspectos gerais do funcionamento polifônico-argumentativo das anáforas encapsuladoras, por meio da análise de excertos textuais que revelam estratégias argumentativas diferentes potencializadas pelo mecanismo de encapsulamento anafórico. Tentaremos nos furtar aqui de promover uma categorização fechada do tipo “atitude do locutor – função argumentativa”, por exemplo, porque este não é o nosso foco, tendo em vista não concordarmos com a discretização de funções argumentativas *a priori* e não acreditarmos que existam mecanismos únicos para anáforas encapsuladoras “iguais”, como “esta promessa”, que discutimos no capítulo 3. O que interessa, na verdade, é identificar, além das estratégias argumentativas que podem ser postas em jogo pelas anáforas encapsuladoras, o resultado semântico-argumentativo desses **usos**. A divisão em seções neste capítulo não ultrapassa a função de abrandar a leitura, mas não circunscreve a descrição apenas ao tópico da seção.

#### **5.1 Argumentação em anáforas encapsuladoras com “nomes metalinguísticos” e outros casos**

Como já discutimos, o cálculo referencial-argumentativo das anáforas encapsuladoras é descritível por meio das argumentações internas e externas que o locutor encena. Isso explica o porquê, por exemplo, de se dizer que tal expressão tem “alto potencial argumentativo” ou que é “notoriamente avaliativa”, como comentamos anteriormente. Para enunciados como “O

governo afirmou que os gastos com pessoal serão diminuídos. **Tal hipótese** levou os funcionários...” e “O governo afirmou que os gastos com pessoal serão diminuídos. **Tal afirmação** levou os funcionários...”, é comum encontrar nos estudos de referenciação a explicação de que o primeiro é “mais argumentativo” e o segundo, “menos argumentativo”.

Quando fazemos a aplicação que aqui propomos, temos ferramentas para analisar não o quanto argumentativas são essas anáforas encapsuladoras – mesmo porque acreditamos que a argumentação está inscrita na língua –, mas quais argumentações evocam. Por exemplo, tomemos uma argumentação externa convocada no primeiro exemplo: Corte de custos com pessoal DC demissões, que é retomado pela anáfora encapsuladora “tal hipótese”. No dicionário Houaiss, *hipótese* pode ter, entre outros, os seguintes sentidos:

1. Proposição que se admite, independentemente do fato de ser verdadeira ou falsa, mas unicamente a título de um princípio a partir do qual se pode deduzir um determinado conjunto de consequências; suposição, conjectura.

Se tivermos presente a AI de *hipótese*, temos algo como proposição admitida PT NEG-proposição comprovada. A simples estratégia de recategorizar e encapsular a proposição anterior (descritivamente, a argumentação externa anterior) com a anáfora “hipótese” oferece a essa porção anterior uma avaliação: o governo afirmou o corte de custos com pessoal, no entanto isso não é uma certeza. O substantivo “hipótese” atualiza um enunciador que se põe antagonista do que foi afirmado no enunciado anterior.

Diferentemente, para a argumentação interna de “tal afirmação”, que se costuma considerar argumentativamente *mais fraca* ou mesmo neutra por ser uma derivação deverbal e exigir menos esforço cognitivo ao não recategorizar a porção encapsulada, buscamos-lhe o significado no dicionário Houaiss: 1. ato ou efeito de afirmar, de dizer sim; asserção; 2 . o que se afirma ou se sustenta como verdade; afirmativa, asseveração. Desses sentidos, depreendemos a sua AI: asserção realizada DC asserção verdadeira. A AI de *afirmação* homologa e avalia positivamente a porção enunciada anteriormente, o que, como entendemos, mostra uma tomada de posição por parte do locutor em mostrar sua concordância com o enunciado. Daí acreditarmos que não há expressões

menos argumentativas ou mais argumentativas, mas que há, sim, argumentações diferentes que servem a propósitos muito bem estabelecidos. Essas considerações enfraquecem a ideia, por exemplo, de que as retomadas por derivação deverbal mostram argumentativamente uma tentativa do locutor de se manter neutro em relação ao seu enunciado. Nessa nossa concepção, *a priori*, nenhum enunciado é neutro.

Francis (2003, p.208) consideraria *hipótese* um “nome metalinguístico de processo mental”, usado “pelo escritor para forjar relacionamentos localizados inteiramente dentro do próprio discurso”, ao instruir “o leitor a interpretar o *status* linguístico de uma proposição de modo particular” (2003, p.202). Segundo ela, quando esses nomes são nucleares nos rótulos, “seus referentes já foram expressos verbalmente, é claro, mas a expressão não é necessariamente parte do seu significado” (p.208). Na nossa proposta, a expressão que pode tomar como objeto-de-discurso o entorno contextual imediatamente anterior ou posterior está na argumentação interna do encadeamento argumentativo anaforizado, quando temos uma palavra plena, e no jogo argumentativo precedente ou posterior, quando temos uma palavra ferramenta, que pode ser um demonstrativo. Vejamos o exemplo 1:

#### EXEMPLO 1: É preciso definir<sup>75</sup>

Sim, como sociedade, precisamos definir quais são os nossos heróis e quais são os nossos bandidos. É evidente que não se deve dar um cheque em branco à Polícia — a rigor, não se deve dá-lo a ninguém. Toda vigilância se faz necessária. Há um histórico de abusos, praticados por maus policiais, que não é pequeno. Mas também cumpre distinguir e separar o que é joio e o que é trigo.

Não há qualquer evidência ou liame lógico que nos digam que, não tivesse havido nenhuma falha, Eloá estaria viva. O estado de Lindemberg e seu comportamento dentro da casa não autorizam que se diga **isso**. **Tal hipótese** é mais uma indução ditada por certa predisposição contra a polícia do que dedução a partir dos fatos. Ouçam as gravações. Ele pedia a invasão porque buscava um pretexto para matar. A polícia diz que só agiu depois de ter ouvido um tiro(...)

<sup>75</sup> Disponível em: <http://blogspre.abril.com.br/importacaodev2/2008/10/acao-gate-falacia-logica.html>.

Acesso em 15.12.2008.

Há duas anáforas encapsuladoras no excerto, uma, o pronome “isso”, e a outra, “tal hipótese”. Algumas argumentações externas contextuais resultam das relações argumentativas encapsuladas por “isso”: neg-evidência DC hipótese; neg-falha da polícia PT Eloá poderia estar morta; estado e comportamento de Lindemberg dentro da casa DC Eloá morta. Note-se quão imbricados estão os processos encapsulados por “isso” e “tal hipótese”. Existe um enunciador E1, contrário ao pdv de E2: a polícia falhou DC Eloá está morta. O locutor toma a atitude de opor-se a E2, com a negativa: mesmo que a polícia não houvesse falhado, Eloá poderia estar morta, fortalecido por outro enunciado, cujo enunciador, E3, é assumido pelo locutor: o comportamento de Lindemberg mostrava o risco de morte de Eloá. É muito interessante observar que, no caso das anáforas pronominais como núcleo do encapsulamento, como são palavras ferramentas, elas focalizam um estágio argumentativo e lhe apontam, fornecendo uma instrução muito clara ao interlocutor do ponto para onde devem “olhar”. “Isso”, nessa perspectiva, encapsula o pdv de E2: a polícia falhou DC Eloá está morta, focalizando a voz do enunciador ao qual o locutor se opõe.

Inaugurado o posicionamento do locutor, é hora de argumentar sobre o enunciado de E2, encapsulado pela anáfora: “tal hipótese” (proposição admitida PT neg-proposição comprovada), numa nova predicação, apresenta um posicionamento do locutor acerca do “isso” (a polícia falhou DC Eloá está morta), mostrando que não há comprovação para isso. Nesse exemplo, observamos que *isso* não retomou a porção inteira, apenas uma expressão argumentativa, que foi, mais uma vez, retomada pela anáfora “tal hipótese”. Essa sobreposição de anáforas imediatamente uma seguida da outra, encapsulando o mesmo encadeamento, faz-nos arguir: por que a estratégia de encapsular anaforicamente com “tal hipótese” não ocorreu logo no primeiro enunciado, se remetem ao mesmo encadeamento argumentativo? Isso faz parte do movimento argumentativo, e por isso afirmamos que também os demonstrativos são expressões argumentativas, pois encerram atitudes do locutor.

Se atentarmos, a primeira expressão argumentativa (EA) desse texto é:



*Não há qualquer evidência ou liame lógico que nos digam*, cuja AE contextual pode ser neg-evidência DC hipótese, particularizando a voz de E1, enunciador ao qual se assimila o locutor, e iniciando uma tomada de posição pelo locutor. Se é certo que *isso e tal hipótese* remetem ao encadeamento a polícia falhou DC Eloá está morta, é certo também que esses enunciados sofrem atitudes diferentes por parte do locutor: se *isso* remete a um E2, alvo de oposição do locutor, *tal hipótese* remete a E1, alvo de assimilação do locutor. Essa instrução nos é dada pela AI de hipótese: proposição admitida PT NEG-proposição comprovada. Quando o locutor nomeou os estágios precedentes de sua argumentação como hipótese, ele mostrou que assume o pdv ou o ângulo de vista (DUCROT e CAREL, 2009) contrário a a polícia falhou DC Eloá está morta, ou seja, ele se mostrou favorável ao aspecto transgressivo transposto neg-falha da polícia PT Eloá poderia estar morta e abriu a cena para uma nova predicação, que particulariza outros blocos semânticos, como o que encerra o encadeamento hipótese DC indução por predisposição contra a polícia ou hipótese PT neg-dedução a partir dos fatos. Essa nova anáfora encapsuladora funciona como sujeito da oração, ontologizado por duas avaliações diferentes, ambas alvos de assimilação do locutor.

Desses dados, sobressaem duas conclusões: a) é uma tarefa não factível, do ponto de vista argumentativo-polifônico, categorizar funções prévias para as anáforas encapsuladoras, tendo em vista que elas funcionam diferentemente segundo o contexto e segundo as relações entre as frases de que derivam; b) as anáforas encapsuladoras com núcleo pronominal, quando postas em uso, podem mostrar uma atitude do locutor em relação a um enunciador e, conseqüentemente, um pdv, podendo servir também como suporte para uma nova argumentação, numa predicação que a focaliza e reavalia.

Outro exemplo de anáfora encapsuladora que utiliza argumentativamente um nome metalinguístico está presente no exemplo 2<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/podcast-diogo-roberto-teixeira-homer-simpson-um-macaco-comendo-banana/>. Acesso em: 21.01.2011.

## EXEMPLO 2

(...) Na última semana, entrevistado pela VEJA, Gilberto Carvalho ditou **a linha de defesa de Lula**, dizendo que, se Roberto Teixeira "vendeu alguma facilidade", **o problema** é dele. É a mesma linha de defesa adotada em 1997, quando um conselho do PT, que investigava as denúncias contra Roberto Teixeira, sugeriu que ele "teria cometido abuso de confiança com aproveitamento das relações de amizade com Lula".

O que **essa tese** ignora é a súbita guinada do próprio Lula, em relação **ao negócio proposto por seu compadre**. O governo pode alegar - como está fazendo - que a venda da Varig foi decidida pela Justiça, que os diretores da Anac estavam atrapalhando o negócio, que Denise Abreu quer se vingar por sua demissão, que Dilma Rousseff impediu que a empresa quebrasse.

Mas há **um fato incontrovertível do qual o governo nunca vai conseguir escapar**, confirmado por todos os jornais da época, quando ninguém sabia dos interesses do compadre: até o dia 17 de abril, Lula e seus ministros tinham uma posição para o caso da Varig; na própria semana em que Roberto Teixeira foi contratado, eles passaram a ter a posição contrária. Só **isso** já vale um inquérito. Alguém viu o Ministério Público? (...)

Neste outro exemplo, os enunciados são fruto de uma elaboração lúdica entre locutores e enunciadore, em que é claramente perceptível um jogo de passa-bola, com algumas anáforas encapsuladoras funcionando estrategicamente, como observaremos. O locutor assume E1, no primeiro enunciado, "Gilberto de Carvalho ditou a linha de defesa de Lula", cuja AI de *linha de defesa*, ataque DC guarda, prenuncia a posição tomada pelo locutor (L2) de "se Roberto Teixeira 'vendeu alguma facilidade', o problema é dele". L2 se assimila a E2, de onde se obtém a AE de *problema*: venda de facilidade DC problema. *Problema*, utilizado desse modo, é uma expressão formulaica, muito comum, mas não se furta, em cada ocorrência, de manifestar uma argumentação diferente. Se tivermos sua AI: dificuldade DC demanda solução, observaremos que L2 assume um enunciadore que diz problema dele DC ele deve solucionar e se opõe àquele que diz neg-problema dele DC outro (seus aliados?) deve solucionar. Essa tomada de posição de L2 se identifica com a anáfora encapsuladora *linha de defesa*, já que o locutor de *problema* o enuncia como dotado de propriedades que assume e de propriedades às quais se opõe, instaurando um campo de debate no discurso, em que a linha de defesa é, de fato, um ataque.

L1 retoma o enunciado seguinte, colocando-o no mesmo nível de linha

de defesa – ataque DC guarda: “Roberto Teixeira teria cometido abuso de confiança com aproveitamento das relações de amizade com Lula”, ou seja: abuso de confiança DC aproveitamento das relações de amizade com Lula. No enunciado seguinte, o locutor (L1) manifesta uma retomada anafórica por meio do encapsulamento “essa tese”. Poderíamos nos contentar em afirmar que *essa tese* remete ao encadeamento abuso de confiança DC aproveitamento das relações de amizade com Lula, ou seja, como a AI de tese é proposição assumida PT neg-proposição comprovada, não estaria provado que Roberto Teixeira se aproveitara de suas relações de amizade com Lula. Ora, se observarmos as tomadas de posição de L1 ao longo do texto, perceberemos que suas argumentações são colaborativas com a ideia de que a linha de defesa (ataque DC guarda) é problema dele DC ele deve solucionar, isto é, fugir da responsabilidade. As argumentações que “essa tese” – proposição assumida PT neg-proposição comprovada – retoma, assim, são colaborativas com o encadeamento problema dele DC ele deve solucionar, que é a “linha de defesa” utilizada por L2. Flagramos, nesse discurso, que a anáfora encapsuladora *essa tese* é utensílio para a proeminência de uma tensão entre as vozes, em que o locutor põe em cena um enunciador que manifesta o segmento *proposição assumida* e outro, ao contrário, o segmento *proposição não comprovada*. Veja-se que, caso o locutor houvesse empregado um termo como “esse fato” ou alguma outra expressão equivalente, a argumentatividade dos enunciados resultaria em outros sentidos, haveria outras instruções que os coenunciadores deveriam seguir para calcular o sentido argumentativo do discurso.

Desse modo, temos que, apesar de o locutor ter deixado uma tomada de atitude para a predicação posterior ao enunciado, ele já abre espaço para uma voz contrária àquela do “fato” ou do “acontecimento”, ou mesmo da “mentira”, pois “tese” encerra um aspecto transgressivo em sua AI, que deve ser considerado como uma oposição entre enunciadores diferentes.

L1 assume então o enunciador de “O que **essa tese** ignora é a súbita guinada do próprio Lula, em relação ao **negócio proposto por seu compadre**”. Quando L1 assevera que *essa tese ignora*, ele assume a AI à

direita de *essa tese*: neg-proposição comprovada. Assim, L1, após ter posto em relevo as duas vozes conflitantes no discurso, toma a sua posição na predicação posterior à encapsuladora.

Outra anáfora encapsuladora se atualiza nesse enunciado: **o negócio proposto por seu compadre**, que remete ao encadeamento abuso de confiança DC aproveitamento das relações de amizade com Lula, a cujo enunciador L2 se assimila. Ou seja, L1 avalia a posição de L2, refutando-a, afirmando que o que L2 afirmava ser abuso de confiança DC aproveitamento das relações de amizade com Lula é, na realidade, um *negócio proposto por seu compadre*, que lhe proporcionou uma guinada. Esta anáfora apresenta uma preclara estratégia argumentativa em que o locutor (L1) toma a posição de se opor ao enunciador de abuso de confiança DC aproveitamento das relações de amizade com Lula e de ressignificar este enunciado, dando-lhe um novo estatuto no campo argumentativo-referencial desse encadeamento. Note-se que essa anáfora inaugura a tomada de posição definitiva de L1 em relação aos enunciadores de seu oponente.

O debate vai adiante no texto, em que L1 abre a cena para um enunciador de “o governo pode alegar”, em que alegar, cuja AI afirmar PT para se defender remete à linha de defesa já enunciada anteriormente e, apesar de permitir que o enunciador de “que a venda da Varig foi decidida pela Justiça, que os diretores da Anac estavam atrapalhando o negócio, que Denise Abreu quer se vingar por sua demissão, que Dilma Rousseff impediu que a empresa quebrassem” se manifeste, a própria AI do verbo já rechaça a confiabilidade da afirmação, pois é uma linha de defesa.

O próximo enunciado arremata a posição de L1, com a anáfora encapsuladora prospectiva *um fato incontrovertível (do qual o governo nunca vai conseguir escapar)*. É interessante observar que os fatos (aconteceu DC é passado) já são semanticamente algo incontrovertível, já que ocorreram, não podem mais ser controvertidos. Vemos que o qualificador *incontrovertível*, nesse encadeamento, tem uma aplicação fraca, no máximo realizando positivamente o sentido argumentativo de fato. Isso é interessante do ponto de vista da Linguística Textual, porque muitos estudos atestam a

argumentatividade das anáforas com qualificadores por conta de avaliações explícitas, com modificadores. Neste caso que trouxemos, essa argumentatividade do qualificativo apenas manteve a própria argumentação interna da anáfora na mesma regra e no mesmo aspecto, afinal, nada controverte um fato.

*Um fato incontrovertível* remete a uma predicação posterior: *até o dia 17 de abril, Lula e seus ministros tinham uma posição para o caso da Varig; na própria semana em que Roberto Teixeira foi contratado, eles passaram a ter a posição contrária*, ou seja, uma posição antes da contratação de Roberto Teixeira para o caso da Varig PT uma posição contrária depois da contratação de Roberto Teixeira para o caso da Varig. O locutor utiliza também o argumento por autoridade “confirmado por todos os jornais da época”, para fortalecer o sentido de *incontrovertível*. Assim, uma mudança de posição do governo depois da contratação de Roberto Teixeira, além de ser encapsulado por “um fato incontrovertível”, é também retomado por “isso”, apresentando, ambas, uma estratégia argumentativa muito similar nesse discurso.

## 5.2 Argumentação em anáforas metafóricas encapsuladoras

Tenhamos o exemplo 3.

### **EXEMPLO 3:** Rebaixada<sup>77</sup>

As mudanças no "TV fama" acabaram criando **um certo clima** em rede nacional. Íris Stefanelli foi de apresentadora da atração da RedeTV! a repórter, o que muitos consideraram desprestígio. **Isso** sem falar na **saia-justa** que foi ao ar. Adriana Lessa, que foi demitida do programa, soltou **a seguinte alfinetada** para Nelson Rubens em seu último dia: "Foi muito difícil ficar e trabalhar ao seu lado, mas com ética e dignidade fiquei!". Já Íris, que participou do "Big Brother Brasil 7", prefere não alimentar **a polêmica**.

<sup>77</sup> Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=778806>. Acesso em: 03.05.2010.

A nota comenta a mudança de função de uma das apresentadoras de um programa de TV e a demissão da outra, bem como o burburinho que isso causou. De início, chamamos a atenção para o título da nota: “Rebaixada”. Trata-se de uma recategorização metafórica prospectiva de “Íris Stefanelli” que, além de recategorizar avaliativamente esse objeto-de-discurso, cumpre a função argumentativa de antecipar o ponto de vista do locutor a respeito da mudança de função daquela. Mais adiante, veremos que o locutor assume o enunciador de “rebaixada”, ao assumir também outros enunciadores concordantes com enunciado. Ao tomarmos as acepções do termo “rebaixado” no dicionário<sup>78</sup>, veremos que o caráter avaliativo do título se impõe, pois as acepções atualizadas no texto são aquelas que evocam traços semânticos mais humanos (“que se humilhou”, “merecedor de desprezo”, “abjeto”, etc.) e não o contrário (“que teve a altura diminuída”, “abaixado” e “cujo preço caiu”). A AI de rebaixada deve ser, então, algo como: estava em alta PT está em baixa, aceita pelo locutor, que mostra sua atitude de assumir esse enunciador E1.

Flagramos outros processos referenciais imbricados, como *um certo climão*, que antecipa e encapsula toda a proposição que segue, mas que também recategoriza metaforicamente *mudanças*. Se considerarmos argumentativamente a relação entre essas duas expressões, encontraremos um aspecto normativo na AE de mudanças: mudanças DC um certo climão, cuja AI de **mudança** é: situação estabelecida PT situação substituída. Assim, há uma situação substituída. Pela AI da anáfora encapsuladora *um certo climão*<sup>79</sup>, tem-se o que ocorreu: *ambiente favorável PT ambiente desconfortável*, o modificador atenuador “um certo” arrefece a força de “climão”, mostrando que o locutor toma a atitude de concordar com o enunciador do ambiente desconfortável (E2), mas não de assumir esse pdv, numa tentativa vã de isenção.

A análise da recategorização de *mudança* descreve como esses dois objetos progrediram, em conjunto, por meio de sua significação: tivemos uma situação que foi substituída, e isso causou desconforto. A nota segue relatando

<sup>78</sup>Houaiss – **Rebaixado**: que se rebaixou; que teve a altura diminuída; abaixado; cujo preço caiu; que se humilhou; desacreditado, aviltado; merecedor de desprezo; abjeto, vil.

<sup>79</sup> Houaiss: **Clima**: ambiente favorável ou não para a realização de determinada coisa; meio; atmosfera moral.

qual foi o desconforto instaurado, e é interessante observar o jogo enunciativo presente no texto: “Íris Stefanelli foi de apresentadora da atração da RedeTV! a repórter”, *o que muitos consideraram desprestígio*. Esta oração encapsula a porção anterior, já avaliada como desconfortável e, além disso, o locutor, nesse ponto, não assume o enunciador E2, fonte do ponto de vista (pdv2) de que o “rebaixamento” foi um desprestígio, mas também não se impõe a tarefa de negar esse enunciador (E3: rebaixamento PT neg-desprestígio), o que revela seu acordo com ele. As argumentações externas particularizadas por esses enunciados rebaixamento DC desprestígio, desprestígio DC desconforto, mudanças DC desprestígio revelam uma evolução avaliativa dos enunciados. Se tomarmos a AI de **desprestígio**, teremos algo como trabalho realizado PT NEG-trabalho reconhecido. O pronome demonstrativo **isso** retoma toda a argumentação anterior e deixa ancorado o final de um estágio da avaliação dos enunciados: situação substituída – situação desconfortável – trabalho não reconhecido. Quando se enuncia “**isso sem falar**”, encerra-se um estágio da argumentação, em que o locutor não assume nenhum enunciador, apenas o enunciador de *rebaixada* (E1) e focaliza as próximas argumentações, avaliando o que já foi dito como somenos importante: isso já foi desconfortável, não reconheceram o trabalho da apresentadora, mas existe algo mais interessante. Ademais, quando o locutor enuncia “isso se falar”, há aí o ardil de deixar o verbo no infinitivo impessoal, o que dificulta a busca por sua atitude, mas podemos flagrá-lo como um locutor que assume E3, para quem, além do caso citado, houve uma *saia-justa*.

A metáfora **saia-justa**, expressão encapsuladora que apresenta uma função argumentativa patente, prospecta o trecho “Adriana Lessa, que foi demitida do programa, soltou a seguinte alfinetada para Nelson Rubens em seu último dia: “Foi muito difícil ficar e trabalhar ao seu lado, mas com **ética e dignidade** fiquei!””. As argumentações externas dos encadeamentos argumentativos encerram os aspectos da AE de demissão DC saia justa, demissão DC alfinetada que, particularizados nesse enunciado, revelam uma assunção do locutor ao enunciador E4, cujo pdv é o de que quem é demitido solta alfinetadas e provoca saias-justas. Tomando a AI de saia-justa, temos situação incômoda PT situação sem saída, ou seja, quem é demitido se

permite incomodar os empregadores de modo vexatório. Os estratagemas linguísticos utilizados pelo locutor para dizer o “não dito” se manifestam com a análise argumentativa dessa anáfora metafórica, que prospecta um enunciado seguinte, continente de outra anáfora metafórica encapsuladora: **alfinetada**<sup>80</sup>. Se tomarmos a AI de alfinetada, em sentido metafórico, podemos ter algo próximo de: crítica DC hostilidade. Atente-se para a perspicácia de se encapsular a porção precedente com essa metáfora, pois que “alfinetada” já antecipa a avaliação feita por E4 sobre a enunciação seguinte do locutor (L2) de E5, que se assimila ao pdv de demissão PT ética e dignidade. É precisamente na anáfora, usada como metáfora provavelmente porque alfinetada é uma palavra muito recorrente naquela rede de televisão devido a um seu programa, que o locutor se deixa flagrar assumindo o pdv de E4, desqualificando de antemão o pdv de E5. Depreendemos que o locutor assume aquele enunciador que diz: “só porque foi demitida, se permite criticar o patrão”.

A expressão metafórica encapsuladora, quando se serve de um encadeamento argumentativo para resumir, ou melhor ainda, para avaliar uma porção textual seguinte, tem o poder de centrar, de antemão, todo aquele enunciado na argumentatividade pretendida pelo locutor e deixar explícito o ponto de vista que assume como seu ou ao qual se assimila, a sua opinião, o seu juízo de valor e o seu julgamento sobre os demais enunciadores no texto/discurso, mas também de sobrecarregar cognitivamente o interlocutor, numa estratégia inteligente de deixar o sentido de seus enunciados o mais escondido possível.

No enunciado final, “Já Íris, que participou do ‘Big Brother Brasil 7’, prefere não alimentar a polêmica”, o locutor se mantém assumindo E4, ao iniciar com um operador opositivo “já”, que funciona como “por outro lado”, o que denuncia de súbito sua adesão ao enunciado que seguirá. Temos, nesse enunciado, uma anáfora encapsuladora rotuladora, que remete a porções difusas ao longo texto, “a polêmica”. Se tomarmos a argumentação interna de

---

<sup>80</sup> Houaiss: **Alfinetada** s.f. **1** ato ou efeito de alfinetar(-se); **2** picada com alfinete; **3** dor aguda e rápida, comparável à da picada de alfinete; **4**. Derivação: sentido figurado. Crítica ou dito mordaz; remoque.



*polêmica*<sup>81</sup>, temos: um fato PT muitas opiniões, que remete ao nosso primeiro encapsulamento metafórico, o título “rebaixada” e à recategorização “desprestígio”. É intrigante analisar como, com as ferramentas da língua, o locutor jogou polifônica e polemicamente com suas próprias avaliações dos objetos-de-discurso, tecidos no curso desse texto. Observa-se, pela própria argumentação interna das anáforas encapsuladoras, uma predileção do locutor por assumir enunciadores que manifestem a voz do empregador, mesmo que tenha tentado isentar-se disso, como, por exemplo, em “o que muitos consideram desprestígio”, que o distancia da responsabilidade pela enunciação, mas mostra também a sua concordância com o enunciado, já que não se lhe opõe. Igualmente, quando se afronta com outro locutor (L2), o locutor que assume E4 garante seu território, desqualificando antecipadamente o pdv ao qual o locutor de E5 se assimila. O locutor que assume E1 também encapsula todos os enunciados precedentes com “a polêmica”, criada, sobretudo, pelas argumentações dos encadeamentos presentes nos objetos-de-discurso arquitetados por ele mesmo.

### 5.3 Anáfora encapsuladora com função argumentativa binária

O exemplo 4 já foi brevemente analisado no capítulo 3, quando discutíamos a questão do antecedente. Algumas considerações ainda precisam ser enfocadas, de modo que, eventualmente, precisaremos retomar trechos da análise prévia, a fim de manter uma linha coerente de raciocínio.

#### **EXEMPLO 4: O país dos assassinos impunes**<sup>82</sup>

(...) Não estamos necessariamente diante da expressão de uma ocorrência estatística, mas é possível que sim: há tantos assassinos impunes no Brasil, que um deles, Everaldo Pereira dos Santos, acaba de ser identificado. E **isso** só se deu porque ele próprio foi colhido por

<sup>81</sup> Houaiss: **Polêmica**: 1 discussão, disputa em torno de questão que suscita muitas divergências; controvérsia Ex.: essa observação do filósofo vai gerar uma p. 2 Derivação: sentido figurado. debate de idéias Ex.: está sempre escrevendo contra todo mundo, adora uma p.

<sup>82</sup>Reinaldo Azevedo. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/pais-dos-assassinos-impunes/>. Acesso em: 30.10.2008.

uma tragédia familiar e foi mostrado na TV. Santos, pai da jovem Eloá, assassinada pelo namorado, é ele próprio foragido da Justiça desde 1993. É acusado de envolvimento no assassinato do delegado Ricardo Lessa, irmão de Ronaldo Lessa, ex-governador de Alagoas. A polícia alagoana o acusa ainda de ter sido integrante de um grupo de extermínio. Há milhares de bandidos com prisão decretada que estão aí pelas ruas. Foi preciso que um outro assassino ganhasse notoriedade nacional para que o tal Evaldo emergisse do anonimato, junto com seus crimes. E notem que o caso desmonta também **outra balela**: só os crimes contra os pobres permaneceriam impunes. Besteira. Ricardo Lessa, quando foi assassinado, era o segundo homem da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas (...)

Uma primeira relação que podemos estabelecer reside na AE contextual dos encadeamentos: “assassininos impunes” e “identificado”: ocorrência estatística DC assassininos impunes; tantos assassininos impunes DC um identificado. É muito interessante obter a AI de *assassininos impunes*, em que “impune” funciona como modificador inversor da força atribuída à AI de *assassinino*, onde se atualiza, de fato, o aspecto matou PT neg-punido. Assim, temos que L põe em cena dois enunciadores: E1 – *não estamos necessariamente diante de uma ocorrência estatística*, e E2 – *mas é possível que sim*, com o qual concorda.

Considere-se que, mesmo sendo algo insólito como caso de anáfora encapsuladora, o advérbio “sim”, neste exemplo, exerce um notório potencial anafórico e argumentativo, na proporção em que aponta para o enunciado seguinte e revela o pdv de E2, contrário à negativa apresentada por E1. Poder-se-ia redarguir que o que mostra a concordância com esse enunciador é o operador *mas*, que reorienta o encadeamento, e essa poderia de fato ser uma análise apropriada da TAL há alguns anos. No entanto, as modificações da TBS atingiram o papel dos operadores argumentativos, que atualmente são tidos como instrumentos da articulação argumentativa, mas não da AI dos encadeamentos, sejam aspectualizados como normativos ou transgressivos. Desse modo, se o enunciado fosse: E1 – *não estamos necessariamente diante de uma ocorrência estatística*, e E2 – *mas, se você pensa assim, é ingênuo*, a atitude do locutor seria diferente da concordância que promoveu no exemplo autêntico: no nosso enunciado hipotético, o locutor teria se oposto a E2 e concordado com E1. Entendemos, assim, que o operador *mas* é um

organizador dos argumentos, porém não definitivo na construção do sentido argumentativo do bloco semântico. O encadeamento argumentativo que promove a assimilação ou alguma tomada de atitude do locutor só pode ser definido em termos da sua AE e da sua AI, em seus aspectos normativos ou transgressivos. Acreditamos, por isso, que “sim” é uma anáfora encapsuladora e que exerce a tarefa fundamental de homologar uma tomada de posição (concordância) do locutor relativa a um enunciador nesse discurso. Ademais, como não raro temos acompanhado ao longo deste estudo, essa anáfora abre espaço para a nova predicação: há tantos assassinos impunes no Brasil, que um deles, Everaldo Pereira dos Santos, acaba de ser identificado, ou seja: ocorrência estatística DC assassinos impunes e tantos assassinos impunes DC um identificado.

O próximo enunciado inaugura um tópico, remetendo a um estágio argumentativo anterior, com a anáfora pronominal “isso”: *E **isso** só se deu porque ele próprio foi colhido por uma tragédia familiar e foi mostrado na TV.* Observe-se que, se bem considerarmos a evolução argumentativa dos enunciados, a conjunção aditiva “e”, na verdade, funciona de modo adversativo: há tantos assassinos impunes que um foi identificado mas porque foi mostrado na TV, ou seja, se não houvesse aparecido na TV, continuaria impune e não-identificado.

Carel (2002) identifica o funcionamento dessa conjunção – e com emprego adversativo – com os seguintes exemplos: *e’*: *o modo de seleção desta universidade não é bom: João (certamente) fracassou, mas Pedro foi bem-sucedido*; e *e’’*: *o modo de seleção desta universidade não é bom: Pedro foi bem-sucedido e João fracassou*. Segundo ela, *e’* classifica Pierre e Jean como maus estudantes; inversamente, o locutor de *e’* reconhece que *João fracassou* poderia ser interpretado como uma ilustração do bom funcionamento da universidade, o que faz supor ser João um mau estudante. Segundo ela, em *e’*, o locutor classifica Pedro e João como estudantes da mesma categoria, assinalando que seu fracasso ou seu sucesso podem ser tomados como ilustrativos de enunciados contrários. Contrariamente a *e’*, *e’’* pretende ilustrar o mau funcionamento da universidade, considerando o sucesso de Pedro (que o

supõe ser um mau estudante) de um lado, e o fracasso de João (suposto como bom estudante) de outro. Carel (2002) afirma que o locutor desta interpretação de e” dá sinais de que Pedro e João não pertencem à mesma categoria de estudantes, tendo em vista que sucesso e fracasso ilustram um mesmo enunciado.

Entendida deste modo, a conjunção *e*, no enunciado “E **isso** só se deu porque ele próprio foi colhido por uma tragédia familiar e foi mostrado na TV”, põe na mesma categoria tudo o que é retomado pela anáfora *isso*, ou seja, aspecto normativo da argumentação externa à esquerda de “tantos assassinos impunes”: tantos assassinos impunes DC um identificado, e toma “isso” como algo pertencente a uma categoria diferente de “ser colhido por uma tragédia familiar”, redundando no enunciado *ele próprio foi colhido por uma tragédia familiar e foi mostrado na TV*, de onde temos: tragédia familiar DC mostrado na TV e mostrado na TV DC identificado. Observe-se, ainda, que a função da anáfora pronominal não se restringiu a retomar um estágio da argumentação no enunciado precedente, mas serviu para tecer o sentido argumentativo dos encadeamentos posteriores.

Uma curiosidade precisa se destacada nesse exemplo. Atente-se para a evolução referencial relativa ao “pai de Eloá”: *assassinos impunes – um deles – Everaldo Pereira dos Santos – ele próprio ... foi colhido por uma tragédia familiar*. O que se impõe aqui é o qualificador *próprio*. O locutor põe em jogo e se opõe a um enunciador que evoca a AE de *Assassino impune*: assassino impune DC neg-tragédia familiar, ou seja, a falsa crença de que aos assassinos impunes, por serem impunes, nada de mau lhes acontece; mas o que se atualiza no enunciado, com *próprio*, é: assassino impune PT tragédia familiar.

O texto prossegue, e nos interessam, então, as anáforas encapsuladoras “o caso” e “outra balela”. Do enunciado “Há milhares de bandidos com prisão decretada que estão aí pelas ruas”, observamos o aspecto transgressivo de sua AE bandidos com prisão decretada PT NEG-estão presos, a cujo enunciador o locutor se assimila. O locutor se assimila também ao enunciador de “Foi preciso que um outro assassino ganhasse notoriedade nacional para que o tal Evaldo emergisse do anonimato, junto com

seus crimes”, de onde se depreende notoriedade nacional de um assassino DC descoberta de outro assassino. A anáfora “o caso<sup>83</sup>” certamente remete a este encadeamento, no entanto, não é possível ter convicção de que não remeta a assassino impune PT tragédia familiar ou a outros enunciados encenados ao longo do texto. Pela AI de *caso* neste encadeamento – fato DC grande repercussão –, o locutor se assimila ao enunciador que mostra o “caso” como um problema, e isso está disperso desde as primeiras argumentações no texto. A aplicação de “o caso” nesta ocorrência é muito mais bem explicável pela anáfora seguinte: “outra balela”, sobretudo pela influência do verbo “desmontar” (deixar crescer PT destruir). Se o *caso* desmonta *outra balela*, já podemos antever uma estratégia argumentativa em cena, em que *o caso*, como sujeito da oração, é focalizado, além disso, pela estratégia de encapsulamento anafórico, mostrando uma tomada de atitude do locutor de se assimilar aos enunciadores de bandidos com prisão decretada PT NEG-estão presos, tragédia familiar DC mostrado na TV e mostrado na TV DC identificado. Vejamos bem que todos esses encadeamentos aos quais acabamos de recorrer são encadeamentos a cujos enunciadores o locutor se assimila e, por isso, o locutor se mantém seguro para retomá-los como “o caso” e pregar que esse caso deixa crescer PT destrói outra balela.

Se temos “outra balela”, numa retomada prospectiva, o pronome indefinido “outra” confere a “balela” o caráter de algo que não seja ontologicamente a mesma coisa, ou seja, algo diferente. Observe-se que, mesmo que o sentido de “outra” possa mostrar uma ambiguidade, ao tratar-se de algo igual ou diferente – *e.g. Este novo escritor é outro Machado de Assis* –, a atitude do locutor é a mesma: oposição ao enunciador de bandidos com prisão decretada DC estão presos, que fornece a instrução de que prisões decretadas são logo cumpridas, refletindo uma opinião comum (*doxa*). Se é certo que o pdv desse enunciador não havia ainda sido particularizado ao longo do debate argumentativo, é certo que, no bloco semântico de bandidos com prisão decretada PT NEG-estão presos, cujo enunciador sofre assimilação do locutor, está previsto esse aspecto normativo do encadeamento que lhe

---

<sup>83</sup> No Houaiss, Caso: fato ou conjunto de fatos que, em torno de pessoa ou acontecimento, compõem situação problemática e/ou de grande repercussão.

converge. E o locutor, numa estratégia argumentativa muito flagrante, retoma suas próprias posições com “o caso” e rebate as posições dos outros enunciadores com “outra balela”. A argumentação interna da anáfora encapsuladora *balela*: dizer PT neg- fundamentar nos permite surpreender um percurso avaliativo, em que o locutor toma suas posições, focalizando-as por meio do aparato anafórico, e articulando, de modo binário, essa argumentação, no sentido de respaldar, economicamente, o próximo enunciado, alvo também de encapsulamento.

Já discutimos que “outra balela” remete retrospectivamente ao encadeamento bandidos com prisão decretada DC estão presos, mas existe uma outra predicação que essa anáfora retoma: só os crimes contra os pobres permaneceriam impunes (crimes contra os pobres DC impunes). Ocorre que, previamente, o locutor já argumentou que isso é uma balela, assim, o enunciador ao qual o locutor se assimila é aquele de neg-crimes contra os pobres DC impunes, mostrando sua oposição ao enunciador de crimes contra os pobres DC impunes.

Em suma, nesse exemplo que acabamos de discutir, pudemos registrar, em um enunciado, duas anáforas encapsuladoras em cascata, ambas servindo aos propósitos argumentativos tramados pelo locutor: na primeira, “o caso”, o locutor retoma e focaliza os enunciadores que foram alvo de sua assimilação, ou seja, ele remete a todas as argumentações que toma como suas e as avalia de modo positivo (fato DC grande repercussão). Trazendo para um nível sintático, essa anáfora torna-se o sujeito da oração, cujo verbo desmontar predica o encadeamento deixar crescer PT destruir, que tem como objeto direto a anáfora “outra balela”. Os enunciadores aos quais se assimila L estão todos juntos na anáfora “o caso”, “desmontando” duas balelas, uma retrospectiva e outra prospectiva, ambas encerrando pdvs em relação aos quais L toma a atitude de se opor: bandidos com prisão decretada DC estão presos e crimes contra os pobres DC impunes.

De três tipos foram as estratégias encontradas nesse excerto: a) focalizar, com a anáfora encapsuladora, as argumentações às quais L se encontra assimilado; b) focalizar as argumentações às quais L se opõe; c)

utilizar a anáfora encapsuladora de modo binário, prospectiva e retrospectivamente, para encapsular encadeamentos diferentes, mas alvo da mesma atitude do locutor.

Lamentavelmente, não encontramos, nas nossas ocorrências de anáforas encapsuladoras, alguma que apresentasse essa articulação binária, mas cujo núcleo remetesse a atitudes diferentes do locutor em relação aos enunciadores postos em cena. Imaginamos, contudo, que anáforas com modificadores que tornam o encadeamento paradoxal possam, de algum modo, exercer esse duplo papel.

#### 5.4 O movimento argumentativo-polifônico de uma anáfora encapsuladora como focalizadora da ironia

##### **EXEMPLO 5: Bora ver?**<sup>84</sup>

Vai muito bem, em todos os sentidos, o programa Bora Viajar, apresentado aos domingos, pertinho do meio-dia, na TV Cidade, pelo jornalista Patriolino Neto. As pautas são boas e a qualidade técnica é impecável. Mas **esse primor todo** nada tem a ver com o fato de que nosso repórter é filho do dono da casa.

Ducrot (1987) discute o caráter polifônico da ironia, fenômeno em que se manifestam duas vozes: uma que nomeia e outra que não se reconhece nessa nomeação. Por isso, o enunciado irônico apresenta duas vozes em conflito: o locutor (L) joga entre os enunciadores, não se assimilando a nenhum desses, mas tomando a atitude de concordar e de se opor a ambos.

No exemplo que trazemos, **esse primor todo** é uma anáfora que encapsula alguns encadeamentos, tais como a AE de *esse primor todo*: vai muito bem DC esse primor todo; as pautas são boas DC esse primor todo; qualidade técnica impecável DC esse primor todo. Observe-se que a AE contextual de *esse primor todo* apresenta um aspecto normativo, retomado pela anáfora – cuja AI pode ser perfeição na execução DC trabalho excelente.

<sup>84</sup> Jornal O Povo, Coluna do Abidoral, 27/03/2010.

Se nos apoiarmos numa concepção de antecedente para essa anáfora, o sentido argumentativo pareceria muito banal, de modo que se retomam encadeamentos argumentativos positivos, normativos e doxais, em que o locutor parece se assimilar a E1, sem grandes embates. Porém, como nos furtamos de uma abordagem assim redutora, observamos uma estratégia do locutor de pôr em jogo outros enunciadores e de tomar outras atitudes: o operador *mas* já muda a orientação argumentativa do encadeamento “esse primor todo”, renunciando uma astúcia argumentativa; a negativa “nada tem a ver com o fato de que nosso repórter é filho do dono da casa” põe em cena um enunciador contrário a E1, que vinha aparentemente sofrendo a assimilação de L: esse primor todo DC tem a ver com o fato de que nosso repórter é filho do dono da casa. Isto implica que L põe em jogo (e não se assimila) neste enunciado dois enunciadores: esse primor todo PT neg-tem a ver com o fato de que o repórter é filho do dono da casa ou esse primor todo DC tem a ver com o fato de que o repórter é filho do dono da casa, ou seja, ficam abertas duas interpretações, aquela do primor porque é filho do dono da casa, ou aquela do primor, mas não porque é filho do dono da casa. Se tínhamos encadeamentos normativos como alvo da assimilação aparente do locutor, a negativa “nada tem a ver” leva o locutor a jogar com o enunciado transgressivo esse primor todo PT neg-tem a ver com o fato de que o repórter é filho do dono da casa para manter essa aparente assimilação, mas encena também um debatedor. Note-se que o locutor joga com esses dois enunciadores, mas não se assimila a nenhum deles, tomando a atitude de se opor a um e de concordar com o outro, mas nada há que explicita essa sua tomada de posição.

O que se observa em relação ao jogo argumentativo nessa anáfora encapsuladora é que o encapsulamento, em si, não remete retrospectivamente à ironia, mas reúne todos os enunciados aos quais L parecia se assimilar e os põe em destaque para predicar e argumentar, ironicamente, sobre ele. Vemos, assim, que a argumentatividade dessa anáfora reside na condição de salientar os enunciados de um enunciador para fazê-lo alvo de uma avaliação, de uma ironia, de uma argumentação.



Temos visto neste estudo que a anáfora encapsuladora serve a diversos propósitos polifônicos, seja para focalizar a voz de um enunciador que sofre a assimilação do locutor ou um enunciador ao qual se opõe etc, porém sempre dessa anáfora resulta a retomada de uma estratégia argumentativa, nova ou prévia, que respalda uma tomada de atitude do locutor ou sua assimilação a um enunciador.

### 5.5 A argumentação da anáfora encapsuladora *isso* no jogo polifônico do texto

Vimos comentando superficialmente, ao longo deste estudo, a atuação de anáforas com núcleo demonstrativo como potencialmente dotadas de argumentatividade. Partimos da premissa de que não é adequado estabelecer funções argumentativas a priori para as anáforas encapsuladoras, porque essa argumentatividade se desenvolve apenas no encadeamento argumentativo único de cada discurso. Se há coincidências tributárias à ocorrência de um dado contexto ou de uma dada combinatória, isso merece ser investigado, de modo que se possa descobrir quais situações as favorecem. No entanto, como veremos no texto 6, o mesmo termo, “isto”, que podemos encarar como uma palavra ferramenta, ao funcionar anaforicamente apontando argumentações ou não, apresenta, mesmo numa única manifestação lexical, estágios de argumentos diferentes, ou, até mesmo, não apresenta função argumentativa. Tenhamos o exemplo 6.

#### **EXEMPLO 6: Kim Jong-Il liga o DVD<sup>85</sup>:**

Porfirio Diaz e Paulo lutam na escadaria. Porfirio Diaz está armado. Paulo o esbofeteia e se afasta. Em off, rajadas de metralhadora. Ópera. Porfirio Diaz grita, em lágrimas: "Sozinho! Paulo! Sozinho! Paulo! Sozinho!".

Kim Jong-Il, irritado, desliga o DVD. Dá uma olhada na capa: *Terra em Transe*. Dá uma olhada no comentário do diretor: "*Terra em Transe* é um documentário sobre a metáfora. Crítico, e mais do que **isso**, dialética da metáfora X realidade. Uma chave: ópera e metralhadora". Kim Jong-Il é tomado pelo desejo de exterminar aquela gente insensata, e manda direcionar um de seus foguetes

<sup>85</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/030609/mainardi.shtml>. Acesso em 19.08.2010.

dotados de ogiva nuclear contra o país que originou o filme – o Brasil. Quem pode recriminá-lo?

É **isso** que acontecerá quando pudermos mandar nosso homem para a Coreia do Norte. Seu nome é Arnaldo Carrilho. Nesta semana, ele iria abrir a embaixada brasileira em Pyongyang. Os planos tiveram de ser adiados porque na mesma data, desafortunadamente, Kim Jong-Il decidiu detonar uma bomba nuclear. E disparar meia dúzia de Taepodong-2, seu míssil balístico. E desencadear uma guerra contra o resto do mundo. Arnaldo Carrilho declarou que, chegando à Coreia do Norte, presentearia os DVDs de Glauber Rocha a Kim Jong-Il. Que é um "cinéfilo", segundo nosso diplomata. Chamar um sociopata como Kim Jong-Il de cinéfilo equivale a chamar Hitler de vegetariano.

A abertura de uma embaixada brasileira na Coreia do Norte, na mesma semana em que Kim Jong-Il detonou uma bomba nuclear, é só a última de uma série de desfeitas do Itamaraty. Lula e Celso Amorim defendem as escolhas ultrajantes de nossa diplomacia com o argumento de que o Brasil topa fazer negócios com qualquer um. Depois de suprimir os valores éticos da política interna, o PT suprimiu igualmente os valores morais da política externa. Kim Jong-Il, para o petismo, é uma espécie de Banco Rural – uma simples fonte de receita. O resultado de tanto despudor é que passamos até a abrigar terroristas da Al Qaeda no território nacional.

Mas há também um parentesco ideológico entre o PT e a Coreia do Norte. No ano passado, na festa do partido, o representante norte-coreano disse o seguinte: "O PT está construindo um socialismo de tipo brasileiro. Nós, do Partido do Trabalho da Coreia, temos a mesma finalidade". É **isso**: Kim Jong-Il quer construir um socialismo de tipo brasileiro. Sozinho! Kim! Sozinho! Kim! Sozinho!

Nelson Rodrigues só gostou de uma cena de *Terra em Transe*. É aquela na qual Glauber Rocha esfrega na cara da plateia que "o povo é débil mental". O cinéfilo Lula e o cinéfilo Celso Amorim entenderam perfeitamente a mensagem do filme.

Como observamos, a primeira anáfora particularizada por "isso" não encapsula, mas remete diretamente ao adjetivo "crítico", sendo utilizada apenas como um mecanismo simples de retomada e de ancoragem referencial, argumentativamente irrelevante. A segunda ocorrência de "isso" encapsula uma porção anterior e um estágio argumentativo prospectivo também, senão vejamos. Em "É **isso** que acontecerá quando pudermos mandar nosso homem para a Coreia do Norte", "isso" remete ao aspecto normativo da AE de gente insensata do Brasil DC extermínio por foguete com ogiva nuclear. O locutor L1, visto como assimilado ao pdv do locutor atribuído a Kim Jong-Il, é quem põe

em jogo o enunciador desse encadeamento. Outro locutor, L2, põe em jogo um enunciador que, numa interrogação, concorda com o aspecto transgressivo do encadeamento extermínio de brasileiros insensatos com foguete PT neg-recriminação. Se, por um lado, “isso” remete ao pdv a cujo enunciador L1 se assimila, por outro, a expressão aponta ainda para o pdv do enunciador com o qual L2 concorda. Dessa maneira, tem-se que o demonstrativo “isso”, como núcleo da anáfora encapsuladora, pode ter a função de remeter a vozes e a articulações argumentativas que, embora complementares, provenham de enunciadores e de regras argumentativas diferentes, tendo em vista que temos, encapsuladas, as vozes de dois enunciadores, cujos enunciados encerram encadeamentos normativos e transgressivos. Essa função muito interessante do demonstrativo não nos parece, portanto, conforme à postulação de Cavalcante (2003, s/p):

Postulamos que as nomeações de forma pronominal são sempre dêitico-discursivas e são selecionadas porque requerem baixo esforço cognitivo. Ocorrem mais frequentemente nos momentos da interação em que o falante pretende apenas resumir, sem acrescentar nenhum conteúdo novo, sem incluir nenhum propósito argumentativo.

Na perspectiva que trazemos, quando temos que de fato essas nomeações demonstrativas apontam para alguma coisa no texto, sendo dêitico-discursivas, temos também que o ponto ao qual remetem pode estar pautado numa estratégia argumentativa dupla ou até com mais funções. Por isso, quando pensamos no papel do *isso* como anáfora encapsuladora, desenvolvemos, antes de tudo, uma hipótese argumentativa: o pronome demonstrativo “isso”, quando núcleo da anáfora nomeadora ou encapsuladora pode remeter a um ou mais encadeamentos argumentativos como estratégia de salientar vozes diferentes no discurso. Se assim não ocorrer no nosso caso em análise, substituamos “isso” por uma retomada anafórica menos elaborada, deverbal, como “o extermínio”. Se encapsularmos o discurso<sup>86</sup> precedente com “o extermínio”, perder-se-á, com essa nomeação, a voz de enunciador que diz extermínio de brasileiros insensatos com foguete PT neg-recriminação. A estratégia argumentativa, então, não será a mesma. Do mesmo modo, se

---

<sup>86</sup> No sentido da TBS.

tomarmos uma expressão considerada “explicitamente argumentativa” pelos estudiosos da LT como “a atitude truculenta”, se perderá igualmente a voz de quem não recrimina. Diferentemente, se quisermos nomear essa porção com algo do tipo “a atitude irrecriminável” remeteria ao pdv de apenas um enunciador, aquele do encadeamento extermínio de brasileiros insensatos com foguete PT neg-recriminação, o que faria dos dois encadeamentos alvo da mesma atitude por parte de seus respectivos locutores, o que vimos não se confirmar em nossa análise.

Daí entendermos que a estratégia de encapsular com o demonstrativo “isso” pode ser inclusive muito mais articulada do que encapsular com nome + qualificador, por exemplo. Esse uso é muito conveniente para quem quer deixar seu discurso reticente ou escondido, protegido sob outros enunciados e outras tomadas de atitude que se salientam no texto.

A análise dessa ocorrência não está completa, porém. O duplo “encapsulamento argumentativo” manifestado por “isso” segue, ainda, uma constante que temos visto em nossa investigação: a predicação iniciada com a anáfora encapsuladora se completa prospectivamente. Dessa forma, o encapsulamento de gente insensata do Brasil DC extermínio por foguete com ogiva nuclear e extermínio de brasileiros insensatos com foguete PT neg-recriminação é completado por nosso homem irá para Coreia DC será exterminado, ou seja, não vale a pena inaugurar uma embaixada brasileira na Coreia. Disso resulta que, o simples ato de encapsular argumentativamente uma porção textual com a expressão indicial “isso” pode fornecer uma solução argumentativa para a escolha de qual pdv destacar e para a complementaridade da predicação iniciada por uma anáfora encapsuladora.

Uma estratégia argumentativa também se depreende de “**É isso**: Kim Jong-Il quer construir um socialismo de tipo brasileiro. Sozinho! Kim! Sozinho! Kim! Sozinho!”. Identificamos um jogo polifônico profícuo articulado por essa anáfora, quando temos que o locutor se assimila ao enunciador de *parentesco ideológico*, cuja AI: mesmas ideias DC muito próximos remete ao encadeamento cujo enunciador é assumido por outro locutor: PT do Brasil constrói socialismo brasileiro POURTANT PT da Coreia constrói socialismo

coreano, porém, com a anáfora “isso”, o locutor de parentesco ideológico põe em cena o enunciador de PT do Brasil constrói socialismo brasileiro DC PT da Coreia constrói socialismo brasileiro, pois se enuncia “a mesma finalidade”. O que se deu nessa ocorrência foi que havia dois locutores, mas “isso” permitiu a particularização do pdv de apenas um dos enunciadores postos em jogo, assumido pelo locutor de *parentesco ideológico*. Mesmo que a própria configuração sintática do texto, com o aposto explicando a porção imediatamente anterior, seja muito particular às anáforas encapsuladoras prospectivas, argumentativamente, não se pode considerar que a anáfora se aplique apenas ao que vem depois, pois que apenas complementa uma estratégia já iniciada anteriormente. O demonstrativo, neste último caso de “isso”, mostrou uma atitude de oposição do locutor de *parentesco ideológico* ao locutor assimilado ao enunciador de PT do Brasil constrói socialismo brasileiro POURTANT PT da Coreia constrói socialismo coreano e a sua assimilação ao enunciador de PT do Brasil constrói socialismo brasileiro DC PT da Coreia constrói socialismo brasileiro. Foram duas, então, as atitudes do locutor flagradas neste exemplo.

Com esta última análise, consideramos satisfeito o nosso objetivo de identificar os estratagemas argumentativos postos em jogo pelas anáforas encapsuladoras. Se, por um lado, nos furtamos de discretizar funções *a priori* para essas anáforas, por outro, observamos a reiteração de algumas dessas funções, como a articulação prospectiva e retrospectiva da anáfora respaldando o pdv de enunciadores diferentes.

## CONCLUSÃO

---

A abordagem que propusemos neste estudo considera a anáfora encapsuladora, bem como os outros processos referenciais, como entidades linguísticas dinâmicas, pontuais e plurifuncionais. Se, por um lado, a anáfora funciona de modo a apontar, no discurso, para elementos que se salientam na construção do sentido, por outro, ela serve de abrigo para refugiar argumentações ou estratégias discursivas que, intencionalmente, se querem esconder, espalhando, assim, a sua atividade ao longo do texto/discurso, e não apenas para o “lugar indicado”.

Desta perspectiva, impusemos restrições às abordagens que, buscando uma compreensão mais esclarecida das funções das anáforas encapsuladoras, desenvolveram classificações *a priori*, a partir do tipo de “nome” e da função que ele desenvolve no texto/discurso; ou do núcleo anafórico, se nominal ou demonstrativo. Na nossa concepção, se partimos da premissa de que trabalhamos com objetos de discurso, é necessário ter presente a dinamicidade desses objetos, e não perder jamais de foco que, se os objetos de discurso são ágeis e criativos, isso ocorre por causa das relações que se manifestam no influxo linguístico entre uns e outros, num entremeado linguístico produtivo, que conta com a integração dos objetos previamente atualizados e daqueles cujo sentido ainda está sendo projetado.

Desse modo, cumpriu-nos analisar a manifestação da argumentação nesse processo referencial, levados pela constatação, presente na maior parte dos trabalhos da área, de que a argumentação, além da função organizadora, é uma das funções primordiais das anáforas encapsuladoras. Apesar dessa atenção declarada ao aparato argumentativo, as explicações da Linguística Textual para a argumentação nesse processo se nos revelaram frágeis, tendo

em vista não cumprirem um compromisso metodológico, o que resultava, via de regra, em análises frouxas e sobremaneira subjetivas.

A nossa ideia, então, foi de empregar a Teoria dos Blocos Semânticos, em que o encadeamento argumentativo, por ser uma unidade de sentido argumentativo apreensível apenas em sua ocorrência relativa a outros encadeamentos, quando encapsulado anaforicamente, poderia revelar o percurso semântico-argumentativo-polifônico que constituiu aquela anáfora. Dessa aplicação resultou um sem-número de artifícios argumentativos produzidos pelo emprego da anáfora encapsuladora, e, mais importante, independentemente de essa manifestação ser nominal ou pronominal, ou de consistir numa expressão “manifestadamente avaliativa” ou não. Nos estudos presentes da LT, uma expressão como “isso” certamente não teria sido considerada avaliativa, porém, nas nossas ocorrências, o demonstrativo mostrou uma das estratégias polifônicas mais articuladas que tivemos.

É certo que a gênese da TBS não se deu em busca da análise de textos inteiros, que constituem, muitas vezes, entidades de grande extensão, a ampliar em muito a tarefa, contudo, como não escolhemos um corpus que nos impusesse trabalhar quantitativamente, mas um exemplário de ocorrências interessantes e adequadas à nossa aplicação, tivemos meio de trabalhar os encadeamentos apontados pelas anáforas de modo exaustivo ao máximo para o nosso propósito.

Depois da nossa primeira constatação – é inadequado discretizar funções argumentativas *a priori* para as anáforas encapsuladoras –, foi útil discutir o que seria o valor axiológico da anáfora encapsuladora. Na nossa concepção, cada vez que um locutor se assimila ou toma uma atitude em relação a um enunciador em uma expressão referencial encapsuladora, ele o faz de modo que confirme sua assimilação ou alheamento a uma porção precedente de texto/discurso, homologando a voz de um enunciador, que pode articular um ponto de vista daquele locutor ou uma *doxa*, mas sempre instruídos pelo valor semântico-lexical da expressão. Ou seja, se, por via da anáfora encapsuladora, existe alguma entidade discursiva que toma partido a favor ou contra uma determinada voz manifestada nesse texto/discurso, ali

reside uma avaliação, seja normativa ou transgressiva, seja doxal ou paradoxal; se acreditamos que esse embate polifônico deriva das argumentações articuladas pelo bloco semântico, acreditamos, por consequência, que avaliar consiste em argumentar.

Assim, ao propor o casamento entre TBS e referenciação, um modo fértil de identificar o valor axiológico de uma expressão anafórica foi buscar as argumentações que atualiza e que as o locutor homologa. Dessa reflexão, chamamos a lembrar a anáfora “fato incontrovertível”. Habitual num estudo baseado nas proposições da LT é considerar essa anáfora como avaliativa, devido à presença do qualificador “incontrovertível”. Foi interessante analisar o quão ordinária é essa anáfora, que configura algo como “mar enorme” ou “abismo profundo” ou “verdade absoluta”, cujos qualificadores apenas internalizam a argumentação do termo ao qual se aplicam. Ora, se é um fato, não se o pode controverter, já se terá ouvido a expressão doxal “contra fatos não há argumentos”. Essa ocorrência, no contexto em que ocorreu – e isso é sempre útil que se recorde –, revela a instabilidade de qualquer concepção que tome categorias até mesmo gramaticais para pautar uma análise que se pretende textual/discursiva. No entanto, não podemos afirmar que a expressão “fato incontrovertível” não seja manifestadamente avaliativa, pois, se aprendemos que um qualificador atribui uma qualidade a um nome, essa atribuição é, originalmente até, uma avaliação. O problema que confrontamos foi aquele de considerar o resultado de uma estratégia argumentativa banal como algo superior a um encapsulamento como “a promessa”, que, como vimos, pode derivar de uma estratégia argumentativa assaz articulada, paradoxal, como o caso de “esta promessa será cumprida”, em que a AI de promessa é controvertida.

Não desejamos, com isso, afirmar que um encadeamento paradoxal ou que um encadeamento transgressivo exprime mais a argumentação do que aqueles doxais ou normativos, pois o arremate dessa condição semântico argumentativa, em discurso, faz sentido apenas quando existe um locutor que se assimila ao enunciador que promulga esse encadeamento ou toma a atitude de concordar, opor-se-lhe ou assumi-lo. Foi exatamente no efeito polifônico da



anáfora encapsuladora que encontramos um dispositivo satisfatório para descrevê-la argumentativamente.

Outro caso de que nos ocupamos foi aquele das retomadas por derivação deverbal, que mostrariam argumentativamente uma tentativa do locutor de se manter neutro em relação ao seu enunciado e exigiriam menos esforço cognitivo para serem compreendidas. Simulamos a substituição de um “isso”, tomado tradicionalmente apenas com a função de organizador textual, por “o extermínio”, quando o verbo regente era “exterminar”. Não nos surpreendeu observar que cada termo remetia a encadeamentos argumentativos diferentes e que, além disso, sofriam atitudes diferentes por parte do locutor. Dois tipos de expressões que não são consideradas argumentativas, funcionando polifônica e argumentativamente de modo diverso de acordo com seu contexto. Isso nos obriga a retomar o nosso pressuposto fundamental de que a argumentação está na língua.

Outro achado que precisamos retomar é que as anáforas encapsuladoras com núcleo pronominal, quando postas em uso, podem mostrar uma atitude do locutor em relação a um enunciador e, conseqüentemente, um pdv, podendo servir também como suporte para uma nova argumentação, numa predicação que a focaliza e reavalia. Quando temos que de fato essas nomeações demonstrativas apontam para alguma coisa no texto, sendo dêitico-discursivas, temos também que o ponto ao qual remetem pode estar pautado numa estratégia argumentativa dupla ou até com mais funções. Por isso, quando pensamos no papel de *isso* como anáfora encapsuladora, desenvolvemos, antes de tudo, uma hipótese argumentativa: o pronome demonstrativo “isso”, quando núcleo da anáfora nomeadora ou encapsuladora pode remeter a um ou mais encadeamentos argumentativos como estratégia de salientar vozes diferentes no discurso. Essa nossa constatação se distancia do que vem sendo admitido como função do demonstrativo nos trabalhos em LT.

Em relação ao eixo dado-novo, em que Conte (2003) advoga por uma dependência clara das anáforas encapsuladoras ao cotexto, fornecemos um exemplo em que *outra balela* não se referia a nada que estivesse

cotextualizado, mas sim à argumentação contrária àquilo que o locutor homologou no texto, a uma voz, ou melhor, a um enunciador. O cálculo daquela argumentação ficou ao largo do que foi textualizado, o que nos leva a desconsiderar, do ponto de vista da semântica argumentativa, essa dependência cotextual das encapsuladoras.

Além disso, observamos, na quase totalidade dos nossos exemplos, uma consequência para a noção do que é prospectivo ou retrospectivo relativamente às anáforas encapsuladoras: esses objetos textuais ditos anteriores ou posteriores podem, na realidade, estar estrategicamente difusos ao longo do texto, o que impossibilita a sua identificação como parte de uma estratégia de encapsulamento retrospectivo ou prospectivo, em relação ao movimento polifônico encenado pelo locutor. Em muitos casos, observou-se uma dupla articulação polifônica: uma de remeter ao que foi anteriormente predicado no texto, oferecendo o acordo do locutor e focalizando esse ponto de vista, numa configuração retrospectiva; e outra de preparar o coenunciador para a assimilação do locutor a uma voz diferente, como se houvesse uma gradação evolutiva dos encadeamentos.

Assim, a argumentatividade de algumas das anáforas retrospectivas que analisamos não se completou no âmbito do texto já predicado, mas, ao contrário, o locutor só mostrou sua posição na predicação imediatamente posterior. Essa constatação nos estimula a manter as restrições sobre as noções de antecedente e de âncora para as anáforas encapsuladoras, pois cremos que os objetos-de-discurso se solidarizam argumentativamente em toda a extensão do texto, e a anáfora encapsuladora retrospectiva pode deixar pendente para uma predicação posterior um estágio polifônico fundamental para o sentido da remissão e do texto, a assimilação ou a tomada de posição do locutor.

Compreendemos que, se uma estratégia articulada pelo encapsulamento não se completou numa remissão anterior, é porque o fenômeno anafórico também não se satisfaz apenas nesse âmbito, mas na evolução dos objetos-de-discurso e de suas artimanhas ao longo de todo o texto, antes e depois do aparecimento da anáfora.

Em relação à propriedade de hipostasiar atos de fala, encontramos que a hipostasiação de funções argumentativas em nomes metalinguísticos apareceu como estratégia dentro da hipostasiação de atos de fala. Por isso, não consideramos relevante a categorização exaustiva realizada por Francis (1994) para os nomes metalinguísticos como núcleos dos rótulos, pois o fato de alguns rótulos serem metalinguísticos é apenas um suporte que abriga estratégias polifônicas escondidas por trás dessas expressões; afinal, é nessas expressões que os atos de fala e as argumentações se substanciam, revelando muito sobre o que foi dito e servindo como apoio para novas predicções e argumentações. Identificamos, portanto, a hipóstase de atos de fala e de funções argumentativas como colaborativas no processo de elaboração do sentido argumentativo das anáforas encapsuladoras, mas cremos na função primeira, intrínseca à língua, de argumentar.

Um fenômeno interessante e rico que brevemente descrevemos foi a expressão metafórica encapsuladora, que, quando se serve de um encadeamento argumentativo para resumir, ou melhor ainda, para avaliar uma porção textual seguinte, tem o poder de centrar, de antemão, todo aquele enunciado na argumentatividade pretendida pelo locutor e deixar explícito o ponto de vista que assume como seu ou ao qual se assimila, a sua opinião, o seu juízo de valor e o seu julgamento sobre os demais enunciadores no texto/discurso, mas também de sobrecarregar cognitivamente o interlocutor, numa estratégia inteligente de deixar o sentido de seus enunciados o mais escondido possível. Curioso foi observar que o sentido metafórico desestabiliza o sentido literal, abrindo interpretações diversas.

Semelhantemente, no enunciado irônico que analisamos, observamos que o encapsulamento, em si, não remete retrospectivamente à ironia, mas reúne todos os enunciados aos quais L parecia se assimilar e os põe em destaque para predicar e argumentar, ironicamente, sobre ele. Vemos, assim, que a argumentatividade dessa anáfora reside na condição de salientar os enunciados de um enunciador para fazer-lhe alvo de uma avaliação, de uma ironia, de uma argumentação.

A anáfora encapsuladora “outra balela”, com uma função binária, mostrou três tipos de estratégias: a) focalizar, com a anáfora encapsuladora, as argumentações às quais L se encontra assimilado; b) focalizar as argumentações às quais L se opõe; c) utilizar a anáfora encapsuladora de modo binário, prospectiva e retrospectivamente, para encapsular encadeamentos diferentes, mas alvo da mesma atitude do locutor. Dessa forma, concluímos que a mesma ocorrência anáfora pode respaldar funções polifônicas diferentes.

A análise argumentativo-polifônica que ilustramos com nossos exemplos nos parece ter dado conta dos objetivos propostos, tendo em vista que, em situação autêntica de uso, as argumentações das anáforas encapsuladoras foram escalonadas e se flagraram estratégias argumentativas diferentes em cada ocorrência única. A investigação do comportamento dos encadeamentos que fossem normativos ou transgressivos e doxais ou paradoxais, no entanto, nos revelou a pouca importância dessas categorias para as anáforas encapsuladoras, uma vez que surpreendemos estratégias ricas com encadeamentos normativos e estratégias ordinárias com encadeamentos transgressivos, por exemplo. O que se mostrou fundamental para o sentido argumentativo da anáfora encapsuladora foi, portanto, a postura do locutor L diante da variedade de locutores postos em jogo nos enunciados. Essa sua postura de assimilar-se ou de tomar atitudes diante dos enunciadores é a chancela necessária ao cálculo argumentativo e é o lugar para onde apontam as anáforas encapsuladoras.

Sugerimos fortemente que estudos futuros se ocupem de investigar com muita atenção algo com o que não nos preocupamos, o demonstrativo acompanhando um nome na anáfora nominal, que talvez possa indicar diferenças no cálculo argumentativo. Seria fecundo, outrossim, buscar anáforas que apresentem uma articulação binária cujo núcleo remeta a atitudes diferentes do locutor em relação aos enunciadores postos em cena. Imaginamos que anáforas com modificadores que tornam o encadeamento paradoxal possam, de algum modo, exercer esse duplo papel.

## REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, J.-C. **Théorie des topoi**. Paris: Kimé, 1995.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. *La argumentación en la lengua*. 2.<sup>a</sup> ed. Trad. Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos, 1988. Original de 1983.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. Argumentation et informativité. In : Meyer, M (org.), **De la métaphysique à la rhétorique**, Bruxelles: Université de Bruxelles, 1986, 79-93.
- APOTHÉLOZ, Denis. Référencer sans expression référentielle : gestion de la référence et opérations de reformulation dans des séquences métalinguistiques produites dans une tâche de rédaction conversationnelle. In: Németh, Enikő (org.), **Pragmatics in 2000**: Selected papers from the 7th International Pragmatics Conference, v. 2. Antwerp: International Pragmatics Association, 2001, p. 30-38.
- APOTHÉLOZ, Denis. **Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle**. Tese (Doutorado) Université de Neuchâtel, 1995.
- APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: De MULDER & VETTERS, C. (orgs.). **Relations anaphoriques et (in)cohérence**. Amsterdam: Rodopi, 1997. p. 159-86.
- APOTHÉLOZ, D. ; DÖEHLER, S.P.. Nouvelles perspectives sur la référence : des approches informationnelles aux approches interactionnelles. **Verbum**, tomo XXV, n.2, 2003, p. 109-136.
- APOTHÉLOZ, D. ; GROBET, A. ; DÖEHLER, P. Séquentialité et temporalité du discours. **Cahiers de Praxématique**. N<sup>o</sup>.48, 2007, p. 23-56.
- APOTHÉLOZ, D., REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. **Journal of Pragmatics**. 1999, 31. p. 363-97.
- APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. In BERRENDONNER, Alain e REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José (ed.) Du syntagme nominal aux objets-de-discours. **TRANEL**, n. 23, p.227-71, 1995.
- BAKHTIN, M. **La poétique de Dostoievski**. Paris: Seuil, 1970/1929.
- BARBISAN, L. As raízes da Teoria da Argumentação na Língua. In: \_\_\_\_\_. **Argumentação na Língua: da pressuposição aos topoi**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, p.21-44, 2004.
- BARBISAN, Leci Borges e TEIXEIRA, Marlene. Polifonia. Origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Revista Organon. Revista do Instituto de Letras da UFRS**. V. 16, n<sup>o</sup>. 32 e 33, Porto Alegre, 2002, p. 161-180.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**. Fundamentos semióticos. 2.ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.
- BERRENDONNER, A. Connecteurs pragmatiques et anaphore. **Cahiers de**

**linguistique française** 5, pp. 1983, 215-246

BERRENDONNER, A. & M-J. REICHLER-BÉGUELIN (eds.). **Du Sintagme Nominal aux Objets-de-discours**. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995, 143-173.

BONINI, A.. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: A. J. MEURER; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**.. São Paulo, 2005, v. 1, p. 208-236.

BUHLER, Karl. The deictic field of language and deictic words. In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) **Speech, place and action: studies in deixis and related topics**. New York: John Wiley and Sons, 1982. p. 9-30.

CAMPOS, Cláudia Mendes. O percurso de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n. 2, p. 139-169, jul./dez. 2007.

CAREL, Marion. **Vers une formalisation de la Théorie de l'Argumentation dans la Langue**. Thèse de Doctorat Paris, EHESS, 1992.

CAREL, Marion. L'argumentation dans le discours; argumenter n'est pas justifier. **Letras de Hoje**, v. 32, n.1, 1997

CAREL, Marion. Argumentación normativa y argumentación exceptiva. **Signo e Seña**, n. 9, p. 257-298, jun. 1998.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. **Langue française**. 123, 6-26, Larousse, 1999.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. O problema do paradoxo em uma sémantica argumentativa. **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas: Pontes, nº 8, p. 7-32, 2001.

CAREL, Marion. *Occupe-toi d'Amélie* : emploi contrastif de *mais* et illustration », **Cahiers de Linguistique française**, nº 24, 2002, p. 169-205.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La Semántica Argumentativa: una Introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos**. Recife, 205p. Tese /Doutorado em Linguística/ – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2000.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Expressões indiciais e anáforas indiretas**. / Comunicação apresentada no I Colóquio e IV Congresso Latino-Americano de Estudos do Discurso. Recife: UFPE, 2001.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, n.44, jan/jun, 2003. p.105-118.

CHAROLLES, M. Coherence as a principle in the interpretability of discourse. In: W. Heydrich, F. Neubauer, J. Petöfi (eds.), **Connexity and Coherence**. Berlin: De Gruyter, 1989.

CHAROLLES, M. Anaphore associative, stéréotype et discours. In: SCNEDECKER; CHAROLLES; KLEIBER; DAVID, **L'Anaphore associative**. Paris: Klincksieck, 1994, 67-92.

CHAROLLES, M. Associative anaphora and its interpretation. **Journal of Pragmatics**, 31, 1999, 311-326.

CIULLA, A. **A referência anafórica e dêitica: com atenção especial para os dêiticos discursivos**. Fortaleza, 98p. Dissertação /Mestrado em Linguística/ – Universidade Federal do Ceará (UFC), 2002.

CONTE, Maria-Elisabeth. Anaphore, prédication, empathie. In: CHAROLLES, FISCHER, JAYEZ (eds.). **Le discours**. Nancy, Presses Universitaires de Nancy, 1990a, pp. 215-255.

CONTE, Maria-Elisabeth (ed.), Anaphoric Relations in Sentence and Text. **Rivista di Linguistica**, 2, numero 1, 1990b, pp. 199.

CONTE, Maria-Elisabeth, Dimostrativi nel testo: Tra continuità e discontinuità referenziale. **Lingua e Stile** 31, 1996, pp. 135-145.

CONTE, Marie-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica M. et alii.(Orgs.) **Referênciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p.177-190.

CORNISH, F. (In preparation). **How contrastively- and weakly-stressed indexicals refer: Prosody, discourse deixis and anaphora in English**.

CORNISH, F.. “Antecedentless” anaphors: deixis, anaphora, or what? Some evidence from English and French’. **Journal of Linguistics** 32, 1996, 19-41.

CORNISH, F. Text Analysis and Stylistics Discourse Anaphora. **Encyclopedia of Language and Linguistics** (2nd edition), ed. K. Brown, Oxford: Elsevier, pp. 631-638, 2006.

DUCROT, O. **Princípios de Semântica Linguística. Dizer e não dizer**. Trad. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. SP: Cultrix, 1972.

DUCROT, O. **Les Échelles Argumentatives**, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980.

DUCROT, O. Topoï et formes topiques. **Bulletin d'études de linguistique française**. V.2. Tóquio, p. 1-14, 1988.

DUCROT, O.. Argumentação e topoi argumentativos. In GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

DUCROT, O. **Topoï et formes topiques**. In : ANSCOMBRE J.C. **Théorie des Topoï**. Paris, Kimé, 1995.

DUCROT, O.. Les Modificateurs Déréalisans. **Journal of Pragmatics**. Elsevier Science. Volume 24, n. 1, p. 145-165(21),1995.

DUCROT, O.. La pragmatique et l'étude sémantique de la langue. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.32, n.1, p.9-21, 1997.

DUCROT, O.. La elección de las descripciones en semántica argumentativa léxica. **Discurso y Sociedad**, vol. 2, N° 4, 2000, pp. 23-44.

DUCROT, O. Quelques raisons de distinguer “locuteurs” et “énonciateurs”. **Polyphonie linguistique et littéraire**. Aarhus, n. 3, p. 20-41, 2001a.

DUCROT, O. Critères argumentatifs et analyse lexicale. **Langages**, 2 (142): 22-40, 2001b.

DUCROT, O. Os internalizadores. **Letras de Hoje**, 37 (129): 7–26, 2002.

DUCROT, O.. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: \_\_\_\_\_ . **L’argumentation aujourd’hui: positions théoriques en confrontation**. Paris: Sorbonne Nouvelle. p. 17-33, 2004.

DUCROT, O et alii. **Les mots du discours**. Paris, Minuit, 1980.

**Ducrot, o.; Carel, M.** Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação\* **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

DUCROT, O. & J.M. SCHAEFFER. **Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage**. Paris, Ed. Du Seuil, 1995.

*DUCROT*, Oswald e *TODOROV*, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**, 1988.

EHLICH, Konrad. Anaphora and deixis: same, similar, or different? In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) **Speech, place and action: studies in deixis and related topics**. New York: John Wiley and Sons, 1982. p.315-38.

ESPÍNDOLA, L.C. **A entrevista: um olhar argumentativo**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.

FILLMORE, Charles. **Lectures on deixis**. Berkeley: University of California, 1971.

FIORIN, José Luis. **As astúcias da enunciação**. As categorias de pessoa, espaço e tempo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FRANCIS, Gill. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, Malcolm (ed.). **Advances in written text analysis**. Londres: Routledge, 1994.

GARY-PRIEUR, M-N, NOAILLY, M. Demonstratifs insolites. In **Poétique**. Seuil, 1996, n. 105, p. 111-21. /Tradução de Camile Maria Botelho Regadas e Mônica Magalhães Cavalcante; revisão de Alena Ciulla/.

GIVÓN, T. **Markedness in grammar: distributional, communicative and cognitive correlates of syntactic structure**. Technical Report. Oregon: University of Oregon. n. 90-8, 1990.

GONÇALVES, M. Teoria da Argumentação na Língua: uma teoria do sentido. In: **Produção de Sentido estudos transdisciplinares**. Heloísa Pedrosa Moraes Feltes (org). São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: EDUSC, 2003.

GRAEFF, T. F. A argumentação no discurso e os reflexos no léxico. In: VI Congreso Latinoamericano de Estudios del Discurso: América Latina en su discurso, 2005, Santiago - Chile. **Actas do VI Congreso Latinoamericano de Estudios del Discurso**: América Latina en su discurso, 2005 a.



GRAEFF, T. F. . Palavras que argumentam e que constataam no discurso. **Letras de Hoje**, Porto Alegre - RS, v. 40, n. 139, p. 95-106, 2005b.

GRAEFF, T. F.. Constituição do encadeamento argumentativo no texto e encapsulamento anafórico. **XXI Encontro Nacional da ANPOLL**, 2006, São Paulo. GT Linguística do Texto e Análise da Conversação - Fórum de Debates, 2006

GUIMARÃES, E. (1995) Textualidade e argumentação. In: \_\_\_\_\_ **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Pontes, p. 77-82.

HAWKINS, J. A. **The pragmatics of definiteness**. Part I. Linguistische Berichte. Los Angeles: University of California, 1977. n. 47. p. 1-27.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

KERBRAT ORECCHIONI C. **Les Interactions verbales**, t 2, Paris, A. Colin, 1992.

KLEIBER G.. **Anaphores et pronoms**, Paris, Duculot, 1994.

KLEIBER, Georges. . The possessive *via* associative anaphor. In **From NP to DP**, COENE, Martine and Yves D'HULST (eds.), 2003, 43–71.

KLEIBER, G ; SOCK, R. Ces + N + relative: sémantique et prosodie. **Linguisticæ Investigationes** 29:2, 2006, pp. 247–269.

KOCH, I. G. V.. **Argumentação e linguagem**. 6.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOCH, I. G. V.. **Desvendando os segredos do texto**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, I. G.V.. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LANDRAGIN F. De la saillance visuelle à la saillance linguistique. Colloque Saillance, aspects linguistiques et communicatifs de la mise en évidence - **Colloque Saillance**, Genève : Suisse, 2009. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00436905/fr/>

LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LIMA, Maria Luiza Cunha. **Indefinido, anáfora e construção textual da referência**. Campinas, 194p. Tese /Doutorado em Linguística/ - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2004.

LUNDQUIST, L., Programme argumentatif et désambiguïsation référentielle, **Revue Romane**, n°22-2, 1987, Munksgård, København, 1987, pp.163-181.

LUNDQUIST et al. Lundquist, L. et Jarvella, R.J., The language of genesis. In Charolles, M. & A. Reboul (eds.), **Référence et anaphore**, special volume of *Verbum*, 1997, n°19 (1-2), 1997, pp.249-270

LYONS, John. **Semantics**. v.2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. The ZPG Letter: subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W.C.; THOMPSON, S.A . (eds.) **Discourse**

**description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text.** Amsterdam/Philadelph: J. Benjamins, 1992. p. 295-325.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Atos de referenciação na interação face-a-face.** /Conferência apresentada por ocasião do II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza, março de 2001/.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore G. Villaça. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. Bernadete; RODRIGUES, A.C.S. (orgs.). **Gramática do Português Falado.** v.VIII. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, p. 31-56, 2002.

MILNER, J-C. **Ordres et raisons de la langue.** Paris: Seuil, 1982.

MOESCHLER, J. **Argumentation et Conversation** - Eléments pour une analyse pragmatique du discours. Coleção Langues et apprentissage des langues. Paris: Hatier-Crédif, 1985.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours.** Tese (Doutorado) - Université de Lausanne, 1994.

MONDADA, L. & DUBOIS, D. **Construction des objets du discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation.** In: Berrendonner & Reichler-Béguelin, op. cit., 1995, 273-305.

MOURA, H. M. de M. Língua e enunciação. **Cadernos de Estudos Linguísticos.** Campinas, n. 30, p. 99-103, jan./jun, 1996.

MOURA, H. M. de M. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. **DELTA.** São Paulo, v. 14, n. 1, p. 169-183,1998.

MOURA, H. M. de M. Topoi e pressuposição. **Revista do GELNE.** Fortaleza: UFC, v.2, n. 2, p.28-31, 2000.

NEGRONI, M.M.G. Scalarité et réinterprétation: les modificateurs surréalisants. In ANSCOMBRE, J.-C (org.). **Théorie des topoï.** Paris: Kimé, p. 101-144, 1995.

PLANTIN, Ch. 1990, **Essais sur l'argumentation.** Paris: Kimé.

PLANTIN, Ch. **La argumentación.** Barcelona: Ariel Practicum, 1996.

RACCAH, Pierre-Yves. (1993) Argumentation in Lexicon. **Sprache-Kommunikation- Informatik,** Max Niemeyer Verlag, 1993.

RASTIER, F. **Sens et textualité.** Paris: Hachette, 1989.

REICHLER-BEGUELIN, M.-J. Alternatives et décisions lexicales dans l'emploi des expressions démonstratives. **Pratiques,** 85: 53-85, 1995.

ROULET, E. (1999a): **La description de l'organisation du discours. Du dialogue au texte.** Paris : Didier.

ROULET, E. (1999b): Une approche modulaire de la complexité de l'organisation du discours. NØLKE, H ; ADAM, J.-M., **Approches modulaires: de la langue au discours.** Lausanne : Delachaux et Niestlé, 187-257.

STEVENSON, R.J.. The Role of Saliency in the Production of Referring

Expressions. In VAN DEEMTER, K./ KIBBLE, R. (Eds.). **Information Sharing: Reference and Presupposition in Language Generation and Interpretation**. Stanford, CSLI Publications, pp. 167–192, 2002.

TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZAMPONI, Graziela. **Processos de referência: anáforas associativas e nominalizações**. Campinas, 272p. Tese /Doutorado em Linguística/ - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2003.